



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

## 105<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CONAMA.

Brasília/DF.  
22 de Março de 2012.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Bom pessoal,  
2 bom dia a todos e todas. Desculpem o atraso no início dos trabalhos hoje.  
3 Infelizmente, coincidiu que a Ministra está aguardando ser chamada pela Presidenta  
4 para uma discussão sobre o Código e eu estava chegando de viagem. Vamos dar  
5 início aos trabalhos, sem mais delongas. Nós já temos quórum para começar a  
6 reunião e vamos começar com a questão da aprovação da 104ª Reunião Ordinária de  
7 23 e 24 de novembro. Se alguém tiver alguma observação... Tocamos para frente.  
8 Apresentação dos novos Conselheiros. Estou pedindo para a Adriana coordenar.  
9 Peço que eles apenas se levantem e identifiquem-se quando seus nomes forem  
10 mencionados.

11  
12  
13 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** –  
14 Bom dia a todos. Nós temos vários Conselheiros tomando posse ou como suplente ou  
15 como titular. Às vezes, a mudança de posição faz com que nós incluamos na nova  
16 lista. Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República: Tarcísio Lima  
17 Santos Franco. Se a pessoa estiver aqui, pode levantar-se. Instituto Chico Mendes:  
18 Marcelo Marcelino de Oliveira. Bem-vindo. Patrícia Yuri Dias: Ministério da Ciência,  
19 Tecnologia e Inovação. Suplente. José Vicente de Freitas: Ministério da Educação.  
20 Luciana de Paiva Luquez: Ministério da Integração Nacional. Bem-vinda. Tiago Pires  
21 Oliveira: Justiça. Ministério do Meio Ambiente, nós temos aqui o Nilo Diniz. Agora  
22 Conselheiro do Ministério. Ariel Pares. Também nosso Conselheiro. Larissa Maria  
23 Lima Costa: Ministério das Relações Exteriores. Davi de Oliveira Paiva Bonavides:  
24 Também do Ministério das Relações Exteriores. Selma Martins Melo Botelho:  
25 Previdência Social. Priscila Cléia Mendes Saldanha. Também Previdência. Ministério  
26 do Trabalho: Leonardo Batista Mota Brito. Maria do Socorro Guterres: Secretaria  
27 Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ana Flávia Rocha de Mello  
28 Souza. Também da mesma Secretária. Cléberson Carneiro Zavaski: Secretaria  
29 Especial de Políticas para as Mulheres. Sílvio, Silva Brasil: Secretaria-Geral da  
30 Presidência. Tiago Almeida Garcia. Também da Secretaria-Geral da Presidência.  
31 Governos estaduais: por Minas, Danilo Vieira Júnior. Bom dia. Tatiana da Rocha  
32 Domiciano: Paraíba. Denise Ranbaldi pelo Rio de Janeiro. Governo Municipal: a  
33 Jussara Carvalho já era suplente e muda a posição. Agora vem pela ANAMMA  
34 Nacional. Rogério Luiz Rodrigues: pela ANAMMA Centro-Oeste. José Mairton  
35 Figueiredo França: ANAMMA, Região Nordeste. Bem-vindo. Entidade de  
36 Trabalhadores e da Sociedade Civil: Valmir de Oliveira Lima. Centrais Sindicais e  
37 Confederações de Trabalhadores da Área Urbana: Valmir de Almeida Lima. Certo.  
38 Vicente da Silva. Bom dia. Lourival Figueiredo Mello: Entidades Empresariais. Pela  
39 CNC, nós temos 3: Antônio Florêncio, Márcio Milan e Cristiane Soares. Pela CNC  
40 também: Rubens Torres Medrano, Juarez Miguel Venço e, pelo Setor Florestal, Álvaro  
41 Fernando Cícero Leite. Esses são os novos Conselheiros. Bem-vindos todos.

42  
43  
44 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos passar  
45 para o nosso quarto ponto de pauta: os encaminhamentos que temos para a reunião  
46 de hoje. Vou pedir à Adriana para informá-los a respeito dos resultados das eleições  
47 dos presidentes e vice-presidentes das Comissões.

49

50 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do CONAMA)**– Nós  
51 estamos com Regimento novo e, este ano, começamos as Câmaras Técnicas, de  
52 acordo com o nosso Regimento. Foi feita a eleição das Câmaras que se reuniram e,  
53 pela Câmara de Assuntos Jurídicos, a presidência será exercida pelo Clemilton da  
54 Silva Barros, que é consultor... É o Coordenador-Geral da Consultoria Jurídica do  
55 Ministério do Meio Ambiente. A vice-presidência é do Rodrigo Justos, que já era da  
56 Câmara e é, agora, do Setor Florestal. A Câmara de Biodiversidade e Florestas, a  
57 presidência é do Marcelo Marcelino, do ICMBio... Tomou posse, agora, como  
58 Conselheiro. A vice-presidência é da Lisiane Becker, da entidade, da Sociedade Civil  
59 MOVER. A Câmara de Controle Ambiental ainda não se reuniu. Deve se reunir em  
60 meados do mês de abril. Qualidade e Gestão de Resíduos, o Márcio Freitas é o  
61 conselheiro, pelo IBAMA. Foi eleito presidente da Câmara. Carlos Bocuhy, da  
62 Sociedade Civil, é o vice-presidente. A Câmara de Florestas ainda não se reuniu. Nós  
63 estamos aguardando uma pauta, mas já temos alguns assuntos e vamos convocá-la  
64 em breve. Gestão Territorial – Unidade de Conservação, a presidência estava sendo  
65 exercida pelo Rômulo Melo, do ICMBio, e haverá uma nova eleição para presidência.  
66 E o João Carlos de Carli, pela CNA, é o vice-presidente. Temos ainda a Câmara  
67 Especial Recursal... Clemilton, do Ministério do Meio Ambiente, da CONJUR, exerce a  
68 presidência, e a Juliana Corbacho Santos, a vice-presidência. Essa é uma câmara  
69 que nós vamos apresentar, logo mais, os números, processos julgados e etc. A  
70 estimativa é que ela se extinga em meados desse ano, uma vez que os processos,  
71 autos de infração e julgamentos já terão acabado e, com isso, termina essa tarefa,  
72 que era uma tarefa transitória. Outra questão que faz parte dos nossos  
73 encaminhamentos. Os senhores estão recebendo um Manual de Procedimentos junto  
74 com esta pauta. Este manual de procedimentos, feito com base neste novo  
75 Regimento, vai facilitar tanto a vida dos Conselheiros como a nossa, administrativa, no  
76 sentido de colocar alguns modelos para requerimentos de urgência, retirada de  
77 matéria, inversão de pauta, prestação de contas da Sociedade Civil e várias dúvidas  
78 que eram corriqueiras que agora nós colocamos no manual, distribuído junto com a  
79 pasta e que vai estar no nosso *site*. Com isso, nós esclarecemos alguns  
80 procedimentos corriqueiros. Eu queria, Secretário Gaetani, passar para o Robson,  
81 nosso gerente, que vai falar ainda os outros dois encaminhamentos.

82

83

84 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente do DCONAMA)** – Bom dia a  
85 todos. Primeiramente, eu gostaria de falar, anunciar, que a DCONAMA, em função da  
86 Rio+20, está preparando, finalizando, uma edição especial do Livro das Resoluções  
87 do CONAMA. O livro anterior abrangia o período de 1984 até 2008 e nós estamos  
88 atualizando o livro até janeiro de 2012. Está sendo completada a edição eletrônica, o  
89 *design* gráfico e, conforme as diretrizes da Rio+20, esse livro vai ser disponibilizado  
90 em *pendrive* para a Rio+20. Futuramente... Nós já estamos estudando... Ele vai ser  
91 colocado, evidentemente, na página do CONAMA, na página do Ministério e, também,  
92 nós estamos estudando a publicação de um exemplar para disponibilizar aos  
93 Conselheiros e a outras entidades interessadas nas nossas resoluções, que são muito  
94 procuradas. O outro ponto é o balanço das atividades do CONAMA. Esse balanço é  
95 uma espécie de prestação de contas por responsabilidades atribuídas. Ele tenta  
96 traduzir, de uma maneira sintética, o que está acontecendo no CONAMA, a evolução  
97 das matérias e, também, quanto custa mover a máquina que é do CONAMA. De

98 maneira sintética, eu vou colocar alguns pontos. Por exemplo, na Câmara Técnica de  
99 Biodiversidade, foi criado um novo Grupo de Trabalho que é sobre manejo de  
100 quirópteros, morcegos. Na Câmara Técnica de Gestão Territorial, Unidades de  
101 Conservação e demais Áreas Protegidas, foram criados 2 novos grupos de trabalho. 1  
102 sobre monitoramento e avaliação de unidades de conservação e um segundo sobre  
103 avaliação de capacidade de suporte ambiental metropolitana. Desde a última Sessão  
104 Plenária, foram publicadas 17 resoluções. A maioria dessas resoluções versa sobre a  
105 questão de restrição, sobre (...), aquelas várias publicações relativas aos Estados. É  
106 interessante também saber que, no ano de 2011, foram apresentadas 26 moções.  
107 Dessas 26 moções, 12 foram da FURPA; 2 da ECODATA; 1 da “PROANSER”, da  
108 AMAR; 1 da BIOESTE; 1 da Mover; 1 da “ENGAR”; 1 da Sócios da Natureza; 1 da  
109 Maringá e, em 2012, foi apresentada uma moção, como vocês verão, que vai ser  
110 retirada para ser tratada da Câmara Técnica de Qualidade e Resíduo. Finalmente,  
111 para terminar e concluir, os gastos com as atividades do CONAMA... No período de  
112 2010 e 2011, nós tivemos 281 passagens pagas no valor de R\$742.152,62. Nós  
113 gastamos também, 72.000 folhas de papel com as atividades, o fornecimento dos  
114 vários documentos. Talvez pudéssemos, depois, imaginar ou pensar uma maneira  
115 mais sustentável e equilibrada com relação a essas documentações. E, por último, eu  
116 só queria mencionar e também agradecer ao IBAMA. Era uma demanda dos  
117 Conselheiros, a de oferecer serviços de rede sem fio da *internet*... Esta era uma  
118 demanda dos Conselheiros e, pela primeira vez, está acontecendo. Agradecemos  
119 bastante ao IBAMA por ter agilizado esse tipo de serviço... Oferecido esse tipo de  
120 serviço. Obrigado.

121  
122

123 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Nós vamos  
124 dar início agora ao período da Tribuna Livre. Aqueles que tiverem interesse em se  
125 manifestar...

126  
127

128 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do CONAMA)**– Eu já  
129 tenho a inscrição do Ronaldo Paulo, da Comunidade Científica... Francisco Soares e  
130 Valtemir. Como são quinze minutos... Zuleika, Miguel, Fábio. Nós encerramos porque  
131 já temos Ronaldo, Paulo Soares e quem mais? Marli. Ok.

132  
133

134 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS (PONTO TERRA)** – Bom dia a todas. Bom dia a  
135 todos. Dois comentários rápidos. Nosso coordenador, Dr. Francisco Gaetani. O  
136 primeiro para comentar com os senhores e com as senhoras que a nossa ONG  
137 ambientalista, puramente ambientalista, Ponto Terra, lá de Belo Horizonte, de Minas  
138 Gerais, vai comemorar 12 anos de existência. Ao lado da comemoração, orientada  
139 pela ONU, do Dia Mundial da Água, 22 de março, nós vamos fazer, no dia 30 de  
140 março, nas instalações do CREA lá do MG, um seminário sobre a questão de água. A  
141 água no Brasil. A água em Minas Gerais... Rios com qualidade e quantidade de  
142 água... Assim nós desejamos. Eu queria comunicar esse fato e passar para o  
143 Presidente, depois, o convite, que foi formulado em papel gráfico, para o  
144 conhecimento da nossa atuação. Queria, de antemão, agradecer a Agência Nacional  
145 de Águas que, convidada por nós... A ANA vai fazer a palestra de abertura, inclusive  
146 com o Conselheiro do CONAMA, Dr. Maurício Andreas Ribeiro. Pessoa conhecida e

147 reconhecida pela sua competência com a questão ambiental. Com a questão hídrica.  
148 Fica então, Sr. Presidente, o nosso agradecimento à Agência Nacional de Águas, que  
149 é vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. E a segunda palavra é uma palavra  
150 pessoal. Eu quero que os senhores e senhoras entendam que eu apenas vou ler  
151 aquilo que o conselheiro antigo e competente desse CONAMA pediu que eu lesse  
152 para os senhores e para as senhoras... Então, eu começo usando a expressão entre  
153 aspas para identificar bem. Aos colegas do CONAMA. Gostaria de comunicar que, ao  
154 completar 35 anos servindo o Governo do Estado de Minas Gerais, aposentei-me e,  
155 assim, com pesar, deixo a representação de meu Estado nesse conselho, onde  
156 sempre procurei fazê-la da melhor maneira possível. Representei Minas no CONAMA  
157 em diversas ocasiões. Em 1986, 1987, 1990, 1991 e de 2003 até recentemente. Foi  
158 um grande aprendizado, política e tecnicamente. Através de vocês, tive oportunidade  
159 de conhecer melhor o meu País e seus problemas ambientais. Além das reuniões, as  
160 articulações no almoço, o chope à noite, as reuniões da ABEMA... Tudo isso foram  
161 oportunidades de grandes conhecimentos e amizades que não terminam aqui. Em  
162 nome de todos vocês, abraço o nosso guia Paulo Nogueira Neto. Mentor deste  
163 conselho, que tanto tem contribuído para promover a melhoria ambiental do País e do  
164 qual me orgulho muito de ter participado. À Ministra Isabela, o nosso reconhecimento  
165 pela destreza com que tem conduzido o CONAMA. A todos vocês, os meus sinceros  
166 agradecimentos pela oportunidade da nossa convivência. Grande abraço. Assina José  
167 Cláudio Junqueira Rebelo.

168

169

170 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito  
171 obrigado. Parabéns a Ponto Terra. Realmente é uma mensagem importante a do José  
172 Cláudio. Vou fazer contato com ele logo que for possível.

173

174

175 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (COMUNIDADE CIENTÍFICA)** – (*Você pode*  
176 *colocar os slides, por favor?*) Em nome da SBPC, nós tivemos uma surpresa muita  
177 grata ao encontrar um projeto em pleno desenvolvimento que talvez tenha sido, se  
178 não um dos poucos, o único projeto efetivamente iniciado depois da Rio 92. Eu estou  
179 apresentando aqui para vocês alguns *slides* desses resultados que foram obtidos em  
180 20 anos. Eles estão disponibilizados num *site*, que eu vou mostrar ao final. Este aqui é  
181 um mapa que foi feito para o Estado do Mato Grosso. Ele ficou pronto agora no final  
182 do ano passado... onde você tem as divisões entre os biomas cerrado e savana e as  
183 diversas classes de rebrota, de floresta e de cobertura vegetal tanto na savana quanto  
184 no bioma floresta... bioma Amazônia, digo. No *slide* seguinte estão as classes que  
185 foram geradas. Vocês veem ali que existem rebrotas mapeadas desde 1980, ou seja,  
186 foram levantadas imagens de satélites das primeiras obtidas no Brasil e separadas  
187 nessas classes. Tem rebrota aí que tem mais de 30 anos e que, ano passado, foi  
188 transformada em soja no Município de Nova Mutum. Efeito tanto para, aviso  
189 novamente, tanto para a floresta quanto para a savana. Então isso aqui na  
190 modelagem são as toneladas de carbono que são geradas nos 2 biomas dentro do  
191 Estado do Mato Grosso. Aí temos uma pizza dizendo o quanto foi desmatado no  
192 bioma floresta e quanto foi desmatado no bioma Amazônia dentro do Estado do Mato  
193 Grosso. Uma vez feito isso, nós tentamos trabalhar em cima das áreas queimadas  
194 que é outra grande ansiedade científica aqui no Brasil. E não falamos aqui de focos de  
195 queimadas, senão, de áreas queimadas que é uma coisa que não se encontra muito

196 por aí. Os mapas seguintes mostram isso. Nós fizemos em grande parte do América  
197 do Sul. Praticamente em todo o arco de queimadas que nós chamamos o Arco  
198 brasileiro e o Arco Sul-Americano. Estendemos isso para a América do Sul, ou seja,  
199 nós estamos colocando figuras quantitativas de áreas queimadas, por enquanto no  
200 Arco Sul-Americano, mas já com resultados significativos em nível de América do Sul,  
201 incluindo a Bolívia. Para fazer o mapa de queimadas, nós temos que fazer a  
202 identificação das áreas de cobertura de lâmina d'água, uma vez que elas se  
203 confundem. Como subproduto, nós temos o Mapa de Drenagem Orto-retificado da  
204 América do Sul. Este é o endereço do projeto. A SBPC recomenda muito que ele seja  
205 visitado e conhecido com dados concretos para a Rio+20. Obrigado.

206

207

208 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Posso só  
209 fazer uma pergunta? Vocês têm dados para os países da Amazônia também?

210

211

212 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (COMUNIDADE CIENTÍFICA)** – Estamos  
213 trabalhando na Bolívia, no Peru, na Colômbia, na Venezuela e, fechando no Norte do  
214 Brasil, com Roraima e Amapá. Isso nós chamamos de Arco de Queimada da América  
215 do Sul. Sobre essas áreas, nós temos todo o conjunto de queimadas acontecido em  
216 maio, junho, julho, agosto e setembro do ano passado, quantificado em quilômetros  
217 quadrados e hectares.

218

219

220 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Eu pediria só  
221 que você conversasse com o Dr. Ariel Pares, lá no fundo, sobre o Fundo Amazônia.  
222 Nós estamos encaminhando um projeto ao Fundo Amazônia e aos demais países.  
223 Para que possamos pegar esse fio da meada. Eu acho que o Lívio está com o projeto,  
224 se não me engano, mas vamos detalhar isso melhor. Eu peço para você, na  
225 sequência, aprofundar essa articulação com ele. Parabéns pelo seu trabalho.

226

227

228 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** –  
229 Francisco Soares. (3 minutos).

230

231

232 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Antes de tudo, eu quero  
233 parabenizar a todos os companheiros que estão aqui presentes e dizer ao Secretário-  
234 Geral, que está representando a Ministra, que a questão da Serra Vermelha...  
235 continua o impasse. Nós temos aqui, em mãos, uma Ação Civil Pública do Ministério  
236 Público Federal, recomendando, à Ministra Isabela Teixeira, a criação da Unidade de  
237 Conservação Parque Nacional da Serra Vermelha, com as devidas justificativas. A  
238 ampliação do Parque da Serra das Confusões não solucionou o problema. Criou mais  
239 problemas porque o Instituto Chico Mendes, quando acompanhou o mapa de  
240 localização, deixou de fora toda a Floresta da Serra Vermelha, inclusive o Morro  
241 Cabeça no Tempo que está cheio de fornos onde continuam fazendo carvão. Antes  
242 que essa floresta se transforme em carvão, o Ministério Público pede, vou dar ao  
243 senhor, a cópia da Ação Civil que se encontra no Tribunal Regional Federal da 1<sup>a</sup>  
244 Região, em Brasília. Seria mais interessante o Ministério criar a unidade do que

245 esperar uma decisão judicial, já que o Ministério Público chegou a essa instância  
246 achando que não vai ter mais floresta, se demorar muito a criação dessa unidade de  
247 conservação. Outro caso que peço providência e apoio do Secretário, para que a  
248 Ministra do Meio Ambiente dê um apoio integral ao IBAMA. O IBAMA está sucateando  
249 no Brasil todo. No Piauí, eu tenho um levantamento que foi feito há 1 mês, que 28  
250 postos e unidades de região interior estão totalmente se deteriorando por falta área,  
251 de recursos humanos. Falta tudo. Faltam veículos. O IBAMA numa condição dessas,  
252 não pode. Que coloquem recursos. Que mande o Presidente do IBAMA visitar as  
253 superintendências, pois, temos conhecimento que ele não visita. Em vez de viagem  
254 para o exterior, em dólar, para o Presidente, coloque-o para visitar o Brasil e todas as  
255 superintendências, que é muito mais importante para a política ambiental do País. A  
256 outra é com relação a Rio+20. Eu vejo que a comissão organizadora não está  
257 valorizando, até agora, os Conselheiros do CONAMA. A representação dos  
258 segmentos. O que nós recomendamos e solicitamos a Eco 92... muitos dos  
259 Conselheiros estiveram como observadores da conferência. E agora o que vai  
260 acontecer se nem os Conselheiros são consultados, uma vez que são representantes  
261 legais, legítimos das suas regiões, das demandas ambientais do País.  
262 Recomendamos ao Secretário que, independentemente de uma comissão técnica-  
263 científica e das conferências paralelas que deverão acontecer na Rio+20, que o  
264 Governo Brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente, coloque o CONAMA  
265 como representante, como observadora da Conferência... da Rio+20 em junho  
266 próximo. É isso que nós recomendamos para valorizar esses Conselheiros que sabem  
267 que não podem ficar de fora de um processo grande desse. Vamos avaliar as  
268 convenções e os tratados da Eco 92 o que nós avançamos. No nosso entendimento,  
269 tivemos um retrocesso. Não só o Brasil, mas quase todos os países consignados  
270 daquela Conferência de 92, em torno de 188, mais de 1.500, 1.200 do mundo todo,  
271 que fizeram a conferência paralela e o tratado das ONGs e os governos... O que  
272 avançaram? Só fizeram retrocesso. Que o CONAMA seja colocado no segmento da  
273 sociedade e dos outros como observador da Conferência da Rio+20.

274  
275  
276 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Dr. Francisco,  
277 peço que o senhor aproveite a presença do Dr. Marcelino para conversar sobre Serra  
278 Vermelha. Ele tomou posse hoje no CONAMA e trabalha no Instituto Chico Mendes,  
279 na área de reservas. Ele está ali. (*Pausa*) Em relação a Rio+20, vamos ter um  
280 momento para discutir informações relacionadas à Conferência.

281  
282  
283 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** –  
284 Valtemir também está inscrito.

285  
286  
287 **O SR. VALTEMIR GOLDMEYER (Confederação Nacional dos Municípios)** – Bom  
288 dia a todos. Em nome da Confederação Nacional dos Municípios, eu gostaria de  
289 cumprimentar a todos os Conselheiros e Conselheiras. Cumprimentar a mesa, em  
290 especial, o nosso presidente Gaetani. O que nos traz à Tribuna Livre é fazer 3  
291 comentários e entregar um documento da Confederação Nacional dos Municípios em  
292 relação há um desses assuntos. O primeiro assunto que gostaríamos de abordar e  
293 solicitar uma atenção do Ministério do Meio Ambiente é a possibilidade de alterarmos

294 a legislação no tocante à Secretária Nacional de Mudanças Climáticas, no sentido de  
295 que os municípios sejam efetivamente contemplados nos programas. Porque os  
296 atuais programas que estão sendo criados são, em nível federal e em nível estadual  
297 e, lá na ponta, lamentavelmente, nós estamos nos sentindo excluídos do processo.  
298 Então, um comentário em relação a isso e eu sei que há espaço para negociar e  
299 introduzir o ente municipal nesse processo. O segundo comentário que gostaríamos  
300 de trazer para os Conselheiros, que certamente acompanharam, é que o Ministério do  
301 Meio Ambiente fez uma divulgação de um programa no qual o Ministério cria uma  
302 evidência sobre alguns municípios. No caso, o programa começou no Estado do Rio  
303 de Janeiro, em relação ao município de Parati. Nós gostaríamos de louvar isso. O  
304 programa recomenda a Cidade de Parati como uma das cidades de patrimônio natural  
305 e patrimônio histórico no sentido de ser um ponto de referência para receber turistas  
306 internacionais. Um programa que, gostaríamos de declarar publicamente, que tem o  
307 nosso apoio, mas gostaríamos de poder alterar um pouco essa dinâmica da criação  
308 dos programas, que quando envolve municípios, se fosse possível, que no futuro o  
309 Ministério do Meio Ambiente, ao criar um programa dessa magnitude, nunca pensasse  
310 em um único e nunca pensasse em um único Estado. Nós somos 27 Estados. Não  
311 seria ruim que, ao criar um programa dessa natureza, pudéssemos, no lançamento,  
312 contemplar os 27 estados brasileiros e pelo menos um município por Estado. Eu tenho  
313 certeza que em todos os estados brasileiros nós temos municípios com recursos  
314 naturais e recursos de patrimônio histórico que devem ser protegidos e devem ser  
315 mostrados para a Comunidade Internacional. O segundo comentário é esse. E o  
316 terceiro, Senhor Presidente, é aproveitar a Tribuna Livre para fazer a entrega formal  
317 do documento da Confederação Nacional dos Municípios indicando o nosso titular e  
318 suplente para a Comissão Tripartite Nacional e esperando que até a próxima reunião  
319 do CONAMA, a gente tenha uma reunião da Tripartite Nacional que, por sinal, já não  
320 se reúne há um bom tempo. São esses os comentários e gostaríamos de fazer a  
321 entrega, Senhor Presidente, do Ofício da nossa indicação no sentido de que o  
322 Ministério tem a ferramenta necessária para poder chamar a reunião da Tripartite  
323 Nacional. Eu tenho certeza que o Mauro, Presidente da ANAMMA, durante a reunião,  
324 vai fazer a entrega do Ofício da ANAMMA fazendo a indicação dos representantes da  
325 ANAMMA. Gostaríamos de pedir à ABEMA a sugestão de que ela também, durante a  
326 atual reunião, entregue a nominata dos seus titulares e suplentes para a Tripartite  
327 Nacional e aí estaria faltando tão somente a indicação dos representantes do Governo  
328 Federal. Muito obrigado.

329

330

331 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –**  
332 **Zuleika.**

333

334

335 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR) –** Bom dia. Eu gostaria de registrar aqui uma notícia  
336 muito importante que está acontecendo no mundo inteiro e que precisa chegar aqui no  
337 Brasil o mais rápido possível. Trata-se do... Todos devem ter visto na grande  
338 imprensa... Quem lê jornal e está bem informado sabe do Caso de Turin, do amianto e  
339 da condenação dos altos dirigentes do grupo mundial Eternit. O barão belga Jean-  
340 Louis de Cartier e o bilionário suíço Stephan Schmidheiny que receberam, cada um,  
341 16 anos de reclusão e também uma série de multas bilionárias. Acontece que esse  
342 processo, que muita gente aqui já sabe, não é novidade para vocês, vem vindo desde,

343 se não me engano, desde 1998 quando os habitantes de uma vila italiana, invadida  
344 pela poeira mortal de uma usina de amianto, criaram a Associação das Famílias das  
345 Vítimas. Centenas, talvez milhares de pessoas lá morreram, como morreram no  
346 mundo inteiro... vem morrendo e ainda sabe-se que a morte causada pelo amianto,  
347 leva 20, 30 anos para acontecer. Daí a dificuldade de criação donexo causal entre a  
348 exposição ao amianto e a morte terrível por mesotelioma e outras formas que o  
349 amianto utiliza dentro do corpo humano para impedir a pessoa de respirar e viver. O  
350 que eu queria deixar claro, informar para os senhores e pedir atenção, principalmente  
351 das autoridades que estão relacionadas com a posição do Brasil na Convenção de  
352 Rotterdam... que já faz 3 conferências que o Brasil chega lá e não tem posição  
353 nenhuma. Tudo para proteger uma mina em Goiânia, a Minasul. O País inteiro se  
354 curva ao interesse comercial, ao interesse econômico para chegar numa convenção  
355 importante de Rotterdam e impedir que o amianto seja listado como um produto que  
356 deve ser notificado quando exportado... os seus riscos aquele país. Como é o caso da  
357 Índia para a qual exportamos e para um monte de países que estão vulneráveis em  
358 termos de legislação à contaminação química, principalmente neste caso do amianto.  
359 Eu queria chamar a atenção do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio  
360 Ambiente, o Ministério de Minas e Energia, que são as autoridades que têm a  
361 responsabilidade de tomar uma posição firme e corajosa. Porque o Brasil tem  
362 apresentado uma posição muito covarde nas conferências. Eu estive na última, em  
363 Genebra, não sei se foi em 2011 ou em 2009, e foi terrível. O Brasil ganhou um  
364 prêmio de causador de câncer. Um prêmio dado pelas ONGs internacionais. Foi uma  
365 vergonha tão grande para mim como cidadã que eu queria deixar registrado que  
366 agora, com essa condenação em Turín, que é uma condenação histórica... queria  
367 informá-los de que, conscientes da envergadura mundial desse julgamento, conforme  
368 diz aqui na Revista Le Monde – Brasil... conscientes da envergadura mundial desse  
369 julgamento, os advogados italianos, belgas e franceses não pretendem parar por aí.  
370 Depois de terem cooperado para analisar a política da Eternit, eles decidiram criar um  
371 fórum internacional contra os crimes industriais. A Associação Inter-fórum, que eu  
372 acho que o Brasil também devia participar. Este reagrupa os advogados e  
373 pesquisadores a fim de perenizar a ligação que se estabeleceu durante a preparação  
374 do processo. É preciso fazer com que esse processo não continue sendo uma  
375 exceção. Ele abriu uma brecha que precisamos aumentar, diz a Diretora de Pesquisa  
376 Honorária do Instituto Nacional de Saúde e de Pesquisa Médica e especialista em  
377 cânceres profissionais, que milita há muito tempo pela proibição do amianto. A hora é  
378 propícia para uma estratégia coordenada. Diz o Procurador Guariniello no final da  
379 reportagem: o crime viaja na velocidade da luz. A Justiça não pode continuar a  
380 persegui-lo numa diligência. Eu gostaria de deixar registrado porque a nossa grande  
381 amiga Fernanda Giannasi, que tem sido bastante perseguida, Auditora Fiscal do  
382 Ministério do Trabalho, a maior autoridade em amianto hoje no Brasil na resistência  
383 contra a indústria... com a forma que a indústria se comporta em relação, inclusive, a  
384 trabalhadores contaminados e afastados que não conseguem comprovar, por várias  
385 questões jurídicas. Eu queria fazer essa homenagem a ela e deixar isso registrado. A  
386 segunda pergunta, bem rápida, é o que aconteceram com as nossas propostas de  
387 recomendação. Eu tenho 2 propostas de recomendação que eu acho que não foram  
388 citadas quando do relatório do CONAMA. Nós protocolamos, em agosto de 2011, uma  
389 proposta sobre a avaliação ambiental integrada estratégica nos processos de  
390 licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas em andamento e a proposta de  
391 recomendação também da Maringá, ambas ONGs da Região Sul do Brasil,

392 recomendando que os órgãos ambientais seccionais da Região Sul, Paraná, Santa  
393 Catarina e Rio Grande do Sul, publiquem até 30...

394

395

396 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –**

397 Para o Ministério e para as entidades vinculadas. Eu não sei exatamente em qual  
398 delas está, mas está com um pedido de parecer. A segunda, eu já tenho uma  
399 resposta dela e eu te forneço, depois, o detalhe porque eu não me lembro agora. É  
400 porque o prazo que você cita ainda não tinha sido cumprido. O prazo era de 30 dias a  
401 partir de outro cumprimento de uma questão e isso ainda não tinha se dado. Por isso,  
402 o órgão entendeu que ainda estava dentro do prazo, mas eu posso, depois, te dar  
403 essa resposta bem correta.

404

405

406 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR) –** Se os pareceres do Ministério e do IBAMA  
407 demoram muito e não tem prazo para entregar, a recomendação vai ficar parada...

408

409

410 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –**

411 Nós temos o prazo agora e pode deixar que estamos cobrando isso, mas eu te dou  
412 uma resposta mais adequada na hora em que eu estiver com o processo em mãos.

413

414

415 **O SR. FÁBIO AGRA MEDEIROS (Secretário-Executivo de Recursos Hídricos e**  
416 **Meio Ambiente da Paraíba) –** Bom dia Presidente. Bom dia a todas e a todos...

417 Senhores Conselheiros e Conselheiras. Eu sou Fábio, da Paraíba. Secretário  
418 Executivo de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. São 3 pontos bem rápidos, Senhor  
419 Presidente. Antes para informar sobre a nossa grande pré-conferência estadual sobre  
420 o bioma caatinga, onde colocamos 800 pessoas discutindo com todas as ONGs e  
421 instituições parceiras e saímos com a documentação para irmos, no dia 17 e 18 de  
422 maio à Fortaleza, onde todos os estados do Nordeste vão debater o bioma. Vocês,  
423 claro, são todos nossos convidados de honra para aquele grande evento. Segundo  
424 para informar também que a Paraíba facilitou bastante o licenciamento da aquicultura  
425 para açudes, principalmente os estaduais. A partir do dia 15 de fevereiro, foi  
426 publicado, no Diário Oficial, a Resolução nº 3386 onde a simplificação do  
427 licenciamento ambiental da aquicultura foi feita e muito elogiada pelo Brasil afora,  
428 inclusive pelo Ministério da Pesca e da Aquicultura. Terceiro ponto, Senhor  
429 Presidente, é uma informação, mas uma preocupação muito grande em relação ao  
430 que aconteceu com o aterro sanitário da Cidade de Campina Grande, na verdade é a  
431 Cidade de Puxinanã... Acabou com o seu lixão e transferiu apenas o lixão para um  
432 aterro sanitário. Lá, está sendo propagada, em todas as redes de televisão e de rádio,  
433 a propaganda oficial da prefeitura que tudo foi feito de acordo com a Política Nacional  
434 de Resíduos Sólidos e de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. Eu trago essa  
435 preocupação aqui porque uma juíza obrigou a SUDEMA a dar uma licença ambiental  
436 onde o COPAM não homologou e ainda não tinha sido concluído o processo de  
437 análise. Preocupa-me muito isso. Eu peço até ajuda dos companheiros dos Estados e  
438 Municípios que isso acontece também. Pelo menos na Paraíba, isso é uma coisa  
439 inédita, uma juíza obrigar a SUDEMA a dar um licenciamento. O COPAM não  
440 homologou. O processo está no Ministério Público. Eu peço que ou o CONAMA ou o

441 próprio Ministério faça um pedido de informação ao Ministério Público de como anda  
442 esse processo. No CREA da Paraíba, há um processo de plágio do projeto porque há  
443 evidências claras. Nós vamos esperar a conclusão do processo no CREA da Paraíba,  
444 mas foi plágio do projeto do aterro sanitário de João Pessoa. Há uma preocupação  
445 porque nós debatemos bastante no Brasil e estamos em vias de implantar essa  
446 Política Nacional de Resíduos Sólidos. Quando uma prefeitura importante quanto é a  
447 da Cidade de Campina Grande, que tem em torno de 600 a 700 mil habitantes, e está  
448 fazendo uma grande propaganda que, na verdade, não tem nenhum apoio aos  
449 catadores, não tem coleta seletiva, enfim, foi uma transferência do problema. E o pior,  
450 dizendo que foi tudo de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Eu peço  
451 ajuda e pensei em vários instrumentos aqui, mas antes eu quero que, pelo menos, um  
452 pedido de informação seja feito ao Ministério Público porque até agora ele ainda não  
453 se pronunciou. Está demorando muito e isso é preocupante. Muito obrigado a todos.

454

455

456 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –**  
457 Miguel...

458

459

460 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia) –** Bom dia senhoras e  
461 senhores... Miguel Scarcello, representando as entidades ambientalistas da Região  
462 Norte. Eu tenho dois comunicados a fazer. O primeiro eu vou repassar aqui para o  
463 meu companheiro, o João Clima, representante das entidades ambientalistas no  
464 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, já que hoje é o Dia Mundial da Água, eu  
465 quero rapidamente passar a palavra a ele para que ele possa falar a respeito da  
466 Política Nacional de Recursos Hídricos porque ele tem um comunicado para todos.

467

468

469 **O SR. JOÃO CLÍMACO (Representante das Entidades Ambientalistas no**  
470 **Conselho Nacional de Recursos Hídricos) –** Bom dia a todos. Agradecendo ao meu  
471 colega aqui do CONAMA e, em especial, porque hoje é o Dia Mundial da Água, eu  
472 gostaria de fazer um registro. Até porque o nosso compromisso com a água exige que  
473 assim o faça para evitar o *forçamento* daquilo que nós não queremos que seja falto.  
474 Trata-se de um documento que nós encaminhamos à Presidência da República, o  
475 qual o protocolo eu vou deixar aqui, que ele cita nossa avaliação sobre a atual forma  
476 de como está sendo vista a Política de Recursos Hídricos. De como está sendo  
477 conduzida em nível de Estado Brasileiro e atual governo. A consequência disso tem  
478 sido o esvaziamento e a desqualificação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
479 gerando, portanto, uma sucessão de hegemonia de interesses menores que faz com  
480 que saiam resoluções ilegais a ponto de nosso seguimento ter que *judicializar* as  
481 resoluções com pareceres do Ministério Público dizendo que elas estão ilegais. Isso  
482 demonstrando uma falta de comando e de diretrizes políticas corretas a altura de uma  
483 política para as águas em um País que tem 12% das águas doces do mundo e como  
484 estamos convivendo com a desqualificação da maior instância de tomada de decisão  
485 sobre esse assunto e subalternizando a Agência Nacional de Águas que, com todo o  
486 respeito, está cumprindo o seu papel, mas a diretriz hoje que impera no Governo do  
487 Estado Brasileiro nos força, no Dia Mundial da Água, a estar aqui fazendo esse apelo  
488 a que o Governo brasileiro recupere a soberania e a importância dos princípios legais  
489 da gestão da água... que é da compactuação, respeito à sociedade civil, respeito aos

490 instrumentos de gestão que, gerando, portanto, uma ação em cadeia onde os  
491 Estados, onde as forças hegemônicas, que já são atrasadas para aceitarem  
492 fundamentos mais evoluídos de estados modernos que tem da política de recursos  
493 hídricos, fiquem à vontade para fazerem descaso e esculhambação com o que nós  
494 temos de melhor na legislação. Eu cito tal como o exemplo da Bahia que,  
495 recentemente, promulgou uma nova lei de recursos hídricos que é um verdadeiro  
496 escândalo. Esse processo que, a nível nacional se impera, termina reverberando nos  
497 Estados e no Dia Mundial da Água, eu, lamentavelmente, venho a esse conselho  
498 fazer um apelo para que o Estado Brasileiro, com os companheiros do CONAMA,  
499 ressuscitem os valores e os princípios e a não subalternização da política de recursos  
500 hídricos para o qual pedimos a essa mesa atender a um encaminhamento feito pela  
501 Presidência da República. Já que, evidentemente, a Presidenta não vai ler qualquer  
502 documento, mas o Secretário-Executivo está aqui, uma pessoa que eu conheço de  
503 longa data, de compromisso com essa questão, consiga dar um jeito na situação  
504 porque seria melhor editar um decreto acabando com o Conselho Nacional de  
505 Recursos Hídricos. Afinal, ficaria mais de acordo com as práticas com que nós  
506 estamos convivendo. Eu peço desculpas, mas no Dia Mundial da Água, o Brasil não  
507 merecia o que estamos vivendo no Conselho Nacional e na política nacional de  
508 recursos hídricos. Totalmente documentada, conforme tenho aqui. Eu espero que saia  
509 alguma coisa disso. Para se ter uma ideia, há mais de 15 dias que nossos  
510 companheiros vêm para a câmara de reunião e ninguém recebe diária. Não é o nosso  
511 motivo, mas é uma desorganização, um desprezo, uma desqualificação, um  
512 esvaziamento proposital da política de recursos hídricos na sua gestão gerando  
513 motivos para a hegemonia de setores menores, sobretudo de saneamento na questão  
514 da água ser imperativo destruir os fundamentos de política moderna que é a política  
515 de água. No Dia Mundial da Água, infelizmente, eu estou fazendo esse registro nesse  
516 conselho. Obrigado.

517

518

519 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – Eu quero fazer um  
520 breve comunicado sobre as questões relacionadas às unidades de conservação no  
521 País. Principalmente relacionadas às unidades na Amazônia. Como representante da  
522 Região Norte, nós temos o privilégio e ter um programa específico para as unidades  
523 de conservação que é o ARPA: o Programa de Áreas Protegidas para a Amazônia  
524 que, ontem, teve lançado o seu POA bianual por um valor substancial de recursos...  
525 Mais de U\$30.000.000, se eu não estou enganado, mas infelizmente, isso não  
526 significa uma evolução na gestão e na consolidação das unidades de conservação na  
527 Amazônia. São vários anos já com a implantação desse programa. Nós vemos os  
528 esforços dos técnicos na ponta, mas infelizmente, é sobre-humano desenvolver e  
529 fazer consolidação das unidades de conservação, do aperfeiçoamento da gestão, nas  
530 condições que essas equipes se encontram. Cabe aqui uma cobrança permanente,  
531 que eu faço toda vez que venho aqui nesse plenário, que é a implantação do Sistema  
532 Nacional de Unidades de Conservação. Nós temos 2 indicativos importantes para  
533 melhorar a gestão sendo um deles a gestão compartilhada. Isso, infelizmente, ainda  
534 não foi estudado, nem analisada a possibilidade de fazer uma experimentação de  
535 como isso seria operado na gestão de uma unidade de conservação, no caso, na  
536 Amazônia. Eu acho que isso seria uma ferramenta muito importante para o Governo  
537 brasileiro poder dar um salto significativo na gestão dessas unidades. Outro aspecto  
538 que eu acho fundamental, no caso das unidades de proteção integral, é trabalhar,

539 logo, os termos de compromisso que o ICMBio tem que assinar com cada uma das  
540 famílias residentes nessas unidades enquanto não se resolve a situação dessas  
541 famílias e não se resolve a situação fundiária das mesmas. É importante que os  
542 técnicos tenham condições de ir lá e conversar com essas famílias porque elas ficam  
543 sem condições de saber o que podem fazer e como podem viver nessas áreas  
544 enquanto não têm isso resolvido. É fundamental que isso seja implantado. Isso já tem  
545 mais de 10 anos. Praticamente, são 10 anos que a lei do sistema entrou em vigor e  
546 nós não vemos isso funcionando. A persistência nossa é enorme em relação a isso.  
547 Não só da SOS Amazônia, mas de outras organizações que atuam na implantação da  
548 política e na viabilização e consolidação das unidades de conservação, mas não  
549 encontramos retorno. Eu espero que essa mudança que vai ocorrer, agora, no ICMBio  
550 possa ser mais um gás, mais um elemento, mais uma alavanca para que essa política  
551 seja de fato implantada porque da maneira que está hoje, pode-se colocar o dinheiro  
552 que for, no programa que for que não veremos essas unidades funcionando.

553

554

555 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do CONAMA)** – A  
556 mesa pede para que as pessoas lembrem-se de identificar nomes e entidades no  
557 microfone.

558

559

560 **O SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO (MOVER)** – Eu vou usar 2 minutos só. Em 1 minuto eu  
561 queria apresentar um filme rapidamente. (*trechos do filme*). Eu vou deixar esse  
562 material para o Ministério dar uma olhada. A minha fala é rápida só no sentido de  
563 alertar o Governo Federal a respeito do que tem acontecido no Brasil afora no que diz  
564 respeito aos catadores. Essa associação foi criada em 1999 e os recursos que foram  
565 liberados para a construção da estrutura deles, em Paracatu, foram recursos do  
566 Governo Federal. Em cima do que nós temos... Uma lei com um ano  
567 aproximadamente, a Lei de Resíduos Sólidos. Isso serve para alertar que precisamos  
568 ter uma política específica para cuidar melhor da questão dos resíduos sólidos.  
569 Recurso público foi jogado fora porque a Administração Municipal não cumpriu com a  
570 parte dela na gestão compartilhada junto aos catadores. Não existia um plano de  
571 prevenção de incêndio nesse galpão. É dinheiro público que foi jogado fora. Nós  
572 temos que tomar providência, não só privilegiando os catadores, mas dando a eles  
573 uma estrutura digna de trabalho. Isso tem acontecido pelo País afora, não somente  
574 em Paracatu. São milhões desperdiçados por uma má gestão e na maioria das vezes  
575 de responsabilidade dos prefeitos. Esse alerta é para o Governo Federal e para os  
576 governos municipais aqui presentes e mostrando para os companheiros Conselheiros  
577 o que tem acontecido pelo País afora.

578

579

580 **A SR<sup>a</sup>. MARLI SANTOS (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento**  
581 **Sustentável do Estado do Tocantins)** – Bom dia. Senhor Presidente e senhores  
582 Conselheiros. Eu sou Marli Santos da Secretaria de Meio Ambiente e  
583 Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins. O que eu quero pedir é um  
584 entendimento junto à Agência Nacional de Petróleo com relação ao licenciamento dos  
585 postos de combustível. Existe uma resolução do CONAMA, a 273, que determina que  
586 o cadastro junto à ANP, para os empresários que queiram fazer o licenciamento  
587 ambiental dos postos de combustível, venha junto ao órgão ambiental já com o

588 cadastro junto à ANP. O que está acontecendo hoje? Uma resolução interna da ANP  
589 disse que é o contrário. Eles precisam de licenciamento ambiental para conseguir o  
590 cadastro. Como são divergentes, a resolução do CONAMA diz uma coisa e a ANP diz  
591 outra, estão se formando filas nos órgãos ambientais de licenciamento pedindo para  
592 licenciar. O órgão pede o cadastro e a ANP pede o licenciamento, ou seja, estamos  
593 sem saber o que vem primeiro: o ovo ou a galinha. Precisamos de providências nesse  
594 sentido. Obrigada.

595

596

597 **O SR. PAULO NOGUEIRA-NETO (ADEMASP)** – Há poucos dias, faleceu o professor  
598 Aziz Ab'Saber, da Universidade de São Paulo. Eu queria ressaltar a figura do  
599 professor Aziz Ab'Saber que mudou, digamos assim, revolucionou os estudos de  
600 Geografia aqui no Brasil unindo mais esses estudos com estudos de Ecologia,  
601 Estudos Sociais e etc. É uma figura que vai fazer muita falta para todos nós. Eu peço,  
602 em homenagem a ele, um minuto de silêncio para que possamos pensar na figura  
603 dele e rezar por ele. Muito obrigado.

604

605

606 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos dar  
607 continuidade aos nossos trabalhos. Algumas apresentações de versão de pauta.  
608 Passo a Adriana para que ela informe a respeito.

609

610

611 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do CONAMA)**– O  
612 próximo ponto agora é apresentar-se a mesa de pedidos de inversão de pauta,  
613 retirada de matéria ou requerimento de urgência.

614

615

616 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Senhor Presidente. Senhores e  
617 senhoras Conselheiros. Vou aproveitar esse momento e fazer os 3 pedidos que tenho  
618 que fazer. A primeira questão trata-se do pedido de inversão de pauta que diz respeito  
619 à resolução que define o calendário das reuniões do CONAMA. A ideia seria que nos  
620 tratássemos ela como o primeiro ponto da Ordem do Dia. Faremos essa primeira  
621 proposta. O segundo aspecto que eu gostaria de trazer é relacionado ao Plano  
622 Nacional de Resíduos Sólidos. Acho que, como todos devem saber, a política nacional  
623 de 2010 definiu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos tanto nas esferas estaduais  
624 como municipais. O decreto que regulamentou essa lei, o Decreto nº 7.704, sugere,  
625 solicita que se submeta a uma apreciação dos Conselhos Nacionais de Meio  
626 Ambiente, das Cidades, Recursos Hídricos, Saúde e Política Agrícola. Inicialmente, o  
627 Ministério do Meio Ambiente tinha entendido que seria melhor submeter sobre a forma  
628 de moção essa apreciação do Conselho Nacional, no entanto, depois de certa  
629 discussão, apesar da premência de tempo, entendeu-se que seria possível e  
630 recomendável que tratássemos dessa discussão numa Câmara Técnica específica do  
631 Conselho Nacional. Dentro dessa perspectiva, nós estaremos solicitando um pedido  
632 de urgência para que a matéria do Plano Nacional de Resíduos Sólidos seja avaliada  
633 na Câmara Técnica de qualidade e resíduos do CONAMA. Sendo dessa forma,  
634 conseguindo essa urgência, ela retornaria a essa plenária para avaliação final, ainda  
635 em maio deste ano. Seria compatível com os prazos que estão sendo articulados por  
636 parte do Ministério do Meio Ambiente e do Governo como um todo. Dessa forma, nos

637 iríamos retirar a proposta de moção e sugerir que fosse substituída por esse pedido  
638 de urgência.

639

640

641 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do CONAMA)–**  
642 Algum outro pedido de inversão de pauta? A mesa entende que está acatado pela  
643 plenária, se não houver nenhuma divergência, o pedido de inversão de pauta da  
644 resolução que trata sobre o calendário das reuniões do CONAMA. Nós fizemos via  
645 resolução e houve a necessidade de fazer transferência dessa reunião para quinta e  
646 sexta-feira e da reunião seguinte que será nos dias 30 e 31 de maio. Dessa forma,  
647 nós iniciaremos as comemorações do Dia do Ambiente com uma reunião plenária do  
648 CONAMA e haverá uma sequência de eventos culminando com a Rio+20. Gostaria de  
649 apresentar aqui as datas. Essa resolução foi assinada pela Ministra, *ad referendum* no  
650 plenário. É isso que gostaríamos de colocar em votação.

651

652

653 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA) –** Aqueles que  
654 se manifestarem contrários, por favor, levantem seus crachás (*Pausa*). Os que se  
655 manifestam a favor, por favor, ergam seus crachás (*Pausa*). Os que se abstém, por  
656 favor, se manifestem (*Pausa*). Aprovada a moção.

657

658

659 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do CONAMA)–**  
660 Passando pelo ponto seguinte de pauta, é a revisão da Resolução nº 418 no que  
661 tange a Tabela 3, que são os limites máximos de emissão de CO<sub>2</sub> corrigido e HC  
662 também corrigido. Houveram pedidos de vistas das duas entidades PROAM e Planeta  
663 Verde. Nós começaremos solicitando que as 2 entidades que pediram vistas se  
664 manifestem em plenário para apresentarem seus pareceres. Começando pelo  
665 PROAM, Carlos Bocuhy.

666

667

668 **O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM) –** Bom dia a todos. Nós temos uma situação na  
669 região metropolitana de São Paulo, de extrema gravidade com relação à qualidade do  
670 ar. Eu acho que todos têm conhecimento disso. Um dos problemas é que, durante o  
671 período de inversão térmica, o período de inverno, a morbidade chega a 20 pessoas,  
672 por dia, em função da poluição atmosférica. Portanto, para nós, a inspeção veicular é  
673 um importante instrumento de gestão pública sobre controle de poluição que nos  
674 permitiria amenizar e salvaguardar a vida de milhões de paulistanos. Quando nós  
675 falamos de 20 pessoas por dia, nós estamos falando, na verdade, de um pequeno e  
676 mensurado valor que pode ser observado nas internações de emergência em prontos-  
677 socorros e que, na verdade, não nos dá a dimensão da grande massa dos males a  
678 longo prazo, médio prazo, para a saúde pública, que a poluição provoca. Como todos  
679 sabem, quando se trata de saúde pública, há uma sinergia de diversos efeitos  
680 danosos ao organismo humano que provocam, ao longo do tempo, morbidade e perda  
681 da qualidade de vida de forma que, quando nós falamos de 20 mortes por dia, nós  
682 estamos falando da ponta do *iceberg* porque não nos é permitido ainda identificar o  
683 próprio *iceberg* por falta das condições que temos de mensurar qualidade de vida  
684 saudável em metrópoles por falta de indicadores. Já que a possibilidade que a  
685 sociedade tem de medir desenvolvimento, PIB, IDH... para a saúde alguns indicadores

686 e para ambiente outros. Não existe uma metodologia integrada que nos permita a  
687 avaliação de capacidade de suporte ambiental, portanto, não temos visão clara sobre  
688 essas questões. Trabalhar a perspectiva de amenizar esse quadro crítico da região  
689 metropolitana significa implantarmos exatamente o espírito da inspeção veicular, que  
690 foi desenhado como um elemento de salvaguarda da sociedade. Por isso, esse  
691 programa deve ser corajoso. Deve contar com amplo respaldo político e evitando, ao  
692 máximo, as pressões de mercado que venham a interferir no processo decisório. O  
693 que nós percebemos nesse processo que tratamos aqui hoje, da revisão da 418, é  
694 que há uma forte pressão, por parte da própria agência que faz o controle, pressão de  
695 consultorias, *lobbies* de empresas que importam motocicletas com padrões inferiores  
696 a aqueles desejáveis para circulação em território nacional. Em consequência disso,  
697 acabamos tendo uma resolução que não se sustenta do ponto de vista técnico na  
698 perspectiva do que representa o Plano Nacional de Controle de Poluição Atmosférica,  
699 que deveria contar com esse importante instrumento. Eu vou ler o final do nosso  
700 parecer, as conclusões. Esse parecer está no *site* do CONAMA. Todos têm acesso. É  
701 uma discussão longa. O parecer também é longo, mas acho que isso dá uma ideia da  
702 nossa avaliação sobre o processo que foi discutido. Depois de mim, o Dr. André Lima,  
703 do Instituto Planeta Verde, vai trabalhar um pouco, pelo parecer do Planeta Verde...  
704 as questões de vício no processo, que são evidentes. Conclusões: 3.1. Diante dos  
705 motivos expostos neste parecer, o Instituto PROAM entende que as definições, até  
706 agora tomadas do âmbito da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental  
707 nesse processo, bem como naquele que culminou a aprovação da Resolução  
708 PROMOT 4, foram baseadas em possíveis pressões, retrocessos e absoluta falta da  
709 fundamentação técnica necessária para concepção dos princípios da transparência e  
710 da publicidade em decisões que nada tem a ver com orientação tecnicamente  
711 fundamentada, conforme os melhores padrões já praticados no CONAMA. Qualquer  
712 definição por afrouxamento do rigor do Programa de Inspeção Ambiental de  
713 Motocicletas, sem avaliar de forma honesta e transparente os respectivos índices de  
714 reprovações por marca modelo e ano do veículo dos programas de São Paulo e  
715 também do Rio de Janeiro, seria cega, política e, portanto, temerária. O  
716 posicionamento técnico da CETESB, apresentado na Informação Técnica nº 001 de  
717 2011, constante do Anexo II deste parecer, por não ter sido avaliado pela Câmara  
718 Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e devidamente contestado, continua  
719 válido. Portanto, tomamos por nossas as conclusões dessa informação técnica.  
720 Explicando, aqui nos parênteses, esse parecer técnico da CETESB estava pela  
721 inviabilidade da proposta e inviabilidade significa o seguinte: há um retrocesso que  
722 permite que o padrão adotado seja 800% maior que o padrão de emissão adotado  
723 hoje na Europa. O parecer da CETESB se manifesta contrariamente a isso. 3.3. É  
724 necessário, urgente, reavaliar e corrigir os requisitos de durabilidade dos catalisadores  
725 de motocicletas, que entram em vigor em 2014, e dos automóveis estabelecidos pelo  
726 CONAMA, que é uma discussão antiga. Nós aprovamos, recentemente, uma  
727 resolução que se baseia na premissa de que as motos rodam 30.000 quilômetros por  
728 ano e a durabilidade dos catalisadores seria, a exigida, em torno de 18.000. Só que os  
729 dados que temos na região metropolitana de São Paulo é que as motos pequenas,  
730 por exemplo, utilizadas pelos *motoboy*s, rodam de 90 a 150.000 quilômetros por ano,  
731 ou seja, o *motoboy* vai à agência de motocicletas, compra o seu veículo e,  
732 aproximadamente em 30 dias, ele estaria lançando o total de emissões do motor sem  
733 nenhuma eficiência do catalisador. Ou seja, quando se adota o modelo europeu ou  
734 americano, tem que se considerar que o clima diferenciado leva a uma rodagem muito

735 menor e também que o clima europeu e o clima do Hemisfério Norte, em geral, são  
736 climas bem mais frios, portanto, a utilização das motocicletas é muito menor e se dá  
737 em poucos períodos por ano. E ainda, nós não temos a figura do *motoboy*... uma  
738 situação muito mais informatizada, desburocratizada. Portanto a questão do malote,  
739 ele diminuiu bastante. Com relação ao item 3.4, a respeito da súbita mudança de  
740 posicionamento do Governo do Estado de São Paulo na Câmara Técnica de Controle  
741 Ambiental, o PROAM lamenta que o Estado de São Paulo, em que pese o seu status  
742 no cenário nacional e histórico e histórica seriedade na atuação técnica do CONAMA,  
743 por meio do cultivada *expertise* dos técnicos do CETESB e Secretaria do Meio  
744 Ambiente do Estado de São Paulo, tenha se tornado descartável e substituído por um  
745 posicionamento político pautado por ausência de transparência e justificativas que dão  
746 asas às relações das mais diversas, ao mesmo tempo que afasta da decisão política o  
747 interesse público em meio ao mais importante fórum de regulação ambiental da  
748 América Latina. A informação que nós temos é que o Governo do Estado de São  
749 Paulo, depois de uma conversa com a Prefeitura, acatou politicamente o pedido de  
750 um abrandamento das emissões desconsiderando o melhor conhecimento técnico e  
751 orientação técnica da própria CETESB e isso é inaceitável, já que qualquer decisão  
752 política deve se pautar pela proteção da saúde pública. É esse o parecer. Obrigado.

753

754

755 **O SR. ANDRÉ LIMA (INSTITUTO O DIREITO POR UM PLANETA VERDE)** – Bom  
756 dia a todos e a todas. Eu quero, nas pessoas do nosso Secretário Executivo e do  
757 nosso Conselheiro Paulo Nogueira-Neto, saudar a todos e dizer que, para mim, é uma  
758 honra voltar aqui a essa tribuna para dar a minha contribuição como cidadão e como  
759 representante-suplente do Instituto Direito por um Planeta Verde num tema da mais  
760 alta relevância. Talvez um dos problemas mais desafiadores e relevantes da  
761 atualidade em matéria ambiental, ao lado do saneamento. Tendo o Dia da Água como  
762 esse dia que nós vamos deliberar essa matéria... é importante porque, no nosso ar,  
763 nós temos uma quantidade relativamente importante de água. Nós estamos falando  
764 de um tema que está na Ordem do Dia. Eu vou apresentar rapidamente e vou pedir  
765 licença aos senhores, e a paciência dos senhores, porque eu quero destacar alguns  
766 aspectos do relatório feito pelo nosso representante titular do Instituto Planeta Verde,  
767 o Dr. José Eduardo Lutti. Eu acho que ele retrata aspectos do procedimento bem  
768 relevantes e que merecem uma atenção especial dos Conselheiros, na medida em  
769 que, nós não estamos tratando, nessa matéria, tão somente de um aspecto pontual de  
770 emissões veiculares ou por motocicletas, mas estamos tratando também da  
771 responsabilidade do Conselho Nacional de Meio Ambiente no que tange a  
772 consistência técnica das suas deliberações, tendo em vista que nos vivemos hoje... os  
773 senhores têm acompanhado, no Congresso Nacional, um movimento muito intenso na  
774 tentativa de tirar a legitimidade desse Conselho. Portanto, essa matéria é uma matéria  
775 que tem esse destaque também. Nós estamos tratando aqui da responsabilidade do  
776 Conselho no que diz respeito à consistência, ao conteúdo, à motivação e a  
777 legitimidade de suas deliberações. Por esse motivo, eu vou me permitir ler alguns  
778 trechos do relatório e depois apresentar as nossas considerações. No relatório diz  
779 assim. Página 2. Em parecer técnico, a Gerência de Qualidade do Ar da Secretária de  
780 Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, se  
781 manifesta favoravelmente às alterações da Resolução nº 418, agora em apreciação,  
782 conforme os pleitos da Anfab e da Abraciclo. Vou pular alguns trechos. Em nova  
783 manifestação, Nota Técnica nº 1 de 2011, folha 19, sobre a proposta... agora da

784 diretoria do CONAMA... do departamento do CONAMA... a mesma Gerência de  
785 Qualidade do Ar da Secretaria de Mudanças Climáticas concluiu pela falta de  
786 informações técnicas que possibilitassem uma tomada de decisão segura e propôs  
787 que se reabram as discussões. Avançando... na página 3... As folhas 101 E 103 do  
788 processo. Ofício do Secretário do Governo da cidade de São Paulo à Ministra de Meio  
789 Ambiente e ao Presidente do IBAMA, datado de 3 de outubro de 2011, solicita seja  
790 encaminhado, ao CONAMA, pedido de prorrogação do prazo para implantação dos  
791 limites estabelecidos pela Resolução nº 418 para início de 2013 afim de que se possa  
792 discutir melhor a proposta de alteração. Eu vou avançar mais um pouco, à página 6 do  
793 parecer do Instituto Planeta Verde. Aprovada a proposta da Câmara Técnica, foi  
794 rejeitada na CTAJ em razão de falhas na instrução, já que se propunham limites  
795 menos restritivos que o aprovado em plenário, sem que existissem, aqui eu grifo,  
796 informações técnicas suficientes a embasar a decisão. A CETESB, por sua vez,  
797 contesta a proposta afirmando, em síntese, que somente um pequeno número de  
798 motocicletas de marca de pouca influência no mercado é que seria atingido pelos  
799 limites restritivos estabelecidos na Resolução nº 418. De volta à Câmara Técnica, o  
800 Governo do Estado de São Paulo, por meio de seu representante, Sr. José Eduardo  
801 Bevilacqua, defende o posicionamento dos técnicos da CETESB e, ao mesmo tempo,  
802 concorda com a proposta, conforme encaminhada pelo Presidente da Câmara  
803 Técnica de Qualidade Ambiental, no sentido de que os valores mais restritivos teriam  
804 o impacto nos programas a serem implantados em todo o Brasil. Tem uma  
805 incongruência no posicionamento, justificado depois, na própria plenária. As  
806 informações começaram a ser juntadas aos Autos somente depois da decisão da  
807 CTAJ de devolver à Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, nos termos do parecer,  
808 para melhor instruir o processo. Pulando alguns parágrafos... Ocorre que, pela leitura  
809 das transcrições das reuniões, e o Dr. Lutti, pela extensão e densidade e profundidade  
810 do parecer, examinou todo o processo e todos os documentos e transcrições, as  
811 discussões giraram em torno somente das informações de folhas 90 a 95  
812 apresentadas pela Consultoria *Environment* de Tecnologia de Conceitos Ambientais.  
813 Não há, nos autos, quaisquer outras informações estatísticas de resultado de  
814 inspeções veiculares realizadas na cidade de São Paulo ou no Rio de Janeiro que  
815 difiram dessas. Aliás, salvo engano, não há nenhuma informação oriunda do Estado  
816 de Rio de Janeiro. Eu vou passar mais adiante e já estou concluindo. Aqui nas  
817 conclusões.. Certamente que a proposta da CETESB, durante a 54ª Reunião  
818 Extraordinária do Plenário do CONAMA... lembrando que o CETESB tem termo de  
819 cooperação com o IBAMA exatamente para operar ou propondo por mote... que  
820 acabou incluída no texto da resolução e objeto dessa discussão... não foi feita de  
821 forma irresponsável. Mesmo porque, essa agência ambiental, sempre foi o grande  
822 esteio do PROCONVE, conforme registrou o Presidente da Câmara Técnica de  
823 Qualidade Ambiental na abertura 49ª Reunião. Tal proposta, evidentemente, estava  
824 lastreada em dados técnicos e na experiência de engenheiros da Agência Ambiental,  
825 tanto que o Plenário, sentindo-se seguro e acabou por aprová-la. A proposta, no item  
826 2.1... a informação técnica da CETESB está constada no procedimento administrativo.  
827 É importante deixar registrado que, em nenhum momento, houve contestação de  
828 mérito deste posicionamento e nesta consideração técnica da CETESB. Por fim, se  
829 assim é, e considerando que a inspeção veicular é um instrumento de fiscalização,  
830 conforme anteriormente narrado, função da legislação que o lastreia, devem os  
831 Conselheiros do CONAMA, em respeito à legislação ambiental, à Constituição  
832 Federal, à transparência, ao direito à informação, e à saúde, e à vida das presentes e

833 futuras gerações, acatar o posicionamento técnico da CETESB e da Gerência de  
834 Qualidade do Ar da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. A  
835 solicitação de uma série de esclarecimentos feitos no parecer, que não sei se serão  
836 dados hoje, mas são fundamentais para que esse plenário possa tomar uma decisão  
837 coerente, consistente e responsável, que mantenha o CONAMA no papel que ele tem  
838 hoje de um dos maiores e mais importantes conselhos deliberativos do nosso País, na  
839 esperança de que nós não... como é uma deliberação eventualmente equivocada  
840 aqui... adicionar à lista dos retrocessos que nós estamos vivenciando na Legislação  
841 Ambiental, haja vista a decisão de ontem... eu não sei se os senhores tomaram  
842 conhecimento... que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a PEC que retira  
843 do Poder Executivo, o poder de criar unidades de conservação e de homologar terras  
844 indígenas. Na sequência, nós estamos tento todo esse embate com o Código  
845 Florestal. Que não venhamos a adicionar mais um elemento à lista de retrocessos  
846 ambientais em plena véspera da Rio+20. Muito agradecido pela atenção.

847

848

849 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –**  
850 Volney, por favor.

851

852

853 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA) -** Bom Sr. Presidente, eu queria, primeiro,  
854 tranquilizar a todos que... foi feita uma discussão muito detalhada e baseada em  
855 informações técnicas para apresentar a essa plenária essa Proposta de Revisão da  
856 Resolução. Uma série de questões de procedimentos, que os nossos colegas  
857 levantam, muitas delas até foram levantadas por alguns atores na Câmara de  
858 Assuntos Jurídicos e que eu fiz questão depois de responder por um relatório meu à  
859 própria Câmara de Assuntos Jurídicos, e que está disponível no CONAMA há quase  
860 um ano. Eu acho que essas questões são importantes de chamar atenção, mas o  
861 foco, e aí eu queria atenção da minha apresentação, é mostrar que nós não estamos  
862 tendo retrocesso. Muito pelo contrário. Nós estamos tendo muito avanço e, às vezes,  
863 a falta de perceber os avanços é que nos levam, muitas vezes, a vários atores  
864 políticos, nos verem como retrocessos. Eu acho esse é um elemento importante que  
865 eu vou trazer algumas questões técnicas aqui para que nós retomemos... Na  
866 realidade, eu vou conseguir fazer agora, pela primeira vez, uma apresentação do que  
867 é essa resolução e depois, com certeza, existem questões que a própria Prefeitura de  
868 São Paulo, a CETESB e o IBAMA irão detalhar porque são questões técnicas que  
869 exigem todo um cuidado e um refinamento na hora de se apresentar. *(Microfone.*  
870 *Espero que não dê problema com a caixa).* Eu queria mostrar para vocês a primeira  
871 tabela, que é um pouco a questão do que vem acontecendo a questão de PROMOTE  
872 desde 2002. Nós temos o primeiro, desde 2003, depois 2005. Depois, temos a fase 3,  
873 em 2009. Vamos ter o PROMOTE, a fase nº 4, a partir de 2014. Só há evolução, por  
874 exemplo, de monóxido de carbono, que partimos de 13, em 2013, e estamos  
875 chegando a 2. Isso é uma redução muito relevante nos municípios que... mas vamos  
876 colocar os hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio... o processo que nós vivemos de  
877 tratar e reduzir os grandes... que são relevantes dentro do contexto de população... de  
878 poluentes urbanos, que são o HC e os óxidos de nitrogênio, que são precursores de  
879 ozônio, como todos vocês devem saber, que existem detalhes técnicos, que vocês  
880 depois sejam apresentados pelo Dr. Márcio ou pela Prefeitura de São Paulo... Nós  
881 vivemos um balanço entre produção de hidrocarbonetos e depois de CO. Se nós

882 aumentamos um, podemos diminuir o outro. Isto é o processo da queima, que tem  
883 que ser entendido porque a estequiometria obedece a uma série de critérios que não  
884 são simplesmente critérios legais. Na realidade, isso nos leva a ver uma faixa onde  
885 otimizamos essa relação entre HC e CO. Eu acho importante ter... olhem para aquelas  
886 duas últimas linhas onde nós temos os 6% e 4,5%. O que é aquilo? Na primeira  
887 resolução, a Resolução nº 697 de 2002, se estabelece, justamente com essa questão  
888 de inspeção veicular, em condições ainda de fábrica, para homologação, condições  
889 similares de ensaio aos que são feitos para inspeção e manutenção veicular... é o que  
890 existe, vamos dizer assim, hoje. Vamos para a próxima. Em 2009, o que se fez? Nós  
891 tínhamos ali, vocês veem, a partir de 2003, começa o PROMOTE. Temos o M1, M2,  
892 M3 e, em 2014 vamos ter o M4. A Câmara Técnica tinha feito uma proposição de  
893 fazer certo detalhamento entre essas fases antigas e, a partir de 2003 a 2009, o que  
894 se adotava? Aqueles padrões de homologação: 6 e 4,5 de CO. É o que se tinha  
895 definido. Essa foi a proposição da Câmara Técnica. Vamos ver o que nós aprovamos  
896 na plenária. Na plenária, basicamente, houve até uma inovação durante esse  
897 processo de discussão na plenária e se criou 2 fases. Uma primeira fase para  
898 inspeção e manutenção para, a partir de 2010, e uma segunda fase a partir de 2011.  
899 Se vocês olharem, a linha para 2003 e 2008, basicamente os valores são 6 e 4,5 na  
900 primeira fase, que são aqueles valores de homologação e se propunha 7 para aquelas  
901 motos que seriam anteriores ao PROMOTE. Já para a nova fase, a partir de 2009, se  
902 fez uma proposição desses valores bem mais restritivos. O que é interessante nesta  
903 tabela, quando nós olhamos a fase 2... você entra com a mesma moto, com a mesma  
904 tecnologia no ano 2010, vai fazer a inspeção em 2011 e corre o risco de “rodar” no  
905 processo de inspeção. É uma primeira questão que eu acho que tem que se chamar  
906 atenção. Vamos avançar para o próximo. O que aconteceu a partir disso? A Abraciclo  
907 encaminha uma solicitação, que foi remetida à CNI... até porque quem representa a  
908 Abraciclo no CONAMA é a CNI... a CNI é que levou essa discussão para Câmara  
909 Técnica. *(Eu tenho um problema com essas questões tecnológicas aqui. Não sei se  
910 estou fazendo errado)*. O que a Abraciclo propõe é que, mais ou menos, muito  
911 próximo do que foi definido naquela fase 1, no entanto... na questão, da 2010 em  
912 diante, propõe 3,5. Isso aqui é para chegar à reunião de hoje. Qual é a discussão que  
913 nós temos a partir dessa entrada da CNI e da Abraciclo com esse pedido de revisão  
914 desses limites? Que é justamente essa questão fundamental da tabela 3, que define  
915 os limites máximos de emissão de CO corrigido e HC corrigido em marcha lenta e  
916 fator de emissão para motocicletas e veículos (...), que é justamente esses padrões de  
917 emissão para inspeção e manutenção veicular. A Câmara Técnica se reuniu e foi por  
918 diversas, não foi uma reunião. Foram diversas reuniões... e chamou os diferentes  
919 atores, principalmente o Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura de São Paulo... se  
920 vocês olharem, desde 93 nós temos previsão de inspeção e manutenção veicular. O  
921 Estado do Rio de Janeiro começa na segunda metade da década de 90 e só em 2008  
922 os municípios de São Paulo começam a inspeção e manutenção veicular. Eu queria,  
923 primeiro, fazer essa observação. Está se fazendo esforço enorme em melhorar a  
924 tecnologias, e vocês veem, o PROMOTE mostra claramente esse processo de  
925 redução de produção de gases CO e HC, mas por outro lado, nós estamos tendo  
926 muita dificuldade. Apesar de já, desde 97, o art. 54 do Código Nacional de Trânsito  
927 define que caberia ao CONAMA, vamos dizer assim, estabelecer esses padrões para  
928 inspeção e manutenção veicular. Nós tínhamos, em 2013, aquele primeiro *inside* de  
929 critérios, que são aqueles do 4,5 e 6%, e nós estamos agora... com a 418 se revisitou  
930 esse processo e se começou um processo detalhamento onde vemos que,

931 gradativamente, estamos tendo ganhos significativos. A Câmara Técnica entendeu, a  
932 partir de, e depois a prefeitura deverá trazer alguma informação de dados, que seria  
933 plausível aplicar, vamos dizer, esses fatores, para 2010 em diante, de 2,5 e 2 e, no  
934 caso de HC, 600 e 400. Acontecido isso, o que devemos fazer? Isso aqui é para  
935 explicar o que é o artigo 3º. O artigo 3º, ele justamente define limites de homologação  
936 em condições de ensaio e de inspeção e manutenção para, vamos dizer assim, a  
937 partir de agora. Porque o que se entendeu? Entendeu-se que, a partir das  
938 informações que nós tínhamos, poderia se apertar esse fator de homologação para  
939 inspeção. Homologação lá na fábrica. É aquele veículo, aquela moto nova. Eu  
940 passaria de 6 para 2%, que é o que nós estamos propondo nessa resolução, e HC,  
941 que não existia, está se propondo 400 ppm. Até porque, é o seguinte: você pode, na  
942 hora da inspeção, fazer um balanço e diminuir CO, só que você aumenta HC. Isso não  
943 estava previsto dentro do processo. Com isso, nós estamos amarrando o CO e o HC  
944 dentro desse processo. Isto aqui explica o que é o artigo 3º, que traz os níveis de  
945 homologação para inspeção para os valores de 2% e 400 ppm. Só que tem outra  
946 questão, que é uma regrinha de transição que explica o que é o Art. 2ª. Vamos lá.  
947 Como nós temos, vamos dizer assim, ainda algumas motos que estão com o processo  
948 de homologação com aqueles números antigos de 4,5 e o 6%, e outras que já foram  
949 homologadas nesse período com esses valores maiores, o que nós estamos  
950 colocando aqui? Nós estamos dizendo que, para essas motos que,  
951 comprovadamente, tenham sido homologadas com valores superiores aos estipulados  
952 na tabela 3, que nós estamos definindo agora... a partir do momento que nós  
953 aprovamos essa resolução... esses valores de homologação, eles poderão atender  
954 há um parâmetro um pouco menos restritivo que é 3,5 para CO e 2000 para HC  
955 corrigido. Com isso, eu trouxe elementos muito factuais e de dados, vamos dizer  
956 assim, eu acho que agora o IBAMA e a Prefeitura de São Paulo poderão trazer mais  
957 alguns elementos, registrando o processo que se deu na Câmara de Controle e  
958 Qualidade, que é um processo que procurou se basear em informações no grau de  
959 racionalidade e procurar esse balanço entre um programa que, há anos se promete  
960 que vai ser implementado e daqui a pouco nós corremos o risco que a maior  
961 perspectiva que vai ser desse programa é que vai ser um programa arrecadatário e  
962 que não respeita o consumidor. Nós temos que tomar um pouco esse cuidado porque  
963 os ganhos ambientais estão dados aqui e nós também temos que respeitar o  
964 consumidor que compra a moto e depois ocorre o risco de nós, burocraticamente,  
965 definirmos um valor que vai virar um problema para quem for implementar esses  
966 programas nos Estados depois. Eu queria agradecer a atenção e espero ter trazido  
967 elementos para dar uma melhor condição de discussão e construção de convicção.  
968 Senhoras e senhores Conselheiros. Obrigado.

969  
970

971 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –**  
972 Tenho a inscrição da ANAMMA. Só pergunto quem viraria pela ANAMMA. A CETESB  
973 está inscrita para falar. Porque eu estou chamando a ANAMMA ou CETESB e não  
974 estou...

975  
976

977 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA) -** Por favor, a Prefeitura de São Paulo.

978  
979

980 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –**  
981 Peço para se identificar ao microfone. Hoje nós estamos sem estenotipia. Mais uma  
982 razão para que todos, ao usarem o microfone, se identifiquem.

983  
984  
985 **O SR. SÉRGIO HENRIQUE FLORINI (Coordenador de Inspeção Veicular da**  
986 **Prefeitura de São Paulo) -** Bom dia a todos. Meu nome é Sérgio Henrique Florini. Eu  
987 sou Coordenador de Inspeção Veicular da Prefeitura de São Paulo. Estou vindo, em  
988 nome do Secretário Eduardo Jorge, para falar um pouquinho sobre essa proposta.  
989 Primeiro eu queria falar um pouquinho do programa. Nós, em 19 de março,  
990 alcançamos 10.000.000 de inspeções veiculares e, todo esse arcabouço de  
991 informações, nós usamos para referência e disponibilizamos para quem solicitar.  
992 Todos os dados que estão no processo foram disponibilizados pela Prefeitura de São  
993 Paulo. Os dados são de propriedade da Prefeitura de São Paulo. O professor Saldívia  
994 fez um estudo sobre o impacto da redução da emissão dos particulados dos motores  
995 a *diesel* usando os dados da Prefeitura de São Paulo. É uma coisa que eu queria  
996 falar, que o pessoal fala. Os dados são nossos e nós disponibilizamos a medida do  
997 que for solicitado. O programa da Prefeitura de São Paulo começou em 2008. Em  
998 2008 nós seguimos todas as resoluções antigas do IBAMA e CONAMA. A partir de  
999 2009, nós seguimos sempre todas as resoluções que estão sendo implantadas, em  
1000 conformidade com a inspeção que está sendo feita. Eu queria, para dar uma parte  
1001 mais técnica, eu queria convidar o consultor Gabriel Branco, do programa. Eu queria  
1002 que falasse mais tecnicamente sobre o que Volney falou. Obrigado.

1003  
1004  
1005 **O SR. GABRIEL BRANCO (Consultor do Programa de Inspeção Veicular da**  
1006 **Prefeitura de São Paulo) -** Bom dia a todos. Eu sou Gabriel Branco, citado até no  
1007 parecer do pedido de vistas do Planeta Verde e eu quero ressaltar isso que o Sérgio  
1008 acabou de dizer. Eu consto ali como sendo dono dos dados, os únicos dados  
1009 apresentados, mas na verdade eu só ajudei a fazer as contas e classificá-los. Os  
1010 dados foram apresentados pelo Márcio Scritino que era, na época, o coordenador do  
1011 programa e esses dados foram apresentados no sentido de orientar e mostrar o que é  
1012 possível fazer. O primeiro ponto que eu quero ressaltar, tecnicamente, é que na  
1013 medida em que o PROMOTE fixou um limite de 6% de CO, por exemplo, e não fixou  
1014 nada de HC, os fabricantes seguiram isso com certa folga para manter, folga de  
1015 produção, e essas motos estão andando nas ruas com essas características. Em  
1016 2009, foi proposto que o limite para as motos 2003, fase 3, M3, a partir de 2009,  
1017 tivessem um limite de 1% de monóxido de carbono e 200ppm de HC. Isso poderia ser  
1018 possível se os fabricantes tivessem atingido esses níveis, mas a estatística que nós  
1019 detectamos no programa de São Paulo, com mais de 170.000 motocicletas medidas  
1020 naquela altura, mostrou que as fases anteriores, como o Volney mostrou, até o  
1021 modelo 2008, o que estava na primeira tabela da Resolução nº 418, é perfeitamente  
1022 factível e já traz uma redução grande. Com aqueles números, reprova-se cerca de 30,  
1023 40, até 50% das motocicletas de determinados modelos. O nível 1% não aparece  
1024 como viável nas estatísticas presentes e é possível reduzir de 6 para 2/ 2,5, mas não  
1025 é possível reduzir para 1 e eu quero mostrar (*Por favor, ponha aquela única figura que*  
1026 *eu tenho para apresentar*), mostrando a dependência da regulagem do motor e do  
1027 resultado que se tem emissões. Quando se tem um motor com excesso de  
1028 combustível, as duas emissões são altas, tanto o monóxido de carbono quanto os

1029 hidrocarbonetos porque sobra combustível. Combustível não queimado e combustível  
1030 mal queimado. Aquela curva mostra bem isso. Do lado de lá nos temos emissões  
1031 altas de monóxido de carbono e as correspondentes emissões de hidrocarboneto. A  
1032 curva vermelha reflete a média da frota e a curva azul reflete aquilo que 90% da frota  
1033 consegue atingir. Nós vemos que, a partir de 3, 4% de CO, as duas emissões  
1034 aumentam junto. Quando uma cresce, a outra também cresce. Entre 1,5 e 3,5% existe  
1035 um patamar da emissão de HC que é determinada pela tecnologia dos anéis de  
1036 pistão, do motor enfim. Menos que isso, não depende da regulagem e se nós  
1037 regularmos tirando mais combustível, o monóxido de carbono continua abaixando.  
1038 Nós conseguimos levar reclamo o monóxido de carbono até 0, se quiser, mas os  
1039 hidrocarbonetos começam a subir porque com pouco combustível o motor começa a  
1040 falhar. E falhando, o combustível entra e sai misturado no gás de escapamento sem  
1041 queimar. Nós vemos aí um comportamento típico de motor que cada tecnologia tem o  
1042 seu nível. Essa tecnologia da fase 3 do PROMOTE, ela consegue se inscrever nessa  
1043 figura, mas menos que isso ela não consegue. Puxar, portanto, o limite de CO para  
1044 baixo de 2 significa trocar o monóxido de carbono, que é um poluente menos  
1045 expressivo do ponto da saúde hoje, porque ela já reduziu bastante na atmosfera, por  
1046 um aumento de emissão de HC, que é o poluente mais preocupante hoje porque é um  
1047 precursor de ozônio... Do ponto de vista da gestão do programa, não é conveniente  
1048 puxar essas emissões para baixo primeiro porque aquele par de 1% de CO e  
1049 duzentos ppm de HC não pode ser atingido pela grande maioria das motos. Segundo:  
1050 puxar a questão do CO para baixo criando o potencial de emissão de HC e também  
1051 um potencial do motor falhar, nós estamos fazendo um programa só no papel porque  
1052 se alguém conseguir passar no teste, ele vai sair com a motocicleta funcionando mal  
1053 e, no dia seguinte, ele volta no mecânico para voltar a regulagem ao ponto que ele  
1054 gosta, que é qualquer um, do 2 para cima. Se nós fixarmos limite de 2,5, nós trazemos  
1055 o mecanismo da moto, o usuário para um patamar de regulagem que é factível usar,  
1056 fácil de usar, e com viabilidade de funcionar bem para o resto do ano. Esse, eu acho  
1057 que é um aspecto técnico um pouco complicado, mas o mais seguro do ponto de vista  
1058 de análise desse problema. Eu acho que eu paro por aqui e fico à disposição se  
1059 alguém quiser alguma explicação adicional.

1060

1061

1062 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos ouvir  
1063 agora a CETESB.

1064

1065

1066 **O SR. WANDERLEY BORSARE (Gerente da Divisão de Emissões**  
1067 **Regulares da CETESB)** – Bom dia a todos. Eu sou Wanderley. Gerente da Divisão  
1068 da Divisão de Emissões Regulares da CETESB. Diante de tudo que foi dito, sobra  
1069 pouco para eu falar. Eu só queria enfatizar alguma coisa a respeito do parecer, na  
1070 verdade, da instrução, da informação técnica da CETESB, que foi citada algumas  
1071 vezes aqui. Essa informação foi gerada... é preciso entender essa informação na linha  
1072 de tempo... Ela foi gerada no momento que se tinha as melhores informações.  
1073 Naquele momento eram as informações dos processos de homologação ao qual nós  
1074 temos acesso por conta de CETESB agir como agente técnico conveniado do IBAMA  
1075 para gerenciamento do PROCONVE. Foi feito um levantamento de uma série de  
1076 homologações de motocicletas novas e chegou-se aquele número. Esse era o  
1077 conhecimento e a informação da época. Depois disso é que vieram essas outras

1078 informações, que na época nós não tínhamos conhecimento, que são as informações  
1079 oriundas dos programas de inspeção ambiental. Muito bem, o que isso muda? Muda o  
1080 fato de que o real é muito diferente do ideal, que é a medição no momento da  
1081 homologação, que é o ensaio laboratorial em cima de um protótipo da motocicleta.  
1082 Isso não invalida, de forma alguma, essa informação técnica da CETESB. Muito pelo  
1083 contrário. Inclusive a própria informação traz, no seu texto, uma recomendação ou  
1084 uma afirmação de que quaisquer alterações nos limites, ela tem que ser baseada na  
1085 avaliação dos programas de inspeção atualmente vigentes. Isso está lá no texto da  
1086 informação. O que não se tinha na época e agora se tem. Estou falando isso só para  
1087 alinhar a questão do conhecimento da questão. Outra coisa. Foi citada uma resolução  
1088 recente que estabelece a fase 4 do programa de controle de emissões de  
1089 motocicletas, o PROMOT. Essa resolução, esses limites vão entrar em vigor em 2014  
1090 e 2016, em duas fases e, pela primeira vez, vai ser exigida a comprovação de  
1091 durabilidade das motocicletas. Esses 18.000 quilômetros que está se obrigando o  
1092 fabricante a rodar para comprovar essa durabilidade de toda a engenharia embarcada  
1093 na motocicleta para controle de emissões, ela é 50% maior do que a exigida pela  
1094 legislação europeia, que exige 12.000. É fato que, em alguns centros urbanos do  
1095 Brasil, a motocicleta roda muito mais do que isso, mas é fato também que isso pode  
1096 ser considerado um avanço perante o que te tinha anteriormente, que era nada. Nós  
1097 estamos avançando e até melhor do que está se praticando no mercado europeu.  
1098 Outra coisa a respeito dessa resolução é que se estabelece um limite para 2016 de  
1099 emissões apurativas para as motocicletas e isso é uma coisa que não existe na  
1100 legislação europeia e está sendo introduzido aqui. Nós estamos, nesse aspecto, mais  
1101 avançados do que eles estão e isso é uma emissão muito importante, a emissão de  
1102 quanto de combustível a motocicleta emite para a atmosfera com evaporação e não  
1103 pela emissão de escapamento. O HC é um poluente muito importante nos grandes  
1104 centros urbanos porque ele é um dos precursores da formação do ozônio. Isso é um  
1105 avanço e eu me arriscaria a dizer que a gente está, a partir de 2014 e 2016, com essa  
1106 resolução CONAMA, com a melhor legislação de controle de motocicletas novas do  
1107 mundo. É isso. Obrigado.

1108  
1109  
1110 **O SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** – Bom dia a todos. Meu nome é Márcio Freitas.  
1111 Sou Conselheiro do CONAMA. Do IBAMA e do CONAMA. Minha participação aqui é  
1112 no sentido de lhes trazer mais alguns esclarecimentos em relação aos  
1113 questionamentos que foram feitos pela PROAM e pela Planeta Verde. Eu farei uma  
1114 rápida apresentação. Pedirei também o microfone para poder me deslocar no plenário  
1115 e que colocassem a apresentação que eu fiz, que tem basicamente dois objetivos. O  
1116 primeiro é esclarecer os questionamentos que foram feitos, principalmente pela  
1117 Planeta Verde, onde o IBAMA é citado explicitamente na questão da emissão da  
1118 Portaria nº 08 e depois eu procuro fazer uma síntese das informações técnicas que  
1119 foram aqui relatadas no sentido de tornar mais claro qual é o objeto de decisão que  
1120 está sendo submetido ao plenário, já que as 2, os 2 pedidos de vistas, apontam para  
1121 falta de clareza para tomada de decisão. Justamente nesse sentido é que foi a  
1122 conclusão dos 2 pedidos de vistas. Como eu comentei, o questionamento fundamental  
1123 em cima da ação do IBAMA, como gerente do PROCONVE, foram esclarecimentos  
1124 técnicos, isso é, textualmente o que constam nos pedidos de vistas. Esclarecimentos  
1125 técnicos e detalhados sobre a portaria que autorizou a fabricação de motociclos no  
1126 ano de 2009 com as mesmas configurações técnicas de 2008. No pedido de vistas,

1127 está colocado isso como tendo sido uma atitude não fundamentada do IBAMA. Na  
1128 verdade, é preciso que a gente entenda o que foi autorizado. Não foi autorizada a  
1129 fabricação de motocicletas no ano de 2009 com as mesmas configurações técnicas de  
1130 2008. O que ocorre, e isso está previsto no PROCONVE, desde a sua implantação, é  
1131 que sempre que há uma mudança de fase, há o que a gente chama de estoque de  
1132 passagem. O que é isso? Um veículo que vem sendo fabricado, no caso das motos,  
1133 vem sendo fabricado em 2008 para atender o padrão de 2008, quando entra o ano de  
1134 2009, há um novo padrão de emissão. A produção segue contínua até 2008. O que  
1135 nós chamamos de estoque de passagem é o que foi produzido até 31 de dezembro de  
1136 2008 e precisa ser comercializado e vendido durante o período de 2009. A própria  
1137 legislação já prevê, para automóveis, 3 meses para esgotamento desse estoque de  
1138 passagem e, para motos, 4 meses de esgotamento desse estoque de passagem, ou  
1139 seja, o veículo produzido até dezembro de 2008 pode ser comercializado até abril de  
1140 2009. Isso é assim e sempre foi assim em todas as fases do PROCONVE. Nesse  
1141 caso específico, nós tivemos uma crise econômica no ano de 2009, o que resultou  
1142 numa não-realização da comercialização da forma como ela havia sido prevista  
1143 inicialmente e isso levou ao IBAMA, em função desses argumentos do ponto de vista  
1144 político-administrativo, e atendendo uma orientação geral do Governo, que dizia que  
1145 nós deveríamos adotar medidas que minimizassem o prejuízo que a indústria nacional  
1146 recorrente da crise internacional, e atendendo também uma grande demanda da  
1147 indústria solicitando uma prorrogação desse prazo do estoque de passagem... isso  
1148 levou o IBAMA, com base naquele atributo legal que o IBAMA possui de fazer a  
1149 prorrogação do estoque de passagem da fabricação e importação de 31 de dezembro  
1150 para 31 de março. É isso que a portaria diz. A portaria simplesmente coloca, em vez  
1151 de colocar o final de produção do final de dezembro de 2008, ela prorrogou até março  
1152 e, conseqüentemente, prorrogou o prazo de comercialização do estoque de  
1153 passagem. Ela só jogou no tempo isso e não jogou em volume, quer dizer, só foram  
1154 autorizados a serem fabricados e comercializados aqueles veículos que já estavam  
1155 autorizados. Já tinham licença e já poderiam ser fabricados e comercializados. Não  
1156 houve o aumento de produção de modelo 2008 para 2009. Isso para explicar a atitude  
1157 do IBAMA, lembrando que, no processo que gerou a portaria, estão lá 12 pedidos de  
1158 empresas de automóveis e de motocicletas e 8 associações representativas do  
1159 segmento, ou seja, não foi atendido o interesse específico de um fabricante, mas  
1160 praticamente todos os fabricantes. As nossas preocupações em relação ao programa  
1161 de M, já foram aqui apontadas e vou passar rápido por isso, mas para nós do  
1162 PROCONVE, é muito importante que nós tenhamos esse outro componente do  
1163 programa. Um componente que já foi até destacado pela CETESB, que é a questão  
1164 de homologação do veículo quando ele sai da fábrica. Nisso, como o Volney mostrou,  
1165 nós temos avançado e temos, hoje, um dos níveis mais avançados do mundo em  
1166 relação ao controle dos veículos na fabricação. O que nos falta é uma cultura de  
1167 manutenção daquele padrão depois que o veículo sai da fábrica. Nós todos sabemos  
1168 aqui que o brasileiro não tem o hábito de fazer inspeção, manutenção operacional nos  
1169 seus equipamentos e isso leva há um perda dessa qualidade depois que o veículo  
1170 saiu da fábrica. É disso que essa resolução está tratando. Não é do veículo que sai da  
1171 fábrica. É do veículo na mão do usuário. O que o usuário faz com o veículo depois que  
1172 recebeu. E aí é importante que a gente diga que o componente fundamental de  
1173 inspeção e manutenção é justamente criar essa cultura. É criar esse aspecto  
1174 educativo e isso está contemplado na lei que dispõe sobre a redução da emissão de  
1175 poluentes. Ela fala claramente que tem o caráter educativo. Ela fala claramente que é

1176 importante que seja implantado em todo o Brasil. Como já foi dito, nós temos apenas  
1177 o Município de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro fazendo, em que pese mais  
1178 de 28 anos da existência da regulamentação. O nosso objetivo é muito mais no  
1179 sentido que a gente passe a fazer esse controle do que propriamente ficarmos aqui,  
1180 como já estamos, há quase 5 ou 6 anos discutindo qual é o padrão que vamos colocar  
1181 como limite. O que essa plenária tem que discutir agora é, fundamentalmente, o limite.  
1182 Que limite será esse que nós vamos colocar. É 1, como está atualmente em vigor, ou  
1183 é a mudança para 2/2,5 que é o que está sendo proposto pela Câmara Técnica de  
1184 Qualidade e que tem o apoio do IBAMA. E estou falando em nome do IBAMA. Eu  
1185 quero trazer aqui, que eu tentei agregar um pouco os dados das diversas fontes de  
1186 informação. A tabela que está aí é a mesma tabela que o Volney mostrou, que é a  
1187 tabela em vigor hoje pela Resolução nº 418 que se pretende decidir se vamos mantê-  
1188 la ou se vamos alterá-la. Em preto, estão os valores propostos da Resolução e, em  
1189 vermelho, estão os dados trazidos da inspeção e manutenção de São Paulo na  
1190 simulação do que seria a reprovação dos veículos hoje circulando com a entrada em  
1191 vigor da resolução, ou seja, os veículos fabricados até 2002, com aquele padrão de 7,  
1192 nós teríamos 27,7% de reprovação. 2003 a 2008, 23,5 e, a partir de 2009, mantido  
1193 esse dado, 36%, considerando o universo das motos dentro daquela fase 2002/2003  
1194 que 2009 tem. Por força dessa resolução, dessa portaria do IBAMA, nós temos, em  
1195 2009, motos fabricadas com padrão M2 até 31 de março de 2009 e motos já  
1196 operando, a partir disso, já com padrão M3. Na média, dá 36% de reprovação sendo  
1197 que, aquelas motos que estão no padrão M2, fabricadas em 2009, teriam 81% de  
1198 reprovação. Se nós entrarmos nessa segunda fase, que torna, como o Volney  
1199 comentou, torna mais restritivo para um veículo de 2003, que é situação complicada  
1200 porque foi homologado com determinado padrão e agora, depois de 10 anos rodando  
1201 com o veículo, eu tenho que obter um padrão menor do que aquele que ele foi  
1202 homologado. Veja a homologação saiu da fábrica. É natural que, saindo da fábrica, 1  
1203 ou 2 anos depois, ele já não tenha aquele padrão de emissão que tinha quando saiu  
1204 da fábrica. Imagina 10 anos depois ter um padrão menor do que tinha quando saiu da  
1205 fábrica. Isso levaria a reprovação da ordem de 43%, usando os dados atuais de São  
1206 Paulo. 30%, no caso das motos de 2003 a 2008 e 36%, se mantém, daquela outra. O  
1207 padrão é o mesmo. Essa tabela traz a proposta de revisão da resolução, que é a que  
1208 nós defendemos e traz, em vermelho, os índices de redução. Não se mexeria em  
1209 2002, 2003. Aquele período, que era 2003, 2008, está se propondo que seja  
1210 estendido. 2003, 2009, por força dessa situação de transição, que ocorreu em 2009.  
1211 Para 2009, se exigiria a mesma coisa que nós exigimos até 2008 antes, e isso levaria  
1212 o padrão de reprovação da ordem de 23,5% e de 27,7% até 2002. Colocando o  
1213 padrão 2,5/2 e 600/400 para hidrocarboneto, nós teríamos uma reprovação provável  
1214 de 15%, esse padrão não entrou em vigor, é uma estimativa, de 15% das motos que  
1215 saíram da fábrica, vejam bem, motos que saíram da fábrica em 2010 e em 2011 nós  
1216 já teríamos 15% de reprovação. Isso mostra que não há uma cultura, efetivamente,  
1217 como foi dito, de manutenção das motocicletas. Não há o hábito, como foi dito, por  
1218 parte dos *motoboys* etc., de fazer uma manutenção. O perigo, o risco que nós  
1219 corremos, em se estabelecer um padrão mais rígido, além daquele já citado pelo  
1220 Gabriel, é que nós vamos levar o sujeito a fazer alguma gambiarra para passar no  
1221 posto e, depois, como disse o Gabriel, ele volta para o mecânico e regula o carro da  
1222 forma como for necessária para ele andar normalmente na rua. Finalmente, a última  
1223 tabela. Eu gostaria de esclarecer e aqui eu busquei agregar dados que estão no  
1224 próprio parecer da CETESB, citado pelo Planeta Verde e pelo Proambi, com mais

1225 alguns dados pesquisados num levantamento que a (...) fez. Esse levantamento foi  
1226 muito em cima de dados de homologação, mas traz alguns dados de inspeção  
1227 manutenção. É difícil de se conseguir... se vocês tentarem na *internet* vão ter  
1228 dificuldade... eu tive... de se obter dados de inspeção e manutenção em vários países.  
1229 São poucos países que fazem. Que tem o programa implantado. Mas estão aí os  
1230 dados de homologação vigentes, hoje, nesses países e, vejam que, o que nós  
1231 estamos propondo para o Brasil em termos de CO, 1%, só é... 1 na versão atual, 2 e  
1232 2,5 na versão proposta de revisão... são dos valores mais restritivos dos países  
1233 levantados. Eu tive o cuidado de pegar tanto países que têm um perfil muito distinto  
1234 do nosso, como foi citada a Alemanha. Foi dito que a Alemanha, quando se fala em  
1235 800%, como foi falado, não é Europa. É a Alemanha. E não é qualquer moto na  
1236 Alemanha. São as motos “top de linha” da Alemanha que nenhum de nós aqui,  
1237 infelizmente, tem na garagem. Essas motos é que têm o padrão de 05 porque para as  
1238 outras motos, o padrão é 3,5, que é um padrão, na Alemanha, menos restritivo do que  
1239 o 2/2,5 que estamos propondo na revisão. Os demais países, Indonésia, Vietnã, Irã,  
1240 China, Índia, estão aí para mostrar países que tem um perfil parecido com o nosso.  
1241 Esses sim têm *motoboy*. Esses sim têm uma frota de motos parecida com a que nós  
1242 temos e vejam que, se nós falarmos de HC nem se fala. HC nós somos o país mais  
1243 restritivo do mundo, em termos de HC. Era isso que eu queria mostrar simplesmente  
1244 para ilustrar e para nós tentarmos chegar a conclusão, que é o que pede o pedido de  
1245 vistas, se nós temos esclarecimentos suficientes para votar essa questão aqui ou não.  
1246 Lembrando que esse assunto está em discussão há muito tempo e foi muito  
1247 exaustivamente discutido na Câmara Técnica e que essa discussão técnica já ocorreu  
1248 na Câmara Técnica. É árduo trazer isso aqui para a plenária porque aqui não é objeto  
1249 de discussão técnica, mas já que o assunto foi solicitado, nós tentamos trazer de uma  
1250 maneira mais (...). Obrigado.

1251

1252

1253 **O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Estado do Rio de Janeiro)**

1254 – Boa tarde a todos. Boa tarde à nossa Mesa Diretora. Eu queria só, dada à  
1255 especificidade do tema, a dificuldade de entender tudo que está sendo colocado aí,  
1256 trazer aqui a posição do Rio de Janeiro, que é um Estado que já faz, há 15 anos,  
1257 inspeção veicular. Já reprovando veículo de frota Alpha, táxis, ônibus, de longa data e,  
1258 desde 2009, depois que nós aprovamos a nossa resolução, já faz a inspeção em  
1259 todos os veículos do Estado, 100% da frota do Estado. Esse ano começou a reprovar  
1260 veículos de ciclo (...) de frota geral do Estado inteiro. Eu acho que a experiência  
1261 acumulada no Rio de Janeiro talvez ajude vocês a ter a decisão. O que eu quero  
1262 trazer é que todo parecer que foi colocado aqui, foi levado para as nossas equipes e  
1263 eu trago como portador do Rio de Janeiro... a posição do Rio de Janeiro concorda  
1264 integralmente com a proposta de São Paulo de estabelecer um valor da ordem de 2,5  
1265 e não o valor de 1 porque nós vamos estar realmente colocando uma situação  
1266 impraticável de ser cumprida. Já não está fácil. O Rio de Janeiro começou a reprovar.  
1267 Está sentindo na pele. Os próprios governantes estão recebendo reclamações dos  
1268 veículos que estão voltando todo dia. Imagina nós darmos um salto como esse direto  
1269 para um valor que, realmente, o pessoal entende que não. Apenas a título de ajudar,  
1270 eu também não entendo especificamente da matéria, mas consultei o nosso pessoal  
1271 que tem 15 anos de experiência e nos orientou a apoiar a posição de São Paulo e  
1272 votar junto como está proposto pela Câmara Técnica.

1273

1274  
1275 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** – O  
1276 Conselheiro do Paraná está inscrito e, depois, nós temos, novamente, a inscrição do  
1277 Bocuhy, do André e da Zuleika.

1278  
1279  
1280 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos  
1281 encerrar as inscrições e votar depois.

1282  
1283  
1284 **O SR. LUIZ TARCISIO MOSSATO PINTO (Governo do Estado do Paraná)** – Eu  
1285 gostaria de colocar a vocês que o Estado do Paraná possui a quarta maior frota do  
1286 País e nós estamos numa fase final de implantação do PCPV no Estado já com as  
1287 audiências públicas realizadas e já numa fase de licitação. Esse impasse, às vezes,  
1288 causa transtorno para quem está implantando um sistema tão complicado desse no  
1289 estado. Dizer que, a partir do momento que o governador do Estado teve uma posição  
1290 de que, os recursos oriundos desses processos, devem realmente ser implantados na  
1291 estruturação e no monitoramento da qualidade do ar e da qualidade de vida dos  
1292 paranaenses. Por isso, eu acho que o Estado do Paraná também pede e defende a  
1293 posição do Estado de São Paulo e que essa solução seja dada o mais rápido possível  
1294 para que nós possamos ter, realmente, a segurança para desenvolver um bom projeto  
1295 no Estado. Obrigado.

1296  
1297  
1298 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** –  
1299 Bocuhy... Pediu a inscrição novamente.

1300  
1301  
1302 **O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM)** – Bom, a primeira questão que me surge é que  
1303 foi colocado aqui que o debate técnico ocorreu na Câmara Técnica. Nada do que foi  
1304 dito aqui, hoje, ocorreu na Câmara Técnica. O que acabou acontecendo hoje, aqui, é  
1305 que diante do impasse ocorrido na Câmara Técnica, com a mudança da posição da  
1306 CETESB e da má instrução do processo, hoje, diante da plenária, surgem novas  
1307 posições e novas justificativas. A CETESB diz não, mas nós não tínhamos esses  
1308 dados. Não é verdade. Nada mudou. O que nós estamos vendo aqui é uma tentativa  
1309 de aprovar um programa de inspeção veicular sem uma discussão, inclusive, sobre a  
1310 metodologia que foi adotada para discussão na Câmara Técnica. Eu faço um apelo à  
1311 Secretaria Executiva e ao CONAMA de que essa discussão, com tantas mudanças de  
1312 posição diante da plenária, retorne para a Câmara Técnica para essa discussão  
1313 técnica. Onde ela deve ocorrer é na Câmara Técnica. Não é aqui. A CETESB muda  
1314 de posição praticamente agora, dentro do final do processo, quer dizer, como é que se  
1315 trabalha um processo de melhoria tecnológica e essas posições são alteradas de  
1316 último momento? Se for para fazermos um debate técnico e, se esse debate técnico  
1317 deve ser conclusivo para encaminhar e instruir os Conselheiros no momento da  
1318 votação, que isso seja feito novamente na Câmara Técnica, principalmente com  
1319 relação ao que foi colocado aqui pelo representante da CONTROLAR, pelo consultor,  
1320 Dr. Branco, de que deve ser... eu entendi mais ou menos assim, tem que se manter  
1321 alta a pressão porque se não, o efeito pode ser pior que o colesterol. São algumas  
1322 posições de metodologia de controle de poluição que me parecem pouco razoáveis e

1323 nós não ouvimos essas posições na Câmara Técnica. Em nenhum momento, esse  
1324 tipo de posição foi colocado. Muito menos o receio da defesa do consumidor. Onde  
1325 está o limite do controle? Onde nós podemos normatizar? Até que ponto de não ferir o  
1326 direito do consumidor? Como é que se renova uma frota quando você tem um  
1327 consumidor ainda rodando com um veículo mais antigo? Como isso ocorre? Isso, em  
1328 nenhum momento foi abordado. Se nós partirmos da premissa que não deve haver  
1329 aprovação para que o programa seja aceito sem que os governadores recebam  
1330 ligações, reclamações, nós vamos acabar perdendo os objetivos do plano de controle  
1331 de poluição e passaremos a trabalhar politicamente a possibilidade da sociedade, dos  
1332 usuários, do proprietário, de ter o direito de poluir independente da nossa legislação,  
1333 que deve perseguir a saudável qualidade de vida, que é um princípio constitucional.  
1334 Onde é que estão essas medidas nesse processo? Também com relação ao que foi  
1335 colocado sobre os índices na Europa, são sim mais restritivos e não são apenas para  
1336 motos BMW. Isso também tem que ficar claro no processo. Eu pediria e faria esse  
1337 encaminhamento para que essa situação retornasse, especificamente para esclarecer  
1338 as questões dos direitos do consumidor, do limite de capacidade de legislar do  
1339 CONAMA sobre o processo, discutir a melhor tecnologia, discutir também a diferença  
1340 entre os critérios de homologação e os critérios de controle, que não são iguais. Não é  
1341 a mesma coisa você dizer: homologuei nesse limite e vou controlar no outro.  
1342 Normalmente, o limite na homologação, ele força muito mais, ele acaba sendo muito  
1343 mais elevado do que o controle pode exigir. Há uma série de questões que devem ser  
1344 trabalhadas na Câmara Técnica e que nós temos que rever. Agora, eu pediria aos  
1345 senhores Conselheiros que entendessem o seguinte. Nós não estamos tratando aqui  
1346 de uma questão política, de... é mais interessante para o Governo Federal,  
1347 interessante para as prefeituras, é mais confortável para a agência que faz o controle  
1348 da inspeção veicular porque não reprova e isso gera menos resistência... eu tenho  
1349 que colocar menos estrutura porque volta muita gente e eu tenho que ampliar e aí não  
1350 cobro por isso... quer dizer, esse tipo de conforto, inclusive na expectativa de baixo  
1351 investimento em tecnologia das montadoras, as novas que entram no Brasil, como as  
1352 motos chinesas e etc... tudo isso tem que ser considerado, mas em outro campo que  
1353 é o campo econômico e de investimento de diversos setores e não é o nosso papel  
1354 aqui como Conselheiros do CONSEMA, que temos, como atribuição, legislar,  
1355 normatizar, na perspectiva de controle de poluição e manutenção da qualidade  
1356 ambiental e qualidade da saúde pública. Eu faria esse apelo para que essa questão,  
1357 que não está madura, como os senhores podem perceber, retorne a Câmara Técnica  
1358 para uma discussão específica sobre esses pontos. Obrigado.

1359  
1360  
1361 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA) – André...**

1362  
1363  
1364 **O SR. ANDRÉ LIMA (Instituto Planeta Verde) –** Quero dizer aos senhores que, a  
1365 única coisa que entendo de moto é que eu andei um tempo com uma motoca e  
1366 quando eu soube que poluía mais do que carro, eu resolvi abrir mão dela, ou seja, do  
1367 ponto de vista técnico, de fato eu não tenho como questionar nenhum dos  
1368 argumentos. O que me causa um pouco de estranheza é o fato da própria CETESB  
1369 reconhecer, sendo órgão de excelência que é e sendo o principal órgão técnico de  
1370 suporte do Governo Federal para esse programa, que recebeu recentemente, e  
1371 depois da sua manifestação aqui neste plenário inclusive, esse dado. E também me

1372 causa estranheza que esse plenário tenha aprovado uma modificação no parâmetro  
1373 de resolução depois de debates técnicos, a partir de laudos apresentados pela  
1374 CETESB e que simplesmente aceite isso de forma tão, quase que casual, o fato que  
1375 esses dados não chegaram e agora temos um dado novo... e agora estamos  
1376 satisfeitos no plenário e não num debate um pouco mais, digamos, aprofundado.  
1377 Longe de mim desconfiar de qualquer uma das pessoas que estão apresentando-se  
1378 profissionalmente e dentro da sua responsabilidade funcional, mas eu acho que esse  
1379 conselho pode emitir uma decisão bem mais tranquila, responsável, consistente. Eu  
1380 acho que algumas das considerações que foram feitas aqui, tolhidas pelo tempo, são  
1381 razoáveis e indicam que, talvez, com um pouco mais de tempo, nós possamos estar  
1382 bem mais tranquilos para tomar essa decisão. Para mim, fica a pergunta, quer dizer,  
1383 eu que vivi... eu tive a oportunidade de ser diretor aqui no Ministério do Meio  
1384 Ambiente, no Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento e posso dizer  
1385 que toda uma política de controle começa a dar certo com a pressão do lado de lá  
1386 para que se reverta os parâmetros... é quase que desproporcional. E, não por acaso,  
1387 nós conseguimos reduzir... nós... e aí posso dizer como esse... do Ministério do Meio  
1388 Ambiente, o desmatamento na Amazônia de patamar de 20.000 quilômetros  
1389 quadrados para 6.000. Se cedêssemos à pressão, não estaríamos neste patamar  
1390 hoje. Até Ministro caiu para manter esse patamar. Para mim... eu não fico surpreso,  
1391 embora eu acho até que os dados de reprovação, a gente precisa desagregar um  
1392 pouco, porque moto, quer dizer... que moto, que marca, que ano... um pouco mais de  
1393 dados para convencer com mais consistência. Nós precisamos aprofundar um pouco  
1394 mais. Nós sabemos que essa pressão vem e essa pressão é tão grande ao ponto de  
1395 se ir ao Congresso Nacional modificar a lei que dá condição deste Conselho definir  
1396 alguns parâmetros de uso de área de preservação permanente, de medição e etc. Eu  
1397 me sensibilizo pouco com esses números de reprovação e acho que não cabe ao  
1398 IBAMA usá-los como argumento para modificar parâmetro ambiental. Se estivesse  
1399 aqui a CNI, o próprio setor, trazendo os dados, fazendo a defesa legítima da produção  
1400 industrial, eu acho que seria mais de acordo. Para não ir muito além, fica a pergunta  
1401 do porquê a CETESB propôs um parâmetro mais rigoroso, parece que foi com a  
1402 comissão, inclusive em plenário e que o CONAMA acatou. Outra dúvida é por que só  
1403 modelos fabricados até 2013 se todo o problema são aqueles que foram fabricados e  
1404 já estão circulando. Acho que é também razoável, assim como algumas das  
1405 explicações aqui, é razoável que tenhamos um pouco mais de tempo para tomar uma  
1406 decisão bem mais calibrada, responsável e que possamos sair daqui satisfeitos por ter  
1407 cumprido a nossa missão. Agradeço.

1408  
1409  
1410 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Eu represento a Associação de Defesa do Meio  
1411 Ambiente da Araucária, que é uma das cidades mais poluídas do mundo. Eu tenho  
1412 uma refinaria instalada lá, da Petrobrás, da década de 80. Não tem controle de nada  
1413 lá, da parte área, atmosférica e a situação é gravíssima. Não é só em São Paulo. Eu  
1414 estou estarecida porque eu li, com muito cuidado, o relatório do parecer de vista da  
1415 Planeta Verde e eu fiquei surpreendida pela qualidade. Extremamente surpreendida  
1416 porque, foi talvez, o do PROAM estava muito bom também, mas o da Planeta Verde  
1417 foi na veia. Se os senhores lerem o parecer... os que não leram eu solicito que leiam  
1418 porque ele faz um análise muito bem feita de todo o processo, como ele começou no  
1419 CONAMA, o pedido para revisar a resolução de 2009. A 418. Veio 4 meses depois,  
1420 para a Ministra, um pedido para que... para flexibilizar esses parâmetros estabelecidos

1421 pela plenária do CONAMA. Inclusive tem uma parte, um trecho, que fala que a  
1422 CETESB contesta a proposta da Abraciclo, em síntese, afirmando, ainda em síntese,  
1423 que somente um pequeno número de motocicletas de marca de pouca influência no  
1424 mercado é que seriam atingidas pelos limites restritivos estabelecidos na Resolução  
1425 CONAMA 418. Isso está escrito no processo e foi lido e analisado por quem pediu  
1426 vista. É impressionante como ele comenta sobre como esse parecer reflete todo o  
1427 problema que o CONAMA vem passando, pelo menos eu... eu fui Conselheira, em  
1428 2004, na Câmara Técnica de Saúde e Saneamento e Gestão de Resíduos e esse tipo  
1429 de coisa, que está acontecendo aqui hoje, aconteceu N vezes. Não havia nenhum  
1430 cuidado com a busca de dados e discussão técnica em nível de Câmara Técnica ou  
1431 de grupos de trabalho, que é onde tem que acontecer. Não existem bibliografias.  
1432 Procura no CONAMA, nas páginas do CONAMA... Onde estão as bibliografias de  
1433 todas as informações técnicas que foram fornecidas, analisadas e discutidas para que  
1434 se chegasse a uma conclusão justa e correta na busca da proteção da saúde do meio  
1435 ambiente? Nós não estamos aqui para proteger a indústria exatamente. A indústria  
1436 está aqui e deveria estar fazendo sua defesa. Eu não vi a indústria fazer sua defesa. É  
1437 como se só o Governo... o Governo abraçou a causa de indústria e quem tem que  
1438 fazer a defesa da saúde do meio ambiente são os ambientalistas. É um absurdo.  
1439 Cadê o Ministério da Saúde? Eu estou estarrecida. Eu não vejo condições morais  
1440 para nós votarmos essa resolução, inclusive essa proposta, porque eu não tenho  
1441 meios... nenhum... Lendo o parecer do Planeta Verde e do PROAM, eu não tenho a  
1442 menor condição de tomar uma decisão senão aquela mais restritiva do princípio da  
1443 precaução. Rejeitar e voltar à discussão ou não rejeitamos, mas vamos voltar para a  
1444 Câmara Técnica. Isso precisa acontecer para que nós aprendamos a, realmente,  
1445 discutir resoluções que envolvem emissões atmosféricas, líquidos perigosos, política  
1446 industrial do Brasil. Qual é a posição do Ministério do Meio Ambiente afinal? É o  
1447 Ministério da Saúde tem que estar firme fazendo o seu relatório e mostrando quais  
1448 são os danos. O próprio relatório é tão perfeito, da Planeta Verde, que no final, na  
1449 última página, a 19, cita o quanto a inspeção veicular tirou do ar da Cidade de São  
1450 Paulo. O volume de poluição equivalente ao produzido por uma frota de 1,4 milhões  
1451 de carros. Calculado pelo engenheiro, aqui presente, Gabriel Branco, da empresa  
1452 *Environment* e estudo apresentado no meio do ano. Para chegar a esse número,  
1453 levou-se em consideração a redução na emissão de monóxido de carbono na camada  
1454 atmosférica. Em outro trabalho, o Dr. Paulo Saldívia, do Laboratório de Poluição  
1455 Atmosférica da FMU, identificou que a vistoria rendeu ao PIB... e aí também é o  
1456 interesse. O IBAMA devia estar defendendo isso também... que rendeu ao PIB  
1457 paulistano R\$55.000.000. Cruzando os dados do quanto foi retirado da poluição do ar,  
1458 o custo médio das internações na rede saúde, que isso ninguém lembra nessa hora,  
1459 que é um custo altíssimo, que o povo está pagando para que a empresa possa  
1460 colocar algumas motos na rua. E o quanto o trabalho de um paulistano rende. Sugiro  
1461 que leiam esse relatório. 19 páginas. É um relatório que fala também, critica, como  
1462 que o processo se dá dentro das Câmaras Técnicas. Ele consegue me apaziguar, a  
1463 minha angústia, porque, durante anos a gente discutia a questão de resíduos na  
1464 Câmara Técnica de Saúde, Gestão e Saneamento dos Resíduos e tudo era feito  
1465 desse jeito. Nós não sabíamos quem era quem no processo porque não era baseado  
1466 em informações técnicas que pudessem ser validadas, inclusive, de maneira  
1467 independente dos dados técnicos fornecidos pelos interessados em flexibilizar. Esse  
1468 tipo de comportamento, na verdade, era sempre para mascarar o interesse puramente  
1469 político. Que não tem nenhum interesse em proteger a saúde pública e o meio

1470 ambiente. Eu fiquei... eu quero, realmente, dar os parabéns para a Planeta Verde e  
1471 para a PROAM pelo excelente trabalho que fizeram e eu não poderia aceitar de forma  
1472 nenhuma esse tipo de encaminhamento de condução sem nenhuma metodologia.  
1473 Uma bagunça... A CETESB, uma hora dizendo que o índice não vai afetar nada e  
1474 depois diz que vai... e aquela confusão que não poderia ser trazida para a plenário.  
1475 Isso tem que ser discutido em Câmara Técnica. Muito obrigado.

1476  
1477  
1478 **O SR. LUIZ MOURÃO (MOVER)** – Senhores Conselheiros. Sr. Presidente. Luiz  
1479 Mourão, pelo Mover. Das entidades nacionais. CNEA. Eu queria só perguntar aos  
1480 senhores... eu vou trazer... eu costumo... quem já me conhece... algumas reflexões  
1481 sobre o assunto. A minha formação é de Engenharia Mecânica Original. Terminei em  
1482 políticas. Pós-graduação em Políticas Públicas. Existe uma discussão muito grande  
1483 do que nós estamos fazendo aqui discutindo esta resolução. Vi alguns Conselheiros  
1484 que falaram. Estamos discutindo o programa, o problema técnico. Será que nós  
1485 estamos discutindo o problema técnico? O HC corrigido, o NO, o índice 1/1,5/2... Eu  
1486 pergunto. Algum conselheiro aqui, com certeza muito poucos, estarão exatamente  
1487 entendendo qual é natureza desse problema técnico que estamos discutindo. No meu  
1488 entender, eu confesso a vocês, eu não me considero uma pessoa burra, eu tenho  
1489 uma determinada formação, tenho alguma informação... percorri... fiz pós-graduação,  
1490 mas eu me confesso completamente desinformado sobre o que nós estamos fazendo  
1491 aqui. Mas porque isso? Existe uma discussão que nós fizemos aqui durante o  
1492 Regimento... que fizemos aqui o tempo todo... que discussão nós estamos fazendo  
1493 dentro do CONAMA? O problema que está sendo colocado aqui não é o problema  
1494 técnico. Na verdade não é o problema técnico e, por isso, nenhum de nós está aqui  
1495 informado sobre o problema. Nós estamos discutindo que tipo de qualidade ambiental  
1496 nós queremos ao longo do tempo. Nós estamos discutindo o programa como um todo.  
1497 O PROCONVE como um todo, que fase 1, 2, 3, 4, 5, 10, 20... Quais as formas que  
1498 vamos ter de qualidade de vida, que saúde vamos querer ter para a nossa população,  
1499 quanto vamos querer gastar ou estamos dispostos a pagar por essa saúde... que tipo  
1500 de necessidade econômica nós temos. De permitir a importação ou desenvolver  
1501 tecnologia local para que determinadas coisas não aconteçam. Esse é o problema  
1502 que nós estamos discutindo aqui. E esse problema não está claro para mim e,  
1503 enquanto não mostraram, exatamente, qual foi a lógica que levou a este plenário, este  
1504 mesmo plenário, a aprovar o índice 1, isso há um tempo atrás, que envolve a  
1505 gradação de qual é o nível que nós achamos que é respeitável, de qual prazo que nós  
1506 queremos passar de uma tecnologia para outra... qual é a prazo que nós queremos  
1507 que nós desativemos as frotas antigas que poluem... o quanto nós queremos ter que  
1508 essa motos continuem poluindo, ou seja, nós vamos permitir, nós aqui no CONAMA,  
1509 que continue gerando com uma moto anterior a 2002, não sei até que nível pode,  
1510 produzir uma quantidade de monóxido. Qual a quantidade dessas motos em relação à  
1511 frota atual? Não tenho a menor ideia. Diz o que isso representa em termos de  
1512 mudança de tecnologia. O que PROMOT 4 diz? O 5? Qual é o prazo para que isso se  
1513 mude? Eu não tenho ideia e isso é política pública. Isso eu posso entender, de que  
1514 forma nós estamos querendo fazer para progredir nesses níveis de qualidade. É a  
1515 nossa função. É a função do CONAMA: discutir exatamente quais são os padrões de  
1516 qualidades que nós queremos ao longo do tempo. Essa discussão eu não vi em  
1517 nenhum tempo. Nenhum dos senhores apresentou aqui. Eu vi a extensão de um  
1518 debate que deve ter ocorrido ou ocorreu, como já me falaram aqui, na Câmara

1519 Técnica. Nós estamos aqui para uma decisão política, que não vejo de maneira  
1520 nenhuma, não me sinto nem um pouco esclarecido sobre esse assunto. Essa  
1521 discussão de apresentar ao PROCONVE e dizer: nós vamos regredir no nível que foi  
1522 aprovado por todos nós aqui, ao longo do tempo, porque nós achamos que vamos  
1523 evoluir no PROMOT 4 ou 5, que nós temos a proposta para fazer isso ou aquilo. Essa  
1524 discussão, que é a que interessa aos Conselheiros, que podem entender exatamente o  
1525 que isso representa, em termos de números, eu não acho que essa decisão nós  
1526 tenhamos. Eu não me sinto, de maneira nenhuma... e me permito sugerir que nós  
1527 tenhamos esse esclarecimento para que possamos votar essa matéria. Essa  
1528 discussão que foi colocada, da forma como está aqui, infelizmente, eu peço aos  
1529 senhores que se sentem iguais a mim, eu acho que tem muitos Conselheiros aqui que  
1530 se sentem... que tenhamos, realmente, uma informação sobre esse assunto e, talvez  
1531 tenhamos que retornar para debater, baseadamente, o PROCONVE e o que isso  
1532 representa nas várias fases do PROMOT 3 e 4 e o que nós vamos fazer daqui para  
1533 frente. Muito obrigado.

1534

1535

1536 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado pela  
1537 intervenção de todos. Nós vamos encaminhar a votação, nos seguintes termos. Essa  
1538 resolução precisa ser votada hoje e, ao mesmo tempo, há essa preocupação em  
1539 relação às informações. A votação se organizará da seguinte forma: uma proposta é a  
1540 aprovação do encaminhamento sugerido pela Câmara Técnica na revisão conforme  
1541 foi defendido pelo IBAMA, CETESB e prefeitura e a outra proposta é retornar a  
1542 Câmara Técnica para maiores debates e esclarecimentos. São essas duas posições  
1543 que vamos votar aqui. Eu coloco em votação.

1544

1545

1546 **O SR. LUIZ MOURÃO (MOVER)** – Só para eu entender. Uma ou outra impede a  
1547 terceira, que seria a rejeição da resolução?

1548

1549

1550 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Se for 3, a  
1551 proposta que defende maiores esclarecimentos vai ser prejudicada porque ela vai se  
1552 dividir. Nós podemos votar se volta à Câmara ou não volta à Câmara e, depois, se  
1553 não volta à Câmara, votar. Vocês preferem desdobrar a votação dessa forma? A  
1554 primeira votação é se o assunto volta à Câmara ou não volta à Câmara. Aqueles que  
1555 forem a favor do assunto voltar à Câmara, por favor, ergam seus crachás. *(pausa)* 15.  
1556 Aqueles que são a favor de que o assunto seja deliberado hoje, por favor, ergam seus  
1557 crachás. *(pausa)* Eu contei uns 25. Vamos deliberar hoje. Os que são a favor da  
1558 aprovação do posicionamento da Câmara Técnica, dos modos apresentados pela  
1559 posição do IBAMA da CETESB e da Prefeitura, por favor, ergam seus crachás. Os  
1560 que são a favor da rejeição da proposta apresentada. Foi aprovado o  
1561 encaminhamento da Câmara. Nós vamos suspender a reunião agora e retornaremos  
1562 as 14h30.

1563

1564

1565 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** –  
1566 Temos um aviso. A ASIBAMA: Associação de Servidores do IBAMA, oferece um  
1567 almoço a todos nós na área externa aqui do auditório.

1568  
1569  
1570  
1571  
1572

*(Intervalo para o almoço)*

1573 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Boa tarde senhoras e senhores  
1574 Conselheiros. Queria dar um aviso rápido: a Ministra deverá estar comparecendo à  
1575 nossa reunião Plenária por volta das 2 da tarde. Nós vamos começar agora com os  
1576 informes como estava previsto e logo que a Ministra chegar nós interrompemos para a  
1577 fala da Ministra. O primeiro informe que nós temos previsto no período da tarde é o  
1578 informe da Eletronuclear sobre a segurança da energia nuclear. O representante da  
1579 Eletronuclear está aqui, queria convidar.

1580  
1581

1582 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** É o  
1583 doutor Ronaldo Oliveira.

1584  
1585

1586 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Enquanto está havendo os preparativos,  
1587 deixe-me perguntar mais uma vez, alguém por acaso esqueceu um guarda-chuva na  
1588 reunião ontem na Secretaria Executiva? Não. Ok. Obrigado. Então o guarda-chuva é  
1589 meu. Dr. Ronaldo, então podemos começar.

1590  
1591

1592 **O SR. RONALDO OLIVEIRA (Eletronuclear)** - Bom, primeiro lugar gostaria de  
1593 agradecer o convite do doutor Francisco Gaetani da Secretaria Executiva e da  
1594 Doutora Adriana, esse convite está aqui, podemos fazer uma apresentação para  
1595 vocês. A nossa apresentação vai ser dividida em duas partes. A primeira parte, eu vou  
1596 falar rapidamente para que as pessoas tenham conhecimento das licenças que nós  
1597 temos para os nossos empreendimentos que não são só as usinas, mas também nós  
1598 temos, digamos assim, nós chamamos de instalações de apoio para que a usina  
1599 possa operar e depois disso vamos fazer uma palestra um pouco mais consistente  
1600 que vai ser feita pelo coordenador da Coordenação de Comunicação de Segurança da  
1601 empresa onde vai falar sobre a segurança das usinas, vai falar sobre o trabalho que  
1602 nós fazemos, vai comentar sobre o evento de Fukushima, vai dizer o que isso  
1603 repercute para a empresa e ações que a empresa está tomando para eventuais  
1604 atendimentos. Em primeiro lugar, eu sou Ronaldo Oliveira, sou suplente de  
1605 licenciamento de meio ambiente da Eletronuclear e o primeiro empreendimento que  
1606 nós temos é Angra 1. Angra 1 foi uma usina em 85 numa época em que o  
1607 licenciamento da usina era de competência única e exclusiva da Comissão Nacional  
1608 de Energia Nuclear. Então, vocês vão ver o seguinte, até uma determinada época,  
1609 nós nos licenciarmos junto a Comissão Nacional de Energia Nuclear. A partir de um  
1610 determinado momento, o IBAMA passou a existir e houve uma divisão de atividades.  
1611 A Comissão Nacional de Energia Nuclear passou a tratar dos eventos puramente  
1612 nucleares e o IBAMA licenciamento ambiental. A coisa ficou dividida, e o que  
1613 acontece é que Angra 1, que havia sido licenciada pela CNEN para ambas as coisas  
1614 agora está sendo regularizada para atendimento à legislação ambiental. Nós fizemos  
1615 um PCA, na época, esse PCA foi entregue em 2009 e acabei de sair na parte da  
1616 manhã de uma reunião com o Dr. Kurt, nós recebemos da equipe técnica já a análise

1617 desse PCA para que nós possamos trabalhar e está em andamento. Nós temos a  
1618 autorização de operação permanente da CNEN. A última nós recebemos e ela tem  
1619 validade por 5 anos, é 9 de agosto de 2010. Angra 2 não possui a licença, no  
1620 momento que estávamos no processo de licenciamento no IBAMA e o Ministério  
1621 Público Federal entrou nesse processo e ele entendeu que o processo não estava  
1622 tendo a condução que entendia e obrigou, à época, a se firmar um termo de  
1623 ajustamento de conduta. Esse termo de ajustamento de conduta tinha duas cláusulas  
1624 que nós entendemos que eram cláusulas um pouco fortes que traziam para dentro do  
1625 Ministério Público o direito de dizer se as condicionantes ambientais atendiam ou não,  
1626 enquanto que isso no Fundo é prerrogativa do IBAMA. E depois nós fizemos gestões  
1627 junto à quarta CESER, que é a Câmara de Recurso aqui em Brasília e junto também à  
1628 Procuradoria do MPF lá na cidade de Angra dos Reis e eles alteraram as duas  
1629 cláusulas. Então hoje, ao invés de ser uma decisão do MPF, ele é ouvido nesse  
1630 processo. Em função disso, a CNEN nos deu a resolução, a autorização de operação  
1631 permanente em meados do ano passado. Nós estamos agora, digamos, licenciados  
1632 formalmente do ponto de vista nuclear. A usina, durante todo o tempo que ficou  
1633 produzindo energia para o País, funcionava com base numa autorização de operação  
1634 ainda intermediária, que é o passo que nós temos antes de ter a permanente. Tem  
1635 que ser renovada, o que era para nós um desgaste muito grande, nós já estamos na  
1636 14ª renovação, quando conseguimos fechar esse processo com Ministério Público. E  
1637 a LO, Licença de Operação, nós recebemos uma licença de operação por que uma  
1638 usina nuclear, após o advento do IBAMA, não pode iniciar sua operação sem uma  
1639 Licença de Operação do IBAMA. O IBAMA nos concedeu uma licença para teste, ela  
1640 foi renovada por mais 3 meses, foi quando entrou a MP e a coisa parou. E agora isso  
1641 também está no processo, o IBAMA está fechando agora toda a análise dele que nós  
1642 mandamos e nós esperamos também até o meio do ano nós estar equacionado. Não  
1643 vou tecer muito detalhe do Licenciamento do IBAMA porque o Rafael, que é o  
1644 coordenador substituto da Coordenação que analisa nossas condicionantes, vai  
1645 descer um pouco mais os detalhes. Angra 3, nós recebemos uma licença prévia com  
1646 60 condicionantes e uma licença em situação com 44 condicionantes que estão em  
1647 fase de atendimentos, os mais variados níveis. Nós temos uma licença de construção  
1648 da CNEN que nós recebemos em maio de 2010 e temos uma LI que é de 2009 e foi  
1649 retificada porque ela foi emitida e, no final do ano, ela foi retificada para incluir a  
1650 condicionante 46 e implantar a estrada parque do Bocaina. Agora, como eu falei, não  
1651 só as usinas são licenciadas, todos os prédios de apoio também são e todos eles são  
1652 licenciados ambientalmente pelo IBAMA, são licenciados do ponto de vista nuclear  
1653 pela CNEN. O nosso centro de gerenciamento de regentes, que é o CGR, os  
1654 depósitos 1 e 2 A foram construídos na mesma época de Angra 1, eles estão juntos  
1655 no mesmo processo de licenciamento pelo IBAMA, de regularização junto ao IBAMA e  
1656 que faz parte do documento que nós recebemos hoje, esperamos que até meio do  
1657 ano nós consigamos fechar a esse processo. Agora, o último AP que nós temos,  
1658 Autorização de Operação Permanente pela CNEN, é de 2010. O Centro de  
1659 Gerenciamento de Regentes 2B, nós temos autorização desde 2009, e temos uma  
1660 Licença de Operação do IBAMA de 2007, nós recebemos agora uma prorrogação até  
1661 que esse órgão se manifeste definitivamente. O que acontece é, que nós  
1662 conversamos, está procedendo a uma revisão do processo de licenciamento de toda a  
1663 central nuclear que o Rafael vai descer mais detalhes, não vou entrar nisso. Por isso é  
1664 que veio esta expressão, até que o órgão se manifeste definitivamente e vire uma  
1665 licença para isto. O Centro de Gerenciamento de Regentes, depósito 3, nós também

1666 temos a autorização da CNEN e também temos do próprio IBAMA. O prédio de  
1667 monitoração, que vai medir os raios ópticos que nós colocamos dos depósitos, não  
1668 foi construído, nós já temos a autorização local para construção desde 80 da CNEN e  
1669 temos a aprovação do IBAMA agora em 2011, vai ser iniciada a construção esse ano  
1670 ainda. E o depósito inicial de gerador de vapor que é um depósito feito porque os  
1671 geradores de vapor da Usina de Angra 1, historicamente em todas as usinas do  
1672 mundo eles deram algum problema, começaram a perder eficiência e as usinas foram  
1673 pouco a pouco trocando os dois geradores de vapor. Nós retiramos os dois geradores  
1674 de vapor, eles trabalham digamos na área nuclear, é uma área de alta concentração  
1675 de radiação e eles têm depósito somente para a guarda deles, nós temos a  
1676 autorização e temos a LO. Eu vou querer parar por aqui (...), chamar o José Manoel,  
1677 que é o coordenador de Segurança e Comunicação para falar da segurança da usina  
1678 em si.

1679

1680

1681 **O SR. JOSÉ MANOEL (Eletronuclear)** - Boa tarde. Meu nome é José Manoel Dias  
1682 Francisco, Eletronuclear, Coordenação de Comunicação e Segurança. Eu estou  
1683 deixando disponível no computador dois trabalhos, um texto sobre critérios de  
1684 segurança das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, texto que pode ser distribuído ou  
1685 disponibilizado quando quiser e também apresentação, que na realidade tem uma  
1686 porção de slides ocultos e que nós vamos passar e eu vou correr um pouco mais  
1687 porque eu tenho só 15 minutos. Vou tentar ser bem objetivo, mas a apresentação e o  
1688 material é bem completo e qualquer coisa vocês podem nos contatar. Uma  
1689 perspectiva muito rápida da empresa, critérios de segurança de Angra das usinas,  
1690 cultura de segurança, o evento de Fukushima e as ações. Por termos 15 minutos, eu  
1691 vou passar todos os primeiros só falando rapidamente para vocês, vou mergulhar no  
1692 evento de Fukushima que eu tenho impressão que deve ser o mais interessante. Em  
1693 termos de empresa, a Eletronuclear é uma empresa do sistema Eletrobrás e também  
1694 duas usinas em operação, Angra 1 e Angra 2, e Angra 3 em construção como o  
1695 próprio, foi falado agora rapidamente sobre o licenciamento e Angra 3 que está em  
1696 construção deve entrar em operação em 2015. Então, nós temos 3 usinas, duas em  
1697 operação, essas duas usinas em operação são responsáveis hoje por mais de  
1698 equivalente a mais de 30% do consumo do Estado do Rio de Janeiro. Quando Angra  
1699 3 entrar em operação será equivalente a mais ou menos 70% do consumo do Rio de  
1700 Janeiro, considerando os dados de 2011. Então, essa é uma perspectiva da empresa  
1701 e tem mais, existe um convênio com o gabinete da Presidência da República e a  
1702 empresa de pesquisa energética para busca de locais adequados no Brasil para mais  
1703 usinas nucleares. É um trabalho em andamento, deve ser identificados  
1704 aproximadamente 40 locais. Esses convênios foram assinados em 2010 e o  
1705 planejamento energético brasileiro prevê hoje até 2030, prevê hoje de 4 a 6 usinas.  
1706 Isso está no planejamento energético do Ministério de Minas e Energia, baseado em  
1707 estudo da empresa de pesquisa energética. A outra coisa que eu vou falar é o critério  
1708 de segurança na usina, não vou mergulhar nesse assunto porque não vai dar tempo.  
1709 O documento que eu tenho corre bastante disso aí, fala da necessidade de sistemas  
1710 de segurança, critério de projeto, necessidade de redundância, necessidade de  
1711 independência dos sistemas elétricos de instrumentação e mecânicos para que se um  
1712 falhar o outro entre em operação, critérios, quer dizer, o que é considerado no critério  
1713 de projeto para ter certeza que você vai minimizar a chance de acontecer, por  
1714 exemplo, o que aconteceu em Fukushima. Então, são critérios fortes de segurança.

1715 Cultura de segurança, depois de Chernobyl, um grupo internacional se juntou,  
1716 comandado pela Agência Internacional de Energia Atômica para discutir por que  
1717 Chernobyl aconteceu e eles chegaram à conclusão que foi um problema de cultura de  
1718 segurança. Ninguém dúvida que a União Soviética naquela época tinha um primor de  
1719 desenvolvimento de tecnologia e a própria usina que deu problema tinha aspectos de  
1720 engenharia fortíssimos, mas em compensação tinha falhas que depois foram  
1721 totalmente indicadas que não poderia acontecer mais, falhas de engenharia, mas teve  
1722 uma coisa que foi detectada por esse Grupo de Trabalho da ONU, dizendo o seguinte:  
1723 faltava cultura de segurança, faltava uma segurança que permeasse toda a  
1724 organização, todos os funcionários, ao invés da segurança ser segmentada por  
1725 pacotes, por caixas e unidades organizacionais. Tem uma discussão muito grande e  
1726 muito interessante sobre cultura de segurança. Existe uma bibliografia bem rica sobre  
1727 aspectos de cultura de segurança pela Agência Internacional de Energia Atômica que  
1728 eu recomendo sempre que seja a referência e a Eletronuclear desenvolveu bastante  
1729 material, inclusive a sua política de cultura de segurança baseada nessas evoluções,  
1730 não só da Agência Internacional de Energia Atômica como também da WANO, *World*  
1731 *Association of Nuclear Operators*, Associação Mundial de Operadores de Usinas  
1732 Nucleares, uma organização muito forte e que ela é transversal a todos os países e  
1733 que dá um apoio muito forte de identificação de boas práticas, falhas nos sistemas e  
1734 nós trabalhamos muito junto com essas organizações internacionais. O evento de  
1735 Fukushima (nós vamos ter que pular aí, um desafio para o nosso companheiro de  
1736 trabalho, vai em frente até...). O evento de Fukushima aconteceu em 11 de março às  
1737 14h46, resumindo um grande terremoto, maior que a média e maior que esperado na  
1738 usina e que todas as usinas da região responderam perfeitamente, desligaram e  
1739 foram para o que nós chamamos de desligado totalmente com as reações nucleares  
1740 interrompidas, como era suposto acontecer, como os sistemas de proteção é suposto  
1741 atuar. Só que 45 minutos depois atuou um tsunami e esse tsunami foi de ondas que  
1742 as ondas sincronizaram junto a essa usina e chegou a mais de 10 metros de altura,  
1743 que era uma coisa que não tinha acontecido ainda em alguns pontos de 14 metros, e  
1744 aí aconteceu o problema, a água inundou a área dos geradores diesel que são  
1745 exatamente os motores que entram para garantir que tem alimentação para as  
1746 bombas de água de resfriamento e indisponibilizou todo o sistema de alimentação  
1747 elétrica, impedindo que houvesse um resfriamento ativo das usinas e os reatores  
1748 começaram a aquecer. Quantos? Se nós pegarmos esse slide aqui lá naquela ponta  
1749 rosa lá do Japão é onde aconteceram as ondas mais altas, quer dizer, foi um  
1750 fenômeno fortíssimo em todo o País, naquela região foi fortíssimo por que o epicentro  
1751 foi à direita e aquela região tem 15 reatores. Dos 15 reatores, 15 reatores em 4 sites.  
1752 3 sites se comportaram perfeitamente, eles resistiram ao processo de terremoto mais  
1753 tsunami. Mas Fukushima Daiichi que tem 6 usinas, 4 das usinas sucumbiram às  
1754 ondas maiores, não sucumbiram ao terremoto, mas depois, com o efeito do  
1755 maremoto, sucumbiram ao maremoto e ficaram totalmente com o sistema de  
1756 resfriamento indisponibilizado e tiveram a perda de resfriamento do reator. O que  
1757 aconteceu é que houve, como eu disse, houve uma perda das fontes de alimentação  
1758 elétrica, houve o aquecimento, parou-se de resfriar os reatores e começaram a subir a  
1759 temperatura porque você precisa continuar a resfriar o reator depois que você o  
1760 desliga, porque você tem uma quantidade de energia muito grande e, ao se perder o  
1761 resfriamento, você causa um aquecimento. Causou um aquecimento, não tinha como  
1762 resfriar, aumentou a pressão, tiveram que aliviar a pressão para o edifício onde ficava  
1763 o reator e aliviaram, e as temperaturas chegaram a valores muito altos dentro do

1764 reator, foi gerado o hidrogênio que, ao ser liberado, foi para o ambiente de fora e  
1765 acabou ao ser misturado com o oxigênio de fora causando uma explosão de  
1766 hidrogênio fora desse primeiro edifício quando houve a liberação. Com isso se perdeu  
1767 uma integridade, mas é uma usina um pouco diferente do conceito das usinas PWR  
1768 que é de Água Pasteurizada de Angra dos Reis, que é da maioria das usinas do  
1769 mundo, a grande maioria das 400 e poucas usinas em operações são PWR,  
1770 *Pasteurized Water Reactors*, Reatores de Água Pasteurizada. O segundo grande  
1771 grupo é BWR, *Boiling water reactor*, Reator de Água em Ebulição. No Japão, é o  
1772 reator em água em ebulição e tem algumas diferenças interessantes. Se nós pegamos  
1773 a primeira, a do lado esquerdo é BWR, é a japonesa, e a do lado direito é a nossa,  
1774 Angra dos Reis, é desenho específico inclusive de Angra 2. Aquele edifício branco,  
1775 redondo e grande que aparece normalmente nas fotografias, quem passa ou quem vê  
1776 uma fotografia vê um grande edifício esférico, é um edifício de contestação com mais  
1777 ou menos 70 cm de espessura no concreto especial e dentro dele tem o prédio verde,  
1778 que é um prédio de mais ou menos 3 centímetros de espessura metálico e eles são  
1779 monitorados pela integridade o tempo todo e são grandes, ou seja, se ocorrer alguma  
1780 coisa em Angra 2 que tiver que liberar um pouco de vapor com alta energia tem um  
1781 espaço muito grande para você trabalhar com esse vapor. Se nós observarmos o  
1782 BWR, ele tem um espaço, aparentemente o edifício é grande, mas o envoltório  
1783 equivalente a esse é o que está em volta do reator nessa parede aqui e tem um  
1784 espaço na realidade muito pequeno de manobra de alta energia. Então, eles ficaram  
1785 limitados e não tinham para onde expandir a alta energia que tiveram que liberar  
1786 quando eles perderam o resfriamento. Por isso é que houve um desenvolvimento de  
1787 uma pressão muito alta e eles não conseguiram baixar essa pressão e tiveram que  
1788 aliviar. Como é que eles viam? Para aquele edifício mais alto, aquele quadrado lá em  
1789 cima que tem inclusive uma ponte rolante, só que esse quadrado é uma instalação  
1790 industrial comum, um telhado comum. Ele não é de concreto, é uma armação metálica  
1791 com telhado. O que aconteceu? Quando liberou para a ali, a integridade já tinha sido  
1792 perdida. No caso das PWRs, você faz a liberação para dentro desse edifício que é  
1793 íntegro ainda, que ainda é íntegro. Então, você tem algumas margens de segurança a  
1794 mais no projeto da PWR e uma outra coisa interessante é o seguinte, quando você  
1795 perde as fontes de resfriamento na BWR japonesa você pára o resfriamento imediato  
1796 do reator. Quando você está na PWR que é a nossa, ela permite, pelo tamanho  
1797 pequeno que tem no sistema primário, o reator com a tubulação, uma coisa que nós  
1798 chamamos de circulação natural, e por algum tem por diferença de densidade você  
1799 mantém uma circulação no primário em que você consegue um resfriamento por  
1800 circulação natural, é uma outra vantagem que a PWR tem e que é bem interessante.  
1801 É de se notar, porque a mídia, às vezes, dá um sensacionalismo incrível, claro que o  
1802 acidente gravíssimo. Se nós pensarmos no acidente de Fukushima, mortos  
1803 aproximadamente 15 mil pessoas, desaparecidos, aproximadamente 10 mil pessoas,  
1804 fora os outros feridos e desabrigados. Isso é catástrofe natural. No acidente  
1805 radiológico, morreram 3 pessoas naquelas 4 usinas. Como elas morreram? Uma  
1806 estava numa ponte rolante e caiu quando do terremoto. As outras duas foram  
1807 afogadas pela onda do mar que adentrou a usina. Não teve nenhuma pessoa  
1808 danificada por aspecto de radiação. Isso foi verificado independentemente por  
1809 experts, pela ONU que foi através da Agência Internacional de Energia Atômica que  
1810 montou um grupo de experts e visitou a usina, não existe um dano à população e ao  
1811 homem que trabalha pela radiação liberada, apesar de ter havido a radiação liberada.  
1812 Mas a BWR é considerada uma das seguras, ela não é insegura como era, por

1813 exemplo, a da Ucrânia, quando não tinha, a da Ucrânia não tinha nenhum envoltório  
1814 de contenção. Aquilo que eu narrei lá em cima de Fukushima era todo o envoltório de  
1815 contenção no caso de Chernobyl. Então, Chernobyl era um projeto que inclusive não  
1816 pode mais operar uma usina daquele tipo. A Unidade Internacional pressionou, eles  
1817 tiveram que mudar o projeto e desligar as usinas. As outras usinas passaram a ter um  
1818 envoltório de contenção. Deficiências em Fukushima. Toda vez que acontece um  
1819 desastre, seja na vida particular, no carro, na casa ou numa indústria, nós vamos  
1820 detectar que tinha deficiências que nós talvez já soubéssemos delas e não deu a  
1821 prioridade certa. Esse é o desafio de estar vivo e bem, é identificar os riscos e saber  
1822 medi-los. Existiam riscos em Fukushima. Por exemplo, os geradores diesel de  
1823 Fukushima era abaixo do nível que a onda poderia levar e eles sabiam disso, mas  
1824 eles tinham algumas proteções, só que não foram suficientes para uma onda de 14  
1825 metros que eles não previram, porque é um acidente que acontece, um acidente em  
1826 10 mil anos. Então, é muito improvável que aconteça, só que hoje as usinas solicitam  
1827 que até essa consideração seja feita, o gerador diesel não pode ficar numa condição  
1828 em que se tiver o maior tsunami que você possa imaginar naquela região que ele  
1829 fique indisponível. Essa é uma demanda que existe da comunidade internacional. A  
1830 indústria nuclear, apesar de toda a crítica que existe, percepção pública porque  
1831 começou tudo com a bomba de Hiroshima, e a percepção pública é muito negativa,  
1832 mas se vê os índices de acidentes da indústria nuclear comparados com qualquer  
1833 outra indústria, o índice de acidentes industriais comuns e acidentes radiológicos é  
1834 dos mais baixos níveis de acidente da indústria. Nós podemos dizer, é uma indústria  
1835 que tem um nível de segurança muito grande. Quando nós pensamos, por exemplo,  
1836 em Fukushima, quantos produtos químicos foram derramados de outras indústrias,  
1837 quantas indústrias colapsaram e estão entre aqueles 25 mil que morreram? Isso nós  
1838 não sabemos, mas era comum se confundir os 25 mil mortos de Fukushima com o  
1839 acidente do terremoto e do maremoto e do tsunami com o desastre nuclear, era  
1840 comum, amigos meus que não são da área nuclear eram induzidos a pensar assim:  
1841 “meu Deus, usina é perigoso mesmo”. 25 mortos. E não é isso. Na realidade, os  
1842 mortos foram 3 por acidentes industriais. Então, o que acontece? A indústria nuclear,  
1843 eu tenho que confessar, por uma demanda da população que é maravilhoso, por uma  
1844 pressão da população que reage exatamente com essa percepção do risco, essa  
1845 percepção de Hiroshima, Nagasaki. E exige da indústria nuclear um fenômeno que é  
1846 muito interessante, que é melhoria contínua. Existem diversos projetos, processos e  
1847 programas dentro de uma usina nuclear que trabalham com a melhoria contínua. Por  
1848 isso que lá nós falamos em cultura de segurança. Cultura de segurança é um  
1849 processo forte é que poucas indústrias implementaram ainda, mas da indústria  
1850 nuclear desde Chernobyl chegou-se a esse trabalho de implementar cultura de  
1851 segurança, políticas e programas no sentido de melhorar a segurança continuamente.  
1852 Melhora contínua, processo de melhora contínua imediatamente ao evento. Após o  
1853 evento de Fukushima montou-se no mundo inteiro com essas organizações que eu já  
1854 narrei e algumas outras organizações Grupos de Trabalho para entender o que estava  
1855 acontecendo, indo a Fukushima para ver o que estava acontecendo e tentando  
1856 imediatamente tirar as boas práticas do que estava acontecendo. O que a  
1857 Eletronuclear fez? Cinco dias após o evento, já montou um comitê de técnicos para  
1858 acompanhar o que estava acontecendo e traçar um plano de ação. Esse plano de  
1859 ação hoje, o plano de ação ia de encontro ao que a comunidade técnica e  
1860 internacional estava demandando. De novo, um processo que se chama de defesa em  
1861 profundidade, projeto, a operação, as diversas atuações do pessoal dentro da usina, a

1862 prevenção com margens de segurança e lá na frente, se por acaso mesmo assim  
1863 acontecer um acidente, como é que eu estou preparado para lidar com o acidente.  
1864 Todas essas fases de defesa em profundidade são consideradas no projeto, na  
1865 operação e também foi considerado no caso de Fukushima, analisado dessa forma. O  
1866 que nós consideramos no projeto. Como é que o projeto considerou isso com  
1867 margens? Como é que a operação lida com isso? Como é que eu tenho sistemas para  
1868 se por acaso vir uma onda e tirar o gerador diesel eu tenha outro? E se por acaso eu  
1869 perder tudo, o que acontece? Este tipo de raciocínio que basicamente está enfileirado  
1870 aqui. Quais os principais eventos, esse foi o questionamento da comunidade  
1871 internacional que aqui eu representei como a comunidade europeia, mas na realidade  
1872 é um forte membro da comunidade europeia que desenvolveu pressões nesse sentido  
1873 e trabalhos nesse sentido é Organização dos Reguladores do Oeste Europeu, a  
1874 WENRA. Eles juntamente com o Fórum Iberoamericano, que é no caso  
1875 Iberoamericano e a CNEN, que é o nosso órgão regulador. Imediatamente  
1876 começaram a perguntar, o que vocês estão fazendo e nós já estávamos em  
1877 andamento com o processo de identificação de oportunidades de melhoria. Era que  
1878 eventos nós considerávamos, que critérios de projeto nós usávamos para levar em  
1879 considerações esses eventos, as margens de segurança, nós levávamos em  
1880 consideração com que margem de segurança? E, se por acaso houver um colapso  
1881 dos sistemas de segurança, o que eu faço? E, se por acaso no colapso, eu tiver uma  
1882 emergência com liberação, como é que eu estou preparado para isso? São as  
1883 diversas etapas de defesa em profundidade. Desenvolveu-se um projeto onde 5 dias  
1884 depois se montou um Grupo de Trabalho na Eletronuclear e foi levado em  
1885 consideração todos os avanços que estavam acontecendo no órgão regulador, na  
1886 Agência Internacional de Energia Atômica, que é um órgão da ONU, na Associação  
1887 Mundial dos Operadores, que é a WANO, na Associação dos Órgãos Reguladores da  
1888 Europa Ocidental, que é a WENRA, Fórum Iberoamericano, como eu falei. E  
1889 previamente ao acidente naquela busca da melhoria contínua, alguns dos itens  
1890 levantados por causa de Fukushima já estavam em andamento na Eletronuclear, já  
1891 eram projetos e estudos em andamento da Eletronuclear, nós já tínhamos alguns  
1892 projetos que exatamente por esse processo de melhoria contínua. O programa de  
1893 melhoria contínua constou de autoavaliação, melhoria dos projetos e procedimentos,  
1894 para isso nós chamamos diversas empresas independentes para fazerem verificações  
1895 independentes de coisas que já estavam feitas, mas para fazer uma verificação  
1896 independente e atualização. E também na busca de fortalecimento da segurança e a  
1897 confiabilidade do empreendimento industrial que nós temos. De imediato foi  
1898 verificadas uma série de aspectos de segurança que foi demandado pela CNEN e  
1899 nós, acompanhamos a WENRA, WANO e a Agência Internacional, nós fizemos  
1900 diversas verificações de margens de segurança, de resposta à demanda da  
1901 segurança e, numa segunda etapa, nós desenvolvemos o Plano da Eletronuclear. O  
1902 Plano da Eletronuclear hoje consta de 56 iniciativas entre estudos e projetos, sendo  
1903 destinado de imediato em torno de 300 milhões para serem gastos até 2015 se  
1904 necessário for. Já tem uma verba destinada com prioridade absoluta para as  
1905 melhorias que se fizerem necessária, melhorias e estudos. Estudo do tipo, terremoto  
1906 naquela região é baixíssima, tanto histórico como calculado e isso feito por diversas  
1907 universidades, inclusive estudos independentes da Eletronuclear. Tsunami naquela  
1908 região o que acontece? O tsunami para acontecer você tem que ter as placas  
1909 tectônicas no movimento de encontro, no movimento acavamento e as nossas  
1910 placas tectônicas que estão bem longe, mais para a África, no Atlântico Sul, do que

1911 para a América do Sul são placas que se afastam. Então, a chance de um tsunami é  
1912 imensamente reduzida. Além disso, a usina fica na Bahia da Ilha Grande, que é uma  
1913 Bahia com mais de 300 ilhas e que tem a Ilha Grande na frente que faz um  
1914 amortecimento, é naturalmente protegida. Essas análises já estão feitas, estão sendo  
1915 refeitas mais uma vez independentes, com novos softwares e novos grupos e nós  
1916 sabemos que um dos pontos críticos de Angra dos Reis é chuva. A chuva de Angra  
1917 dos Reis é bem maior que a chuva do sul Fluminense que aconteceu na Serra  
1918 Fluminense. Aquilo que causou aquele drama todo, o índice de chuva em Angra dos  
1919 Reis é bem maior do que aquele. Nós convivemos com índices bem maiores. Então,  
1920 na realidade, um dos riscos de Angra dos Reis, é só ver na época de chuva a  
1921 quantidade de deslizamentos que tem naquela região. Um estudo que tem grande  
1922 acompanhamento com medição o tempo todo, continua um dos maiores riscos é  
1923 exatamente o deslizamento de terras. Os pontos fracos são identificados, são  
1924 protegidos e são medidos continuamente e nós estamos, apesar de ser um processo  
1925 que nós não paramos hora nenhuma, um processo que está em medição o tempo  
1926 todo e ações de retenção o tempo todo. Nós estamos fazendo também uma  
1927 verificação independente. Bom, se eu tivesse que classificar as 56 iniciativas, elas  
1928 seriam classificadas em 3 grandes pacotes. Como eu falei, as iniciativas são estudos  
1929 e alguns já são projetos. Alguns já saíram de estudos e já são projetos, já estamos  
1930 desenvolvendo um projeto de um reforço de alguma coisa, 56. 15 são na área de  
1931 proteção contra eventos de risco. Por exemplo, exatamente aquele que considera os  
1932 riscos ambientais, os riscos externos. Então, nós estamos fazendo, temos 15 estudos  
1933 ou projetos que estão na área de risco, na área de risco às instalações. 32 iniciativas  
1934 é a capacidade de resfriamento, nós não perdermos a capacidade de resfriamento do  
1935 núcleo, são 32 estudos, nós temos diversos sistemas. Angra 1, Angra 2 e Angra 3 são  
1936 das usinas com maior número de geradores diesel no mundo, de geradores dieleis  
1937 que estão lá para se por acaso todos os sistemas on-line faltarem. É um dos maiores  
1938 índices de geradores dieleis que estão disponíveis para as usinas no mundo.  
1939 Independente disso, o estudo que nós estamos fazendo é, apesar de termos os  
1940 geradores dieleis, vamos ter outros geradores, que podem ser de outra fonte,  
1941 independentes que vão estar numa posição afastada da usina e teremos, por  
1942 exemplo, um conjunto de baterias e carregadores de baterias que são mais potentes  
1943 do que as que nós temos hoje. Na realidade, em Fukushima, não deu para nós  
1944 descermos detalhes aqui, apesar de que estava nos slides, em Fukushima, assim que  
1945 eles perderam todo o sistema elétrico, as baterias entraram, só que não previam essa  
1946 combinação de fatos e elas acabaram descarregando. Uma das demandas que existe  
1947 é o seguinte: tem que repensar, a bateria vai ter que capacidade, por quanto tempo e  
1948 se eu precisar vai recarregar, esse carregador vai estar debaixo d'água ou vai estar lá  
1949 em cima? É independente, eu tenho que transportar? Então, todas essas são os  
1950 motivos dos estudos e dos projetos. E a outra família de iniciativas, 9 iniciativas são  
1951 das consequências, tipo, não deu para segurar e aconteceu um evento. Quais são as  
1952 consequências? O que eu tenho que fazer para garantir os princípios fundamentais da  
1953 indústria que tem que ser o homem e o meio ambiente? O que eu tenho que fazer  
1954 para, mesmo acontecendo, romper essas barreiras, o que eu tenho que fazer?  
1955 Recombinadores de hidrogênio para impedir a explosão que aconteceu em  
1956 Fukushima, lá tinha uma condição muito favorável para acontecer, o prédio é muito  
1957 vulnerável, mas que projetos que existem nessa direção? Bom, o que eu tenho aí é o  
1958 seguinte, existem uns 6 slides ou 10 slides ocultos, além de todos os slides que eu  
1959 não apresentei, porque entram um pouco mais em detalhes nesses 56, eles

1960 exemplificam alguns desses projetos. A apresentação está disponível para vocês,  
1961 existe um esforço enorme, se eu tivesse que concluir é o seguinte. Na realidade, o  
1962 que se entende por Fukushima para uma pessoa que não é do meio é muito mais feio  
1963 em termos da usina nuclear, é muito mais feio do que foi. Eu vi reportagens, por  
1964 exemplo, assim: Fukushima continua em risco, já chega a 20 mil o número de mortos.  
1965 Caramba, a Associação da capa do Globo, da primeira notícia no Globo era os 20 mil  
1966 junto com o acidente de Fukushima e, na realidade, nós tivemos 3 e nenhum por  
1967 radiação e não existe ninguém hoje em Fukushima cujo nível de radiação tenha sido  
1968 nível de radiação de dano, do nível de radiação de dano. Outra coisa que eu gostaria  
1969 de chamar para fechar é a busca da melhoria contínua. Não é porque nós sejamos  
1970 maravilhosos, talvez seja até porque existe uma demanda da população e de todas as  
1971 críticas que eu estou, inclusive, dizendo que falha, por exemplo, o jornal, mas isso cria  
1972 em nós uma necessidade de provar o tempo todo que nós estamos com uma indústria  
1973 que busca a melhoria contínua. Isso move a cultura de segurança que poucas  
1974 indústrias têm esse aspecto da cultura de segurança e nós estamos para discutir que  
1975 é muito interessante, uma ação muito boa dentro da indústria nuclear. E a última coisa  
1976 é o fato de que a Eletronuclear reagiu muito rápido, sempre interagiu muito com a  
1977 comunidade internacional na área nuclear, está interagindo muito forte e o nosso  
1978 plano de ação tem sido elogiado em todos os fóruns internacionais que nós temos  
1979 participado, tem surpreendido a comunidade internacional a rapidez e a abrangência  
1980 do plano de ação da Eletronuclear. Gente, foi um prazer, obrigado pelo convite,  
1981 estamos à disposição para aprofundar e para passar materiais, o que vocês quiserem.  
1982 *(Palmas!)*.

1983  
1984  
1985 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Nós vamos  
1986 aproveitar uma coincidência que é o seguinte: nós estamos aguardando a Ministra e  
1987 temos a oportunidade de algumas pessoas que quiserem fazer perguntas para o  
1988 senhor responder até a chegada. Eu só queria aproveitar e agradecer a oportunidade,  
1989 o ensaio, o que eu pude ouvir da exposição. Tem radiações piores que a nuclear. A  
1990 desinformação é uma poderosa fonte de problemas. Vamos lá, por favor, doutor  
1991 Francisco Soares.

1992  
1993  
1994 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – De fato, eu parablenizo a  
1995 Eletronuclear pela exposição. Agora, o que nós sabemos, todo mundo, é que todo  
1996 programa de usina nuclear no mundo ainda nós não temos uma segurança 100%,  
1997 sempre fica alguma coisa que pode acontecer. No Brasil, como nós não temos  
1998 terremotos, nós temos uma vantagens de outros países, mas o que nós vimos é que  
1999 Angra 1, Angra 2 e Angra 3, as populações de Angra e daquele lugar ficavam,  
2000 reclamaram, inclusive prefeitos municipais, que o esquema de segurança não teria só  
2001 localizado no sistema, mas também evacuar a população no caso de um acidente  
2002 nuclear. Falaram que as estradas para retirar a população também não estavam em  
2003 condições, aeroportos, rodovia, enfim, haveria, no caso de disposição falhar,  
2004 acontecer uma falha, a população não tinha como se evacuar na rapidez. Nós vimos  
2005 também que o grande problema que acontece no sistema nuclear é a questão de  
2006 resfriamento do combustível. Isso nós vimos que após o acidente de Fukushima se viu  
2007 a questão do resfriamento do combustível. Nesse resfriamento viu que todas as  
2008 alternativas que se encontravam falharam, fracassaram, inclusive as baterias que não

2009 tivessem geradores para recarregar também não suportaria tanto aquecimento. E  
2010 Chernobyl, que todo mundo lembra-se da época do acidente de Chernobyl, nós  
2011 sabemos que até hoje a população daquela área sente afetada e contaminada por  
2012 aquele acidente nuclear. Nós mesmos, no Brasil, tivemos que receber carne  
2013 contaminada por Chernobyl no Rio Grande do Sul que depois foi devolvida. O que eu  
2014 quero colocar para o senhor é o seguinte, o processo de licenciamento é com o  
2015 IBAMA depois, não é agora não? É outra fase. É que o programa nuclear brasileiro,  
2016 nessa oportunidade de agora, está colocando aqui para os Conselheiros do CONAMA  
2017 porque foi importante e eu espero que seja uma prática, pelo menos a cada ano, a  
2018 Comissão ou representante da Eletrobrás vir aqui informar como está o andamento, o  
2019 monitoramento, o destino do lixo que é retirado, como é que está o armazenamento  
2020 desse lixo e toda a proteção que a população de Angra dos Reis possa saber e nós,  
2021 como Conselheiros do CONAMA, possamos repassar para o Brasil, porque existe  
2022 uma proposta, segundo nós sabemos, de mais 5 usinas nucleares, duas no Sul e três  
2023 no Nordeste, e uma no meu Estado por que eu sou do Estado do Piauí, uma no  
2024 Pernambuco e outra na Bahia. Logicamente, nós queremos energia limpa e segura  
2025 também. Isso que eu coloco para os senhores, a sua exposição foi muito importante,  
2026 logicamente muitas pessoas poderão fazer pergunta, mas nós gostaríamos que o  
2027 senhor apresentasse essas informações.

2028  
2029

2030 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos fazer o  
2031 seguinte, vamos passar as perguntas e peço só que todos sejam os mais objetivos  
2032 possíveis, depois o Dr. Manoel responde a todas em conjunto.

2033  
2034

2035 **O SR. SÉRGIO** - A minha é bem rápida. Eu queria que o senhor me dissesse se o  
2036 senhor sabe sobre o posicionamento da Alemanha depois desse acidente, que eles  
2037 praticamente pararam a operação das usinas e, ao mesmo tempo, se associaram com  
2038 o Brasil para a construção de mais usinas.

2039  
2040

2041 **O SR. NIVALDO MIRANDA (SEMA/AL)** - Depois desse acidente, rapidamente  
2042 fazendo uma reflexão, eu imaginei, por exemplo, eu não jogo em Las Vegas porque  
2043 não tenho cacife para jogar em Las Vegas. Então, me parece que no contexto da  
2044 usina nuclear, ela tem uma série de vantagens ambientais indiscutíveis, pouco  
2045 espaço, não está sujeita as intempéries para produção de energia estável, não emite  
2046 praticamente gases do efeito estufa, tudo isso. Eu acho que o grande problema é o  
2047 acidente, simplesmente é uma possibilidade que não deve ocorrer. No caso do Japão,  
2048 eu queria que o senhor me confirmasse, há uma série de investigações em curso,  
2049 porque apesar de toda a excelência das tecnologias, da seriedade com que o Japão  
2050 conduz os seus processos, houve algumas informações segundo as quais a empresa  
2051 encarregada da operação daquelas usinas foi advertida da possibilidade desse  
2052 tsunami, pelo menos no raio de 50 anos. O senhor disse ali que ondas de 14 metros,  
2053 tudo bem, isso não estava previsto. Eu me questiono, porque quando nós fazemos,  
2054 favoravelmente ao argumento das usinas, a ideia de que a possibilidade de um  
2055 acidente está calculada em 10 mil anos etc. e etc., mas quando a coisa reverte ao  
2056 contrário, como explicar que na construção desse processo, num País que está sujeito  
2057 a esse tipo de evento, essa coisa não tenha sido imaginada. Terceiro, a usina se

2058 comportou muito bem, mas um detalhe mínimo, que, aliás, não fazia parte, até onde  
2059 eu entendo, do contexto da própria usina, que era o resfriamento, as instalações para  
2060 resfriar os reatores não estavam preparadas para inundação que ocorreu. De fato, foi  
2061 a água que causou o acidente. Então, diante de tudo isso, duas perguntas, primeiro, o  
2062 senhor já fez os cálculos, claro que evidente teria que conseguir isso através das  
2063 informações que já foram levantadas, pelo menos uma projeção do custo atual do  
2064 evento Fukushima? Quanto o Japão ao gastou e quanto terá que gastar nesse caso.  
2065 Em segundo lugar, diante disso, vamos nós fazer as projeções dos custos que  
2066 teremos que arcar com um acidente aqui no nosso cenário, e eu perguntaria, no  
2067 cenário do meu Estado, que é Alagoas, nós temos os custos desse cenário, em  
2068 digamos, evacuação de vidas humanas, digamos assim, custos para a  
2069 desorganização industrial, enfim, todas as coisas associadas e eu perguntaria, temos  
2070 cacife, por exemplo, no Nordeste para suportar um acidente dessa monta, estamos  
2071 preparado para isso e quanto isso custaria para uma região que não tem efetivamente  
2072 as condições do Japão para promover uma recuperação.

2073  
2074  
2075 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Não perca o  
2076 próximo capítulo, vai ser respondido. O senhor pode aguardar, doutor. A nossa  
2077 Ministra chegou, o senhor vai retomar a palavra logo depois. Não perca o próximo  
2078 capítulo, a continuação da minissérie Fukushima nunca mais. Nós vamos aguardar a  
2079 Ministra chegou e vamos abrir a nossa reunião para a participação da Ministra nessa  
2080 reunião do CONAMA.

2081  
2082  
2083 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** - Boa tarde a todos e a todas.  
2084 Inicialmente, eu gostaria de me desculpar porque eu não tive condições de estar aqui  
2085 na abertura dessa reunião, eu fui chamada ao Palácio do Planalto. Então, por conta  
2086 disso, a minha agenda inteira reverteu, mas eu fiz questão, entre uma agenda e outra,  
2087 de estar aqui com os senhores para, primeiro, reiterar meu compromisso com esse  
2088 Conselho de sempre estar presente em todas as seções, exceto, obviamente, quando  
2089 eu estiver no exterior e eu tenho mantido o compromisso desde que eu voltei ao  
2090 Ministro do Meio Ambiente ainda como secretária executiva. Isso faz parte da  
2091 estratégia não só de valorização, mas de recolocação do Conselho Nacional do Meio  
2092 Ambiente como um espaço democrático, legítimo para discussão das políticas  
2093 ambientais e dos novos rumos das políticas ambientais no contexto de  
2094 desenvolvimento do País, absolutamente importante, no nosso atendo entendimento,  
2095 resgatar o papel do CONAMA e faço lembrar os senhores e sempre olho para o  
2096 Volney por que ele meu solidário nisso que, quando eu assumi o CONAMA em 2009,  
2097 nós nos deparamos com uma situação muito insuficiente do CONAMA, maior parte  
2098 dos Conselheiros se retiraram de uma sessão Plenária desaprovando o  
2099 comportamento que estava acontecendo aqui dentro em relação ao Conselho. Como  
2100 também encontramos no Conselho muito aquém da aprovação de resoluções, um  
2101 Conselho dedicado a moção e de lá para cá com os senhores nós estamos fazendo  
2102 um processo de re-estruturação e de recolocação do CONAMA com todos os  
2103 Conselheiros em torno daquilo que nós entendemos ser chave ou papel do Conselho  
2104 como Conselho Superior do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Tem muito que ser  
2105 feito ainda, mas tenho a firme convicção que já temos avanços bastante expressivos  
2106 nos últimos 3 anos. Então, essa é a primeira e por essa razão, uma sinalização

2107 política e importante é que o Ministro ou a Ministra do Meio Ambiente sempre estejam  
2108 na reunião do CONAMA e que o CONAMA seja, na impossibilidade do Ministro  
2109 conduzir, seja sempre conduzido pelo vice-ministro e não delegando essa condução a  
2110 terceiro ou quarta escalões, como a prática do passado mostrou em vários momentos  
2111 deste Conselho. Peço desculpas porque eu não tive condições de estar aqui pela  
2112 manhã, mas eu fiz questão, terei que voltar a Presidência da República, mas eu fiz  
2113 questão, entre não almoçar e vir ao CONAMA, eu preferi vir ao CONAMA e  
2114 obviamente isso segue no meu processo de Rio menos 20, porque eu vou perder 20  
2115 quilos até a Rio+20. *(Risos!)* Eu e o Chico, enfim, isso é uma brincadeira para  
2116 descontrair, mas a grande verdade é que como nós estamos vivendo um período  
2117 muito agitado por conta da Conferência, hoje de manhã eu tive que sair do palácio,  
2118 atender a diretora geral do Cepal, voltar para o Palácio, nós estávamos realmente  
2119 num momento muito especial, não só de preparação, mas de definição dos rumos em  
2120 relação ao pós, ao período pós Rio+20 e os desafios que o Brasil se impõe nessa  
2121 nova agenda, nos novos rumos de desenvolvimento sustentável e digo isso no  
2122 contexto político porque, nos últimos 20 anos, o Brasil mudou de maneira bastante  
2123 expressiva e as demandas da sociedade não se limitam mais a projetos de pequena  
2124 escala e a projetos demonstrativos. Lembro aos senhores, os mais velhos vão se  
2125 lembrar disso, os novos membros do CONAMA é bom que se apropriem dessa  
2126 informação, lembram os senhores que há 20 anos, depois da Rio 92, nós estávamos  
2127 na realidade consolidando a primeira fase de negociação de um grande programa de  
2128 dinheiro internacional para o Brasil, que o Programa Nacional do Meio Ambiente com  
2129 o Banco Mundial, e começávamos as tratativas formais de negociação do famoso  
2130 PPG 7. As pessoas que viveram essa fase podem se lembrar que 92 é um marco  
2131 inclusive para facilitar o entendimento na cooperação internacional da necessidade de  
2132 ter recursos atribuídos às agendas ambientais e não só recursos atribuídos aos  
2133 contratos de empréstimos que eram feitos para infraestrutura e logística. O PNMA é o  
2134 primeiro contrato de empréstimo que o Brasil fez e começou essa negociação em 86,  
2135 eu tive a honra de participar da primeira missão ainda no antigo Ministério de  
2136 Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Em 90, nós estávamos negociando e, em  
2137 92, nós consolidamos aquele formato do PPG 7. Hoje, estamos indo para a terceira  
2138 versão do PPCDAM, envergadura e segunda versão da operação Arco Verde, dos  
2139 Territórios de Cidadania, do zoneamento, quer dizer, nós ampliamos aquilo de  
2140 maneira bastante expressiva, como também avançamos em programas importantes  
2141 de conservação da biodiversidade, com o programa de áreas protegidas do famoso  
2142 programa ARPA que foi criado na sua primeira fase com um escopo e sugerimos  
2143 ontem, eu tive o prazer, depois de 3 anos de negociação, de concluir e os repasses de  
2144 recursos de doação da União Europeia, do Fundo Mundial de Meio Ambiente para o  
2145 programa ARPA, e do próprio BNDES, para o programa ARPA na sua segunda fase  
2146 e, pela primeira vez, descentralizar esse recurso da ordem de 60 milhões de dólares,  
2147 mais do que isso, 64 milhões de euros, mais que isso, fazendo pela primeira vez uma  
2148 descentralização de recursos para os estados. Então, ontem, cadê a Nanci, secretária  
2149 de Meio Ambiente de Rondônia? Ela estava lá, não se beneficiou dessa primeira fase,  
2150 mas está estimulada a fazer Áreas protegidas na Amazônia, como todos os  
2151 secretários devem estar estimulados, de tal maneira que nós possamos viabilizar e  
2152 alocar recursos no âmbito do programa ARPA. Mas descentralizamos para o Amapá e  
2153 descentralizamos para o Pará. O secretário do Pará está aqui ou já foi? Ontem estava  
2154 com insônia, disse que não consegui dormir desde que assumiu e eu disse que ele vai  
2155 continuar sem dormir, mas agora com alguns recursos. De alguma forma, ele começa

2156 a implantar esses projetos, e o secretário do Amapá que eu não sei se está aqui, está  
2157 ali, absolutamente sinalizando o desafio estratégico que eles têm de avançar com a  
2158 consolidação de uma reserva de desenvolvimento sustentável e de acolher a  
2159 demanda de uma população que lá está, que protege as florestas e que na realidade  
2160 precisa de recursos para dar consolidação das suas atividades de maneira  
2161 sustentável. E aí tem uma mensagem importante porque nós também estamos nessa  
2162 política de conservação da biodiversidade e concluímos a fase de consulta pública da  
2163 nova estratégia nacional de conservação da biodiversidade e vamos passar para a  
2164 fase de negociação formal, final da proposta de nova estratégia que tem a ver com o  
2165 desdobramento da vitória, do protocolo de Nagoya e o que nós vamos oferecer de  
2166 compromissos para a próxima década em relação à conservação da biodiversidade  
2167 em função da Conferência das Partes em outubro, esse ano, na Índia. Essas coisas  
2168 todas estão interligadas, são objetos de negociação internacional e nacional e de  
2169 mobilização de atores. Em função dessa nova estratégia, do que está sendo feito de  
2170 envolvimento e de engajamento, é importante destacar que nós também estamos  
2171 ambicionando um programa mais agressivo. Eu vou usar essa expressão porque nós  
2172 devemos sim ser mais ambiciosos na restauração e na recuperação da cobertura  
2173 florestal no País, e o doutor Roberto Brandão Cavalcanti que está conosco como o  
2174 novo secretário de Biodiversidade e Florestas, uma vez que o doutor Bráulio também,  
2175 por um esforço do governo brasileiro e dos méritos do doutor Bráulio, acabou sendo  
2176 denominado pelo Secretário Geral das Nações Unidas o Secretário Executivo da  
2177 Convenção da Diversidade Biológica. Todos os processos são construídos, esses  
2178 processos não caem do céu, esses processos envolvem engajamento político e  
2179 participação direta do Ministério do Meio Ambiente. Então, afirmar muitas vezes que a  
2180 política não está andando é desconhecer os esforços internacionais e nacionais que o  
2181 Brasil está fazendo para mudar o patamar da política ambiental e da política de  
2182 conservação da biodiversidade sendo referência internacional, além dos avanços  
2183 nacionais que nós precisamos ter e, para isso, nós precisamos da parceria dos  
2184 estados. Então, ter sim um processo que eu particularmente me orgulho muito de ter  
2185 negociado nos últimos 3 anos com os doadores, não só do fortalecimento do FUNBIO,  
2186 mas de interlocução e de fortalecimento da gestão da conservação na instância  
2187 estadual significa que nós estamos deixando de falar do SFUC, do Sistema Federal  
2188 de Unidade de Conservação, e finalmente estamos lidando com o SNUC, Sistema  
2189 Nacional de Unidades de Conservação. Essa é a diferença quando nós falamos e  
2190 olhamos para os estados e para os municípios, essa é a diferença dos caminhos que  
2191 nós temos que buscar em função dessas diversidades estaduais, regionais e  
2192 internacionais de fluxos de recursos de programas pactuados que se baseia num  
2193 aprendizado que nós temos nos últimos 5 anos, 6 anos sobre conservação da  
2194 biodiversidade. Muito tem que ser feito, nenhum momento o Brasil está dizendo que  
2195 não tem que ser feito, mas Dr. Francisco Gaetani acabou de voltar essa madrugada,  
2196 portanto, também ele também está parecendo o secretário do Pará, da negociação  
2197 com os países do bioma Amazônia e do Tratado de Cooperação Amazônica  
2198 exatamente numa proposta de uso de recursos do Fundo Amazônia para consolidar  
2199 duas estratégias, ampliarmos e dialogamos duas estratégias, uma de combate ao  
2200 desmatamento ilegal, com base nas nossas experiências, mas também uma de  
2201 conservação da biodiversidade. A ideia é ampliar não só o ARPA, mas ampliar outros  
2202 instrumentos de conservação da biodiversidade em todo o bioma amazônico, num  
2203 diálogo internacional com os países que são fronteiriços ao Brasil e os países que  
2204 compõem a bacia amazônica. Esse mesmo diálogo se desdobra com a bacia do

2205 Congo na África e esses processos todos estão sendo construídos nos últimos dois  
2206 anos. O que significa dizer: o Brasil compartilhar não só a sua expertise, mas também  
2207 compartilhar das experiências de outros países em torno daquilo que é um desafio,  
2208 não só conservar as florestas, recuperar a cobertura florestal, mas também ter uma  
2209 abordagem inclusiva, porque mora gente nessas áreas e nós temos conflitos  
2210 socioambientais importantes que devem ser resolvidos com muita objetividade. Há  
2211 situações de absoluta injustiça, áreas que foram criadas no passado sobrepondo, por  
2212 exemplo, assentamentos rurais já estabelecidos. A situação é simplesmente deixar  
2213 pessoas que estavam lá sem acesso às políticas públicas e sem acesso ao crédito  
2214 público. Se alguém quiser me falar que isso é justiça ambiental, alguém me diga com  
2215 que base está sendo oferecido isso por que essas pessoas estão lá, muitas vezes,  
2216 abandonadas, sem nenhuma atenção do Estado e nós temos por intermédio das  
2217 Unidades de Conservação, sermos capazes de influenciar e mudar essa realidade. A  
2218 gestão da conservação da biodiversidade é uma gestão que olha o seu entorno,  
2219 também olha os conflitos e também olha as potenciais parcerias como a questão que  
2220 está agora, finalizando, a negociação de como nós vamos gerir, por exemplo, áreas  
2221 indígenas que se sobrepõem às Unidades de Conservação. Existem várias situações  
2222 como essa e nós temos que ter políticas claras para dizer como é que nós lidamos  
2223 com isso tratando do direito de todos e também dos deveres de todos. A mesma coisa  
2224 quando nós falamos hoje do Dia Mundial da Água. Também é excepcional que o  
2225 CONAMA faça uma reunião no Dia Mundial da Água e eu lamento que não tenha tido  
2226 oportunidade, eu não sei se aconteceu isso, as informações que eu tive indicam que  
2227 não, que talvez tivéssemos tido uma reunião conjunta do Conselho Nacional de  
2228 Recursos Hídricos e Conselho Nacional de Meio Ambiente. É hora de fazer isso. O  
2229 Ministério está mudando o patamar de tratado do Conselho Nacional de Recursos  
2230 Hídricos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos está sendo vinculado  
2231 diretamente ao secretário executivo, da mesma maneira que o Conselho Nacional de  
2232 Meio Ambiente. Então, os secretários de Recursos Hídricos do País terão o mesmo  
2233 status de interlocução com o Ministério do Meio Ambiente que os secretários de Meio  
2234 Ambiente do País, quando não são coincidentes essas funções, em muitos estados  
2235 não são. Acho que o CONAMA deveria propor, junto com o Conselho Nacional de  
2236 Recursos Hídricos uma sessão extraordinária para debater as questões de uma  
2237 agenda que tem que ser convergente e tem que ser convergente não só na área rural,  
2238 mas, em particular, nas áreas urbanas. Observo isso porque nós vamos lançar agora,  
2239 novamente, a nova conjuntura hídrica do País, nós fizemos ano passado, eu fiz um  
2240 pré-lançamento em Marselha, no Fórum Mundial das Águas e as discussões sobre  
2241 enchentes, sobre oferta, sobre irrigação, sobre oferta de alimentos, conflitos com  
2242 pecuária, produção de alimentos, inclusão social estão cada vez mais presentes no  
2243 debate internacional sobre segurança hídrica, sobre acesso a recursos e sobre a  
2244 gestão estratégica de recursos hídricos. O Brasil não pode se apequenar nesse  
2245 debate e o CONAMA não pode se apequenar nesse debate. No meu entendimento,  
2246 gostaria de provocar os senhores para que o CONAMA fizesse um convite ao  
2247 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e começassem a discutir a convergência das  
2248 políticas, os diálogos, os caminhos e a integração entre os instrumentos. O  
2249 licenciamento ambiental dialoga diariamente com a outorga, diariamente. Isso é  
2250 importante que se mude o patamar do debate sobre instrumentos de gestão do  
2251 território e instrumentos de controle hídrico ou controle ambiental. É absolutamente  
2252 importante que esse Conselho também faça um debate estratégico a respeito das  
2253 cidades. É essencial, o processo de urbanização, o vetor de urbanização dos

2254 próximos 30 anos é determinante de acolhimento daquilo que será o aumento da  
2255 população no planeta. A população vai aumentar em todos os cenários e será na sua  
2256 maioria acolhido esse aumento nas cidades. Qual é o debate que nós temos ou o  
2257 debate que nós queremos propiciar numa visão de futuro? Que olhe os próximos 20  
2258 anos, que olhe o pós Rio+20 e que discutam as questões estratégicas da qualidade  
2259 do nosso desenvolvimento. E aí vem uma pauta importante que esse Conselho  
2260 precisa abraçar, precisa saber discutir que diz respeito à produção e consumo  
2261 sustentáveis. Ontem eu participei de um diálogo promovido pelo Governo Federal com  
2262 a sociedade civil no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e  
2263 Sustentável sobre produção e consumo sustentáveis e educação. A secretária de  
2264 Meio Ambiente do Rio Grande do Sul lá estava e o Governo está promovendo esses  
2265 diálogos exatamente para convergência das pautas para, na realidade, valorizar e  
2266 juntar os atores dessas pautas de tal maneira que nós estejamos falando de  
2267 sustentabilidade como um valor para a Sociedade Brasileira e não um valor para  
2268 determinados segmentos da Sociedade Brasileira. Essa pauta é estratégica, o Brasil  
2269 lançou ano passado, nós lançamos, o Ministério do Meio Ambiente lançou ano passo,  
2270 esse Conselho sabe disso, o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável,  
2271 um plano que está sendo reconhecido pelas Nações Unidas como uma referência,  
2272 como nós também lançamos o debate e estamos implementando o Bolsa Verde, que  
2273 é a remuneração para as populações pobres que moram nas florestas, aumentando o  
2274 piso de renda dessas pessoas e sendo um primeiro passo na direção de uma  
2275 remuneração por pagamento por serviços ambientais. Os resultados já existem,  
2276 senhores, isso foi reconhecido pelas Nações Unidas como um programa que deve ser  
2277 replicado no planeta e vocês e nós aqui insistimos, muitas vezes, em discutir a  
2278 agenda menor. O Brasil mudou, o desempenho do Brasil do ponto de vista  
2279 socioambiental mudou e tem desafios enormes na agenda de gênero, na agenda do  
2280 setor produtivo. Nós temos hoje cinco grandes iniciativas sobre sustentabilidade  
2281 ambiental e empresarial. Qual é o domínio dessa agenda que o CONAMA tem? Qual  
2282 é o domínio que os senhores têm sobre o que o setor empresarial está discutindo  
2283 sobre sustentabilidade socioambiental ou vocês acham que o setor empresarial não  
2284 tem papel estratégico nos próximos rumos, nos próximos anos em torno daquilo que  
2285 são as agendas e os investimentos do desenvolvimento sustentável? Não é só falar  
2286 de relatório de sustentabilidade, são investimentos em plantas verdes, investimentos  
2287 em economia de energia, em eficiência energética, em economia de água, em  
2288 oportunidade de negócios chamado, entre eles, de verdes que o Brasil está buscando  
2289 espaço de competitividade aqui, regionalmente, e internacionalmente falando. Qual é  
2290 o domínio desse debate que o Conselho tem? Quais são as incertezas que esse  
2291 debate oferece do ponto de vista, por exemplo, dos padrões de qualidade de água e  
2292 dos padrões de qualidade do ar? Como é que as questões se colocam na política  
2293 ambiental? Essas coisas todas estão na Rio+20 e estão sendo conduzidas pelo  
2294 Ministério do Meio Ambiente, como também tem uma rica iniciativa com a questão de  
2295 gênero, o debate sobre as mulheres, a sustentabilidade, o debate sobre a renda das  
2296 mulheres e as opções de sustentabilidade, o debate da participação das mulheres, por  
2297 exemplo, na reciclagem ou na produção sustentável de alimentos é um debate  
2298 estruturante no eixo de desenvolvimento desse País, qual é o debate que esse  
2299 Conselho encerra sobre isso? Então, sempre gosto de vir aqui para inquietá-los,  
2300 porque a Ministra vive inquieta e a Ministra está abrindo uma nova agenda ambiental  
2301 para o País. Estou abrindo uma agenda ambiental para o País que tem diálogo com  
2302 as bases sociais desse País e não só com os nossos eternos e companheiros

2303 ambientalistas. Ou nós vamos discutir política ambiental com sustentabilidade  
2304 dialogando com todos os segmentos sociais dessa sociedade ou não vamos sair da  
2305 escala demonstrativa. O Ministério do Meio Ambiente determina, solicita que os  
2306 investimentos no Brasil em meio ambiente sejam de escala estruturante, não mas  
2307 demonstrativa. Quando vai uma política industrial que pede ao Ministério do Meio  
2308 Ambiente que se discuta a questão de competitividade, sustentabilidade, está lá num  
2309 programa de investimentos do programa Brasil Maior todo um capítulo dedicado à  
2310 questão ambiental, é insuficiente ou é um primeiro passo dado numa Seara e nunca  
2311 participamos e nunca tivemos capacidade de interlocução estruturante? Ou quando  
2312 nós vamos discutir a segurança do País nas fronteiras brasileiras e está lá o  
2313 componente ambiental fazendo parte de um requisito de segurança de fronteiras não  
2314 só de combate ao ilícito, mas de ocupação ordenada das fronteiras brasileiras com  
2315 outros países na América do Sul. Essas discussões todas estão presentes na agenda  
2316 ambiental do Ministério do Meio Ambiente, como também está, senhores, na hora de  
2317 discutir matriz energética desse País. Quais são as escolhas? Deixar de gerar energia  
2318 renovável e partir para gerar energia com combustíveis fósseis como foi no ano  
2319 passado, ou energia nuclear como foi no ano passado? Qual é o debate que se  
2320 coloca? Quais são as novas fronteiras tecnológicas de energia nos próximos 30 anos?  
2321 Qual é o comportamento que o Brasil está tendo de liderança nas negociações  
2322 climáticas? Exatamente daqui a 8 anos nós teremos um compromisso compulsório de  
2323 todos os países do planeta em relação às questões climáticas. Quais são os custos de  
2324 competitividade do Brasil? Quais são as políticas estruturantes disso? Quais são as  
2325 vantagens de competitividade nacional e internacionalmente falando em torno dos  
2326 setores que são responsáveis pelo PIB brasileiro? Qual é o papel da biodiversidade  
2327 nisso? Nós vamos discutir biodiversidade e geração de medicamentos ou não? Qual é  
2328 o debate que este Conselho coloca? Então, eu gostaria de mais uma vez reiterar aos  
2329 senhores a disposição do Ministério do Meio Ambiente, a disposição de todos nós,  
2330 quando nós valorizarmos o CONAMA e valorizarmos os conselhos estaduais, eu  
2331 firmemente acredito no Sistema Nacional de Meio Ambiente, eu firmemente acredito  
2332 no Sistema Nacional de Informação de Meio Ambiente. Se nós precisamos rever,  
2333 modernizar o sistema, vamos fazê-lo, mas eu não posso ter conflito entre os órgãos  
2334 estaduais e órgãos federais, eu não posso ter conflitos entre os órgãos municipais e  
2335 os estaduais, isso é um sistema. Então, literalmente o que eu acho que nós  
2336 precisamos fazer é trabalharmos juntos com este Conselho numa nova agenda, nos  
2337 desafios da questão ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável e que  
2338 desenvolvimento sustentável é esse, porque esse é um País que conseguiu estabilizar  
2339 na democracia. Eu tenho orgulho de viver num País democrático e País democrático  
2340 significa voto e consenso, igualdade entre as partes para o diálogo. Nós que  
2341 passamos por um País não democrático e conseguimos a democracia, temos que  
2342 valorizar isso sim. Que País é esse que tem estabilidade econômica, que faz inclusão  
2343 social, que faz proteção ambiental e que tem os desafios de andar com passos mais  
2344 robustos em torno da sustentabilidade. Essa discussão tem que ser conduzida  
2345 também pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente e não é com achismos ambientais,  
2346 vocês me desculpem (...). Ou põe dado na mesa ou põe números reais ou vamos  
2347 dizer como é eficiente ou como têm sido eficiente as Políticas de Conservação da  
2348 Biodiversidade para reduzir o desmatamento. Acabamos, foi publicado, nós fizemos  
2349 uma extensa avaliação, se os senhores não comentam isso é porque devem ser  
2350 doloroso comentar, mas nós pegamos o PPCDAM e fizemos uma avaliação com a  
2351 Cepal. Nós nos apequenamos nisso e fizemos uma avaliação econômica, ambiental e

2352 social dos resultados das nossas políticas de controle de desmatamento, está  
2353 publicado, sabe qual é a consequência? Querem ampliar isso para outros países, e  
2354 estão fazendo uma série de recomendações do que precisamos aperfeiçoar. Isso é  
2355 matéria crítica consolidada, com dados robustos que nos dá essa excelência para o  
2356 diálogo com qualquer País no mundo, com qualquer segmento da sociedade. Não é  
2357 em torno apenas de falarmos de um pequeno segmento. Temos diferenças absurdas  
2358 nesse País ainda em termos socioambientais. Temos que olhar para a questão da  
2359 pesca, cadê os dados atuais dos nossos estoques pesqueiros? Cadê a pesquisa,  
2360 cadê a rede de instituições de pesquisa que nós devemos fortalecer em torno da  
2361 questão dos estoques pesqueiros. Isso precisa ficar transparente, qual é o  
2362 compromisso que os estados assumem em relação a isso junto com a união? Tem aí  
2363 o PLC 140 que nós teremos que regulamentar e trabalhar numa estratégia pactuada  
2364 com os estados e com os municípios, com responsabilidade, porque a pior situação é  
2365 fazê-lo deixando depois o gestor ambiental com questionamentos do Ministério  
2366 Público de toda ordem nas suas costas. Não tem analista ambiental que sobreviva a  
2367 isso, não tem setor produtivo que sobreviva a incerteza do processo de gestão  
2368 ambiental pública. O IBAMA está passando por uma reformulação completa para que  
2369 nós possamos sairmos de menos de meio por cento de cobranças e dobramos a  
2370 arrecadação de multa do IBAMA em um ano, foi preciso sentar com a AGU e ter um  
2371 grupo permanente na Advocacia Geral da União para remover todos os entraves da  
2372 legislação, todos os passivos que foram deixados dentro do instituto. É fácil empurrar  
2373 com a barriga, eu não empurro coma barriga, eu tomo a decisão e vamos juntos  
2374 solucionar os problemas da questão ambiental. Para isso precisa de diálogo,  
2375 competência técnica, convergência nos nossos objetivos e compromisso com a  
2376 questão pública e não com a questão individual. E eu, como servidora pública do  
2377 Brasil, tenho orgulhem de ser Ministra de Meio Ambiente do Brasil e tenho orgulho de  
2378 ser presidente do CONAMA. Por esta razão, eu peço aos senhores, reflitam  
2379 estrategicamente, além das pautas que são colocadas, nós estamos num esforço  
2380 tremendo de resgatar aquelas coisas que nós chamamos de passivos em termos de  
2381 normas que nós estamos trabalhando. Vi o trabalho que o Ministério do Meio  
2382 Ambiente fez, foi me entregue agora, como resolver o Programa Nacional de  
2383 Qualidade do Ar, cuja última autorização foi feita em 1990. A complexidade para lidar  
2384 com a diversidade do País hoje, está na minha mesa, para nós chamarmos os  
2385 estados e depois discutirmos no âmbito do CONAMA. Isso requer trabalho, seriedade  
2386 e dedicação, que é o que eu tenho recebido dos senhores como Conselheiros do  
2387 CONAMA, desde que eu aqui cheguei. Então, quero dizer aos senhores, estamos  
2388 passando por um momento excepcional em termos de Brasil e sobre a perspectiva da  
2389 Rio+20 e da pós Rio+20. Estamos passando por um momento excepcional do ponto  
2390 de vista político, de fazer valer as nossas teses no âmbito do Congresso Nacional  
2391 sobre a questão do Código Florestal. Muitas das nossas teses foram reconhecidas,  
2392 outras não foram reconhecidas, nós não temos voto. Para que nós tivéssemos as  
2393 nossas teses reconhecidas, eu tive que fazer alianças com os movimentos sociais,  
2394 estou vendo a Rose, o pessoal da agricultura familiar, foram os primeiros a irem ao  
2395 Ministério do Meio Ambiente e fazerem um pacto conosco, foram eles que colocaram,  
2396 pessoal da CUT, todo mundo foi para lá para fazer acordo. Como é que nós podemos  
2397 solucionar os problemas? Nós queremos a restauração das APPs, eu ouvi isso dos  
2398 pequenos agricultores, dos agricultores familiares. Ministra, nós queremos, agora, nós  
2399 temos que conciliar o que nós temos e o nosso direito porque tem uma coisa chamada  
2400 Direito Intertemporal e foi construindo. E foi com eles que 70 mil mulheres da Marcha

2401 das Margaridas marcharam ano passado defendendo o Código Florestal. Essa é a  
2402 diferença de uma interlocução política ampliada e que nós estamos falando de todos e  
2403 no direito de todos, todos os lados têm que cederem um pouco. Eu tenho a firme  
2404 convicção que nós no Governo vamos continuar dialogando o Congresso Nacional,  
2405 que é o nosso papel no processo democrático para evitar qualquer perda além do que  
2406 nós já tivemos no Senado. Nós tivemos grandes conquistas, mas tivemos problemas  
2407 sérios e que os senhores sabem. Eu fui a pessoa que defendia a volta dos  
2408 manguezais, senador Luiz Henrique imediatamente acolheu uma emenda no último  
2409 momento e modificou lá relacionada a apicuns e não os manguezais como um todo  
2410 num acordo feito com a maioria dos líderes do Congresso dentro do Senado Federal.  
2411 Eu fui voto vencido, mas os manguezais voltaram a serem APPs. Eles tinham saído  
2412 da Câmara sem serem APPs e as pessoas preferem simplificar o debate. Vão para  
2413 dentro do Congresso, vão secretários para dentro do Congresso comigo, a ABEMA foi  
2414 para dentro do Congresso comigo e viu as dificuldades de mobilizar as suas  
2415 bancadas, porque nós temos que conciliar interesses. O governo está lutando  
2416 duramente para manter todos os ganhos e nós continuaremos com isso. Nós temos  
2417 que evitar os retrocessos e temos que dar oportunidade para os avanços. Essa é a  
2418 leitura política que estamos dialogando hoje e eu não me nego em nenhum momento  
2419 ao diálogo. Agora nós temos que ter seriedade para construção de consenso e nem  
2420 sempre as nossas teses vingam, mas acho que das teses ambientais, se alguém ler  
2421 com cuidado o Código Florestal do Senado, vai lá que tem programa de queimadas,  
2422 tem instrumentos econômicos, tem o direito dos pequenos, tem todos os instrumentos,  
2423 a questão da mudança climática, estão lá, inclusive a questão urbana que muito gente  
2424 está questionando, no meu entender de maneira absolutamente equivocada,  
2425 absolutamente equivocada. É necessário que nós ampliemos cobertura florestal,  
2426 cobertura de área verde nas nossas cidades. A cidade de Curitiba tem mais de 50  
2427 metros por habitantes de área de cobertura florestal e nem por isso deixa de se  
2428 desenvolver nas suas expansões urbanas. Acho que nós temos que cuidar dos  
2429 nossos mananciais, nós temos que proteger as veredas que voltaram a serem  
2430 protegidas. Estão lá, não estavam, temos que proteger toda a discussão de  
2431 manguezais e a luta é de continuar o diálogo, evitando os retrocessos e, obviamente,  
2432 o Governo está alinhando e não há nenhuma orientação de retrocesso, ao contrário, a  
2433 determinação é de avançar. Agora, avancemos com parceiros, não vamos avançar  
2434 criando situações que depois vira o conflito. Mais uma notícia, nós estamos  
2435 resgatando toda a pauta de químicos do País, toda a pauta. O Brasil vai sediar o  
2436 encontro, eu vou fazer na pré-Rio+20 um encontro, um debate sobre substâncias  
2437 químicas e todas as convenções internacionais de químicos. E, mais do que isso,  
2438 iremos para a Convenção de Mercúrio, para a última reunião para ter uma Convenção  
2439 de Mercúrio em seguida. O Brasil está negociando e conduzindo isso junto com as  
2440 Nações Unidas. O que é isso? Nós temos que evitar a volta dos garimpos na  
2441 Amazônia, que estão voltando, senhores, lamentavelmente. É uma prática não só  
2442 injusta com a natureza, mas injusta com o homem e injusta economicamente, é  
2443 absolutamente ruim para todos os aspectos. Então, estamos fazendo, resgatando  
2444 toda a pauta de químicos, resgatando toda a parte de qualidade do ar, resgatando  
2445 toda a questão dos instrumentos de gestão e aqui vai um último comentário. Estamos  
2446 vivendo um momento sensível, estou ouvindo, lendo a imprensa sobre derramamento  
2447 de petróleo e etc... Lamento que as pessoas talvez não tenham conhecimento técnico  
2448 para lerem o que tem sido publicado pelo Ministério do Meio Ambiente e o que tem  
2449 sido exigido pelo IBAMA em licenciamento de atividade de petróleo, é mais fácil dizer

2450 que não tem, leiam o que são os instrumentos de prevenção operacional. O IBAMA  
2451 hoje opera com testes antes de autorizar o funcionamento de qualquer instalação de  
2452 petróleo no Brasil com backups de embarcações e etc. que os níveis são superiores  
2453 às exigências internacionais. Aquilo que o CONAMA estabeleceu está sendo  
2454 cumprido além do que o CONAMA estabeleceu. O IBAMA tem exigido estratégias de  
2455 prevenção por intermédio do licenciamento que são reconhecidas e estão sendo  
2456 muitas vezes colocados no debate internacional para serem, na realidade, servidas  
2457 como exemplo e isso não está restrito apenas à Petrobras. Todas as empresas estão  
2458 trabalhando nesse sentido. Se pegarem as normas de licenciamento ambiental de  
2459 petróleo, vocês vão ver as modificações dos testes de longa duração, dos testes de  
2460 planos de emergência e vão entender as estratégias de prevenção que estão  
2461 colocadas ali e foram refeitas e rediscutidas com todo o setor. Normas que foram  
2462 colocadas num debate de quase 5 anos, feitos pelo Ministério do Meio Ambiente no  
2463 âmbito do Prominp. Eu não aceito quando as pessoas que não entendem, leem de  
2464 maneira simplificada o que está colocado ali. É uma pena, porque licenciamento  
2465 ambiental não é jogo de futebol que as pessoas podem ficar falando, dando opinião  
2466 de uma maneira. Também futebol é uma ciência, mas as pessoas tratam de uma  
2467 maneira muito simplificada, especialmente as mulheres, algumas delas, como eu que  
2468 não entendo nada de futebol. Mas quero dizer o seguinte, o licenciamento ambiental  
2469 (...), eu tenho firme confiança em todos os requisitos e tudo que está sendo exigido  
2470 pelo IBAMA em relação à prevenção e à fiscalização, o monitoramento das licenças  
2471 que são dadas. O universo é monumental de controle, não quero dizer que o fator  
2472 risco não esteja presente, é uma indústria que trabalha com risco e para isso nós  
2473 temos uma agência com a Agência Nacional de Petróleo. E finalmente vou contar em  
2474 primeiro mão, nós estamos exatamente só aguardando uma data para que o  
2475 Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Minas e Energia lancem o primeiro  
2476 modelo de avaliação estratégica do País e será exatamente na atividade de petróleo e  
2477 gás. Esse é um trabalho feito em parceria com Minas e Energia, com o Prominp, com  
2478 os órgãos do meio ambiente e nós estamos esperando apenas consolidar uma data.  
2479 O Ministro Lobão e eu, fechando as questões jurídicas, lançaremos junto com a ANP  
2480 o primeiro modelo de planejamento com uso de avaliação ambiental estratégica. Em  
2481 seguida, o Ministério lança o manual de procedimento com as várias escolas de  
2482 avaliação ambiental estratégica, também já está pronto, com o Ministério também já  
2483 tem o primeiro draft feito pelo IBAMA do relatório de qualidade do meio ambiente. Eu  
2484 não vou publicar esse relatório sem antes discutir cada capítulo com cada setor  
2485 envolvido porque eu confio, eu acredito que é mais fácil que todo mundo debata, todo  
2486 mundo dê a sua opinião e nós pactuemos o que é o primeiro, o primeiro não, o  
2487 segundo porque o primeiro foi lançado pelo Dr. Paulo em 84 com a capinha azul, eu  
2488 tenho esse único e que seria, se é o melhor formato, como nós evoluímos? Está  
2489 pronto o RQMA, com quase 2 anos de trabalho, está pronto o primeiro draft com  
2490 consultas, com especialistas para debater com todos os senhores, Eu não terei  
2491 nenhum problema de chamar a reunião do CONAMA para nós expormos e  
2492 debatermos o que pode ser os novos caminhos de um relatório de qualidade de meio  
2493 ambiente no Brasil. Nós estamos resgatando a Política Nacional de Meio Ambiente.  
2494 Não estamos tratando a Política Nacional de Meio Ambiente em partes, estamos  
2495 olhando o conjunto da política e tenho a firme convicção que todos nós iremos  
2496 compartilhar de bons resultados, com novos espaços de interlocução e que novos  
2497 espaços para tomada de decisão em relação às questões de sustentabilidade a partir  
2498 de uma construção que esse Conselho é ator estratégico. Sem isso não tem como

2499 evoluir, não tem como nós sairmos daquela situação de ser um pilar estanque.  
2500 Desenvolvimento sustentável é os três pilares juntos com a mesma dinâmica e o  
2501 debate sobre governança ambiental não é só internacional com as Nações Unidas, é  
2502 aqui no Brasil. Está na hora de nós discutirmos os novos rumos da institucionalidade  
2503 da governança ambiental no País e para isso o CONAMA, no meu entendimento,  
2504 deve ser o Fórum provocador pelo menos as grandes ideias, das grandes questões, a  
2505 partir (cadê o Hélio Gurchel da ABEMA?) dos desafios que nós temos em relação não  
2506 só aos 140, mas a modernização da legislação de clima. Nós temos que fazer um  
2507 trabalho todo. São 14 estados com políticas estaduais de clima que não dialogam com  
2508 a Política Nacional de Clima. Eu tive que construir toda a convergência, passamos o  
2509 ano passado inteiro para poder sair os planos setoriais sem ter divergência entre  
2510 Estado e União ou eu vou pedir ao setor investidor do setor da siderurgia, cito aí São  
2511 Paulo tem um processamento, se está no Rio de Janeiro é outro, como é isso?  
2512 Porque na hora de construir as pessoas não pensam na convergência. Foi lá o  
2513 Ministério e está construindo um a um como é que dialogam. Os avanços estão na  
2514 mesa e vocês são parte da construção desses avanços. Então, eu convido mais uma  
2515 vez o CONAMA a assumir um papel estratégico de natureza política no diálogo do que  
2516 será a pós Rio+20. O que vem para o Brasil nos próximos 20 anos passa por este  
2517 Conselho, passa pela formulação estratégica, pelo diálogo estratégico deste Conselho  
2518 com as políticas públicas e com as políticas empresariais e com a participação da  
2519 sociedade civil. A presidenta Dilma tem dito, o sucesso da Conferência Rio+20 não se  
2520 limita à participação dos chefes de Estado e chefes de governo. O sucesso tem a ver  
2521 aquilo que o Brasil entende que é a participação e mobilização de toda a sociedade  
2522 civil global para estar aqui no Rio de Janeiro debatendo e dizendo quais são os  
2523 rumos, quais são as críticas e participado do processo. E nós estamos assegurando  
2524 todas as condições, todos os espaços de participação da sociedade civil brasileira e  
2525 internacional na Rio+20. Isso eu posso assegurar aos senhores, é uma ordem da  
2526 Presidenta da República, nosso sucesso não é só de governo, é no engajamento de  
2527 todos. Portanto, convido a todos a irem ao Rio de Janeiro, temos dificuldades sim de  
2528 hotéis, o Rio de Janeiro não está com toda essa disponibilidade de hotel, isso é fato.  
2529 Estamos buscando alternativas em Niterói, buscando alternativas nas cidades  
2530 vizinhas, é importante reserva em Petrópolis, tudo quanto é lugar para que as pessoas  
2531 possam estar debatendo. A partir de primeiro de junho, nós começamos a Semana de  
2532 Meio Ambiente que o *World Environment Day* das Nações Unidas será no Rio de  
2533 Janeiro pela primeira vez. Pela primeira vez, a ONU vem fazer o Dia Mundial de Meio  
2534 Ambiente no Brasil. A partir do dia primeiro, nós começamos toda uma contagem  
2535 regressiva até a Conferência e eu tenho a firme convicção que vocês terão muito mais  
2536 o que mostrar e de dialogar e de construir não só com a sociedade internacional, mas  
2537 com a Sociedade Brasileira. Então, CONAMA é papel central nisso e eu tenho  
2538 absoluta certeza que vocês mostrarão o tamanho da grandeza do Brasil e o tamanho  
2539 da grandeza deste Conselho. Obrigada a todos. (*Palmas!*) Acabei de receber o  
2540 bilhete, mais uma vez terei que me retirar, já estão me chamando. Eu peço com  
2541 licença, o Chico continua a reunião e eu sugeriria que o CONAMA destacasse uma  
2542 Comissão para ter interlocução sobre Rio+20 para que nós possamos... Hélio, veja  
2543 não só ABEMA, acho que seria importante compor entre estado, município, os  
2544 representantes de CONAMA, talvez 5 representantes, Sociedade Civil, para que nós  
2545 possamos ter uma interlocução sobre a agenda, o que está acontecendo para que o  
2546 CONAMA esteja informado a respeito do que vai acontecer na Conferência e nos  
2547 processos preparativos da Conferência, além do que está acontecendo na Comissão

2548 Nacional que já reúne todos os segmentos, mas eu acho importante que o CONAMA  
2549 tenha essa interlocução, é o momento de fazer essa interlocução. Eu peço com  
2550 licença, mas vou ter que me retirar e muito obrigada pela essa oportunidade de estar  
2551 mais uma vez com vocês. Aguardo a pauta do CONAMA. Obrigada.

2552

2553

2554 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Pessoal, nós  
2555 vamos retomar a normalidade da nossa reunião, é um prazer sempre contar com a  
2556 presença da Ministra...

2557

2558 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** - Só quero anunciar a presença do  
2559 Presidente da ANA porque eu acho que ouviu que eu falei que o Conselheiro dos  
2560 Recursos Hídricos deveria estar aqui, eu sugeriria que vocês convocassem uma  
2561 reunião. Você está de parabéns pelo Dia da Água, parabéns pelo Fórum de Marselha,  
2562 eu estive lá e recebendo os (...) altamente positivos para a participação do Brasil, mas  
2563 eu sugeriria, Vicente, que você, junto com o Chico, pudesse coordenar com o  
2564 CONAMA uma proposta de uma reunião dos dois conselhos, mas com uma pauta  
2565 absolutamente objetiva. Escolham dois temas para o debate, senão não conseguem  
2566 avançar. Está bom. Muito obrigada a todos, com licença.

2567

2568

2569 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Pessoal,  
2570 vamos retomar os trabalhos, nós vamos procurar acelerar um pouco as discussões.  
2571 Eu vou pedir para o doutor Manoel responder da forma mais sucinta possível as  
2572 perguntas. Nós sabemos que o debate sobre energia nuclear é um debate sem fim,  
2573 um debate mal iniciado de forma substantiva. Eu passo então a palavra para ele  
2574 responder as questões que foram feitas e para nós darmos sequência à nossa  
2575 programação.

2576

2577

2578 **O SR. JOSÉ MANOEL (Eletronuclear)** – Passou um pouco do tempo das perguntas  
2579 e o calor das perguntas passaram um pouco. Eu algumas anotações muito rápidas,  
2580 vou tentar ser bem objetivo. Foi colocada aqui uma pergunta sobre o fato,  
2581 basicamente o fato da segurança, quer dizer, eu falei tanto em segurança e os  
2582 acidentes aconteceram, mas tivemos agora mesmo um posicionamento muito  
2583 interessante de que não tem indústria sem risco, não tem atividade industrial sem  
2584 risco, ela é uma realidade, o que nós temos que fazer é assegurar que esse risco é  
2585 conhecido e minimizá-lo. E se nós pensarmos, eu não está falando de uma indústria  
2586 que começou ontem, estou falando de uma indústria hoje que tem mais que 400  
2587 usinas operando no mundo, que é responsável por mais de 15% da energia gerada no  
2588 mundo. E que se nós considerarmos o índice de acidentes que ela tem, é um índice  
2589 que, por exemplo, no Brasil, Angra 1 está fazendo esse ano, 30 anos de criticalidade  
2590 do reator, 30 anos de sincronismo no sistema, sendo responsável pelo equivalente a  
2591 mais de do que 30% de energia do Estado do Rio de Janeiro. Qual é o índice de  
2592 acidentes que aconteceu? Qual é o benefício daquela indústria para aquela região e  
2593 para o País, 100 ocupando uma área muito pequena, não gerando gases de  
2594 aquecimento global que causam aquecimento global e etc.? Então, se nós pensar o  
2595 tamanho dessa indústria no Brasil com mais do que 15% da energia do mundo sendo  
2596 produzida por ela em termos de eletricidade e se nós lembrarmos que carvão gera

2597 mais do que 40% da energia do mundo, da energia elétrica, carvão, gera mais do que  
2598 40% da energia. Então, nós temos que começar a pensar. Quantos gases são  
2599 gerados na queima do carvão? Quantas pessoas morrem na China, por exemplo, nas  
2600 minas e na produção da energia e na queima do carvão? Quantos são os acidentes  
2601 em outras indústrias, para nós compararmos? A percepção pública é muito negativa  
2602 em alguns casos porque ela nasceu com a bomba atômica, porque a percepção  
2603 pública nasceu com a energia nuclear com a Hiroshima e Nagasaki, em  
2604 compensação, sem falar mal das outras energias, quantos vazamentos de óleo é  
2605 fundamental para o Brasil, (não seria eu a dizer que não é) mas quantos vazamentos  
2606 de óleo já não aconteceram? Mas se você pegar uma pessoa do público, a não ser  
2607 um jovem muito ciente, estudante da área ambiental, ele talvez diga, não, petróleo é  
2608 interessante, não tem a percepção negativa, porque o petróleo é o ouro negro, é o  
2609 desenvolvimento, alavancou o Brasil e essa percepção pública não é errada, é certa,  
2610 mas nós tem que pensar em termos dos riscos. Então, eu diria, existem mais do que  
2611 400 usinas, o índice de acidente é muito pequeno, o índice de acidente industrial e  
2612 radiação é muito pequeno, é só pegar as estatísticas, comparado com qualquer outra  
2613 indústria de qualquer tipo. Falou-se na percepção da população, não é verdade que  
2614 todo mundo em Angra tem medo, o índice de medo de outras áreas, em Angra dos  
2615 Reis, é o índice de medo das outras áreas, muito pelo contrario em Angra dos Reis  
2616 tem movimentos que têm o benefício das ações socioambientais Eletronuclear na  
2617 região. Então, por exemplo, as áreas de conservação, as populações indígenas, os  
2618 quilombolas, os caiçaras eles reconhecem na Eletronuclear uma vantagens para o  
2619 local, porque além de nós produzirmos uma quantidade enorme de energia em uma  
2620 área pequena não perturbando o meio ambiente criamos possibilidades de emprego.  
2621 Agora está lá Angra 3 com 4 mil pessoas trabalhando na construção, fora os 2 mil que  
2622 trabalham no empreendimento como empregados da Eletronuclear. Então tem  
2623 vantagens em colocar isso e a percepção pública não é tão negativa assim. Outra  
2624 coisa que se falou foi da Alemanha. No caso da pergunta da Alemanha é o seguinte,  
2625 foi uma decisão política numa época de eleição, isso é uma posição minha, isso não é  
2626 fruto de nenhum estudo eu trabalhei fora do Brasil na Agencia Internacional de  
2627 Energia Atômica por 8 anos, exatamente revendo a segurança das usinas nucleares  
2628 que é um órgão da ONU, e eu tenho uma percepção internacional razoável. Então, eu  
2629 posso dizer, foi uma decisão política. Alemanha, ao fechar as usinas, passou a  
2630 importar energia da França, que é 80% nuclear. Então, como se São Paulo dissesse  
2631 assim, tivesse sei lá 50% da sua energia nuclear e dissesse que não quer mais usina  
2632 nuclear, aí importa tudo do Espírito Santo, que está ali do lado, o tamanho dos países  
2633 que nós estamos nos referindo. Então, Alemanha parou e passou a importar a energia  
2634 nuclear do vizinho, que é uma decisão muito comandada por aspectos políticos,  
2635 porque estavam em época política e, por exemplo, energia subindo de preço, vai ter  
2636 custo, a médio, longo prazo, pode, e eu acredito que tenha o retorno porque eles não  
2637 têm outra forma. Estão trabalhando na eólica com avanços enormes da eólica, mas  
2638 não tem como substituir e é um outro tipo de energia, ela não tem consistência  
2639 durante um determinado tempo, ela é fundamental, precisamos disso também, mas  
2640 tem um comportamento diferente em relação à necessidade do público. Foi colocada  
2641 também a atualização do projeto que eles já tinham sido avisados, realmente a usina  
2642 de Fukushima tinha algumas deficiências, por exemplo, o fato de, um dos slides que  
2643 eu mostrei, mostra que alguns equipamentos eram abaixo da possibilidade da onda  
2644 que entrava. Então tinha algumas deficiências, não sei se foram alarmados quanto a  
2645 isso, mas existe hoje como nós dizemos depois que a vaca no brejo, depois da cobra

2646 morta nós mostramos o pau então. É fácil depois do acidente, nós pegamos e  
2647 dizermos, mas tem que estudar isso mesmo, tem entender o que aconteceu e é por  
2648 isso que tem essa reação forte do mundo da tecnologia em relação a Fukushima que  
2649 e para nós crescermos em cima disso, aprendermos, diminuir os riscos dessa  
2650 indústria. Foi falado também da parte de seguro, de novo, pensa na quantidade de  
2651 acidentes que aconteceram. Agora, pensa na quantidade de acidentes em estradas  
2652 de pessoas mortas, de pessoas que receberam seguro ou não, simplesmente perdem  
2653 seus entes em acidentes de estrada. Pensa nas outras indústrias, quer dizer, eu não  
2654 quero dizer que eu causo menos mal. O negócio e não causar mal nenhum, mas se  
2655 você comparar a indústria nuclear com outras indústrias, o mal é muito pequeno. Se  
2656 você comparar em todos esses anos, 400 usinas, 80% da França é nuclear e  
2657 percentuais enormes em países do primeiro mundo. Falando em primeiro mundo?  
2658 Porque que o Brasil precisa de nuclear? O Brasil precisa de todas as energias, se  
2659 você pegar o consumo per capita de energia, fico empolgado, mas se pegar o  
2660 consumo per capita de energia no Brasil é metade de Portugal e Portugal é indicado  
2661 pela ONU como um país evoluído razoável e início assim dos grandes países  
2662 evoluídos. Se o Brasil quiser chegar a um país evoluído com igualdade social para  
2663 todo o mundo, ele tem que chegar ao mínimo a Portugal, isso significa dobrar o  
2664 consumo claro que tem o aspecto da eficiência energética que derruba um pouco  
2665 esse números, mas tem que dobrar a quantidade de energia que é gerada. Então isso  
2666 aí é uma necessidade, o Brasil precisa de energia de todas as fontes. Energia nuclear  
2667 é só mais uma. Muito obrigado.

2668  
2669  
2670 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Dr. Manoel,  
2671 muito obrigado. Nós agradecemos a exposição muito didática. O entusiasmo do  
2672 senhor ajuda também a qualificar uma série de pontos. Nós vamos ouvir agora o  
2673 nosso expositor do IBAMA sobre o licenciamento ambiental da área nuclear, peço  
2674 apenas que seja mais breve para que nós possamos dar sequência à retomada das  
2675 resoluções. Nós estamos buscando com isso também introduzir alguns elementos na  
2676 nossa programação que envolvam formação para que nós possamos batizar melhor  
2677 nossas decisões do futuro. Não, João Aparecido, por favor. Senhor Francisco, nos  
2678 temos uma programação, nos estamos atrasados vamos terminar um assunto.  
2679 Quando ouvir a exposição do técnico do IBAMA e o senhor faz o comentário. Doutor  
2680 Francisco, não se trata de uma exposição do senhor, nós vamos ouvir a exposição  
2681 agora do quadro do IBAMA, no momento das perguntas o senhor faz uma  
2682 intervenção.

2683  
2684  
2685 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2686  
2687  
2688 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Já foi feita a  
2689 exposição, a pedido já foi feito o debate. O senhor terá oportunidade quando o técnico  
2690 do IBAMA encerrar, senão vai querer fazer a mesma exposição após a intervenção do  
2691 nosso quadro do IBAMA. Rafael.

2692  
2693

2694 **O SR. RAFAEL MACEDO (IBAMA)** - Muito boa tarde. Meu nome é Rafael Macedo.  
2695 Estou como coordenador substituto do licenciamento de energia elétrica nuclear e  
2696 dutos, e vou falar aqui do nosso trabalho relacionado ao licenciamento da central  
2697 nuclear Almirante Álvaro Alberto, usinas de Angra. Bom, aqui é o nosso organograma  
2698 da diretoria de licenciamento e temos ali em azul a coordenação de energia elétrica  
2699 nuclear e dutos, que licencia as instalações nucleares fabris ou de gerações de  
2700 energia e a coloque, que licencie todas as minerações nucleares. Bom, a  
2701 coordenação tem 42 analistas e esses analistas trabalham no licenciamento de linhas  
2702 de transmissão, dutos, óleo dutos geração de energia por termoelétricas, e toda área  
2703 nuclear que eu acabei de comentar, fabril. Ao todo são 8 analistas dedicados ao  
2704 licenciamento da área nuclear, bem como de termoelétricas convencionais, carvão,  
2705 gás natural. Bom, aqui é uma breve introdução da legislação que rege as  
2706 competências do licenciamento ambiental e do licenciamento nuclear, não vou  
2707 comentá-las todas. O próximo slide aponta que ao longo da solicitação da licença de  
2708 construção de uma usina nuclear, a CNEN é a responsável por avaliação da  
2709 viabilidade técnica e conceito de segurança do projeto. Então, nessa ótica aí cabe ao  
2710 IBAMA avaliar os riscos convencionais da planta e não os riscos nucleares. Isso já  
2711 está bem definido. Nós temos elaboração de um termo técnico com a CNEN que  
2712 inclusive vai tratar desse aspecto. Bom, aí é só o rito processual do licenciamento  
2713 ambiental confrontando com o licenciamento nuclear. Ali seriam os estudos  
2714 ambientais e os relatórios que essa CNEN demanda para o licenciamento. Eu vou  
2715 tentar gastar meu tempo mais nesse slide, tentando mostrar os aspectos ambientais  
2716 da planta. Aqui temos Angra 1, Angra 2, Angra 3 em construção, os depósitos onde  
2717 estão armazenados parte dos equipamentos de Angra 3. Aqui é uma das vilas  
2718 residenciais da Eletronuclear, tem mais vilas nesse sentido para cá, aqui tem uma (...),  
2719 Angra está ao norte, Parati está ao sul. Temos uma (...) no quebra ondas e também  
2720 serve para evitar marolas, porque a captação de água é aqui nessa região. No ano  
2721 passado, tivemos alguns problemas relacionados a mortandades de tartaruga na  
2722 captação de água porque o sistema de limpeza da captação aprisionava essas  
2723 tartarugas. Então tivemos que interagir com a Eletronuclear, eles fizeram um projeto  
2724 de telas que evitasse a tartaruga se aproximar da captação, e esse projeto vem sendo  
2725 bem eficiente. Isso aqui nós fizemos uma vistoria em conjunto com o ICMBio pessoal  
2726 do TAMAR. Aqui nós temos os depósitos rejeitos radioativos de média e baixa  
2727 atividades. Esses depósitos aqui basicamente só contém rejeitos gerados em Angra 1  
2728 porque os rejeitos gerados em Angra 2 continuam armazenados no próprio prédio da  
2729 usina. Os combustíveis erradicados, aqueles que já foram consumidos continuam  
2730 armazenados nas piscinas dos reatores, mas existe um projeto em Eletronuclear de  
2731 construção de uma piscina auxiliar, que é chamado de uma unidade de  
2732 armazenamento auxiliar de elementos combustíveis irradiados, MFC a sigla que eles  
2733 adotam onde os combustíveis irradiados que estiverem nas piscinas dos reatores  
2734 serão direcionados para essa piscina em especial. É um projeto que vem sendo  
2735 desenvolvido, já consta no IBAMA a solicitação do termo de referência e mais para  
2736 frente nos comentamos mais. Aqui o Saco de Piraquara de Flora é onde tem o  
2737 emissário das águas de refrigeração do sistema terciário das usinas. Aqui há um  
2738 acréscimo na temperatura, porque a água chega quente e há uma certa emissão de  
2739 cloro livre. Estamos aprimorando as metodologias de medição de cloro livre porque  
2740 nós identificamos, apesar dos dados serem reportados que a quantidade obtidas, a  
2741 concentração é muito baixa, mas a metodologia nós consideramos que não é a  
2742 metodologia apropriado e a Eletronuclear já fez uma proposição de melhoria da

2743 metodologia de análise e estamos avaliando no licenciamento. Existe também um  
2744 programa de monitoramento de tartarugas aqui da central já aprovado pelo IBAMA e  
2745 pelo TAMAR e um início de execução. Toda parte de monitoramento meteorológico  
2746 fica mais a cargo da CNEN, apesar de nos recebermos todos os dados. Então teve o  
2747 monitoramento meteorológico aqui, aqui e também no Parque Nacional da Serra da  
2748 Bocaina. A CNEN agora está instituída um novo sistema de monitoramento, tanto  
2749 meteorológico como de simulação de possíveis eventos não usuais que se chama o  
2750 sistema ARGUS e por força desse aprimoramento dentro da CNEN eles solicitaram  
2751 pela Eletrobrás, Eletronuclear ampliassem a rede de monitoramento meteorológico,  
2752 então esta inclusa a ampliação da rede o que dá mais confiabilidade aos dados que  
2753 são utilizados no prognóstico de eventos. Esse sistema até indica a direção que a  
2754 pluma tomaria, no caso de um vazamento e quais são as medidas do plano de ação  
2755 de emergência que devem ser adotados para evacuação de áreas. É um trabalho que  
2756 a CNEN vem desenvolvendo, um trabalho de vanguarda e que nós acompanhamos  
2757 como observadores, técnicos, trocamos ideias, mas é um trabalho que é feito  
2758 basicamente por eles. Bom, aqui teríamos o lançamento de efluentes convencionais  
2759 também, e toda a gestão de resíduos sólidos convencionais, tem um galpão aqui que  
2760 depois é direcionado a sucata, é vendido, tem um programa de gerenciamento. Aqui  
2761 tem uma estação de tratamento de água que abastece toda a central. Essa estação,  
2762 ai eu queria pegar um gancho da apresentação anterior, que a Eletronuclear está  
2763 desenvolvendo um plano de criação em resposta a Fukushima, uma das simulações  
2764 previstas no plano de ação é o desmoronamento, o deslizamento de alguns taludes  
2765 aqui que proporcionariam o avanço da estação de tratamento de água sobre a usina.  
2766 É um estudo que está sendo desenvolvido pela Eletrobrás em resposta ao acidente de  
2767 Fukushima, estão prevendo coisas a mais. Aqui é a BR-101, Rio-Santos e essa é uma  
2768 BR que recorrentemente sofre com deslizamento de taludes de encostas. Existe um  
2769 pano na central nuclear de que uma vez barrada a rota de fuga, obstruída, a central  
2770 começa a acionar um plano que ao longo do tempo e, a CNEN também acompanha  
2771 isso, ao longo do tempo. Se a rota de fuga não for desobstruída, a central tem que  
2772 começar um desligamento, o que é ruim do ponto de vista operacional e ambiental  
2773 também. Vamos passar. Bom, aqui é a situação do licenciamento de todos os  
2774 processos que constam no IBAMA que são referentes à central. Ou seja, cada uma  
2775 das instalações nucleares lá dentro tem processo de licenciamento do IBAMA, porque  
2776 de certa forma é ruim porque temos particionamento de programas, programas que  
2777 não se entendem, que não conversam. Então, o nosso objetivo é todas as instalações  
2778 que estão em operação serão objeto de um único licenciamento enquanto que as  
2779 instalações de Angra 3 e do prédio de monitoração da central de gerenciamento de  
2780 regentes radioativos continuaram com as suas licenças de instalações validas e aqui  
2781 existe a MFC, piscina auxiliar, que encontra-se em definição do TR. Existe o  
2782 questionamento se vai se adotar em EIA/RIMA ou se vai se adotar um processo de  
2783 licenciamento mais simplificado, um estudo ambiental mais simplificado uma vez que  
2784 no sítio já existem 4 EIA/RIMAs elaborados. Então, é uma discussão técnica que nós  
2785 estamos prevendo a resposta tão logo. E a situação de cada uma delas, Angra 1  
2786 passou por regularização, já foi que foi finalizada mais do PCA que foi entregue para  
2787 sua regularização, Angra 2 também, no mesmo caso. Essas duas foram regidas por  
2788 termo de compromisso em conjunto com o Ministério Público e até falei um pouco do  
2789 andamento do licenciamento aqui no IBAMA. Angra 3 vem com uma licença de  
2790 instalação sendo acompanhada. Aqui são os depósitos 1 e 2 A de regentes  
2791 radioativos que estão no âmbito do processo de Angra 1. O 2 B e os demais depósitos

2792 de regentes já tiveram licenças de operação vigente e estão em acompanhamento.  
2793 Temos aqui o prédio de monitoração, licença de instalação e UFC. Bom, o que nós  
2794 estamos fazendo para unificação do licenciamento? Pegar os 8 processos e  
2795 transformar eles em um. Primeiro decidimos a metodologia, vamos fazer assim,  
2796 vamos criar 5 rotas, 5 pareceres técnicos. O primeiro parecer seria por compensação  
2797 ambiental, cada um desses processos tem o processo de compensação ambiental.  
2798 Então, nós resgatamos todas as informações e é claro, os compromissos que foram  
2799 confirmados continuarão sendo, mas a intenção é que a compensação ambiental de  
2800 todos os processos que já estão em operação mais a de Angra 3 seja um rito único  
2801 também. Em seguida parecer sobre Angra 1 depósitos, pareceres sobre Angra 2,  
2802 outro parecer sobre outros depósitos que não aqueles depósitos que estavam  
2803 previstos no licenciamento de Angra 1 e, por fim, que é essa etapa de conclusão que  
2804 nós nos encontramos de conclusão é a elaboração de um parecer único de todos os  
2805 programas ambientais que eu vou chamar periféricos, que estariam no Entorno da  
2806 usina, monitoramento de qualidade da água, monitoramento das tartarugas,  
2807 gerenciamento do rejeito, monitoramento do cloro no saco de Piraquara,  
2808 monitoramento de temperatura, monitoramento de sismográfico. Então, esses seriam  
2809 os programas que eu vou descrever agora. Além disso, nós trabalhamos numa  
2810 interação junto com a (...) de transporte aqui do IBAMA com relação licenciamento da  
2811 BR 101 para que crie esse vínculo com o DNIT. O DNIT tem que incorporar que  
2812 naquela região aquela usina instalada demanda que a atividade de manutenção seja  
2813 mais incisiva ao longo do trecho contemplado pela via. Essa é uma operação que nós  
2814 sempre temos com a coordenação de transportes. Interação com a Câmara de  
2815 Compensação Ambiental Federal para tratar da compensação, como eu já falei e  
2816 interação com o ICMBio, uma vez que temos duas unidades “tampão”, vou chamar  
2817 tampão do ponto de vista da usina que é o Parque Da Serra da Bocaina e as (...) que  
2818 fica costeira, que é a área costeira nós trabalhamos essa integração com o ICMBio  
2819 porque os dados gerados tanto pelo monitoramento de Angra como pelo  
2820 monitoramento feito pelo ICMBio devem conversar. Por favor. Bom, são 33 programas  
2821 ambientais, maior parte deles tem enfoque no meio físico e socioeconômico. Aqueles  
2822 de meio físico têm uma interação com o meio ambiente e, às vezes, um meio físico  
2823 com interação a socioeconômica, então, ali foi uma segregação, mas não quero dizer  
2824 que seja isso mesmo, tem problemas que começam nas 3 áreas. Bom, aqui são as  
2825 informações de alguns dos programas, Parque de Angra 3, que nós vemos é mais a  
2826 parte de gerenciamento da obra em si, monitoramento de encostas, observa-se na  
2827 região é que deslizamento das encostas é muito lento ao longo de todo o  
2828 monitoramento, muito em função também da Eletronuclear ter procedido pela  
2829 instalação de cortinas (...) que seguram as encostas, os taludes. Riscos de inundação  
2830 foi feito um estudo na etapa de EIA/RIMA e o estudo indicou que não teria risco de  
2831 inundação para aquela região, com base em séries históricas e tudo mais, mas no  
2832 período de ação Eletronuclear em resposta a Fukushima já estão desenvolvendo  
2833 também um estudo, tentando revalidar esse estudo de inundação. Sismologia o maior  
2834 sismo detectado na região como um todo assim foi de 5,2 de magnitude na escala  
2835 *Rhister* a 315 quilômetros da usina no mar adentro e isso só representou uma  
2836 aceleração detectada no sítio da usina equivalente a 2% da base de projeto da  
2837 segurança da usina, ou seja, algo ínfimo. A maioria dos sismos detectados na região  
2838 são em função das pedreiros que ali estão. Cinturão Verde é um projeto que delimita  
2839 certas áreas para não ocupação humana, para não adensamento da população,  
2840 porque são áreas de risco de deslizamento e são áreas com difícil rota de fuga. Então,

2841 esse foi um projeto desenvolvido com a parceria da prefeitura de Angra que  
2842 estabeleceu alguns marcos delimitando, essas áreas aqui vão parecer ocupadas,  
2843 muito embora nós observemos que várias dessas áreas já vêm sendo ocupadas,  
2844 inclusive entrando na área que é de pertence do Parque Nacional da Serra da  
2845 Bocaina. Meteorologia, já adiantei algumas questões, o Argos novo e a região tem  
2846 uma dinâmica atmosférica complexa. Se nos observamos Parque Nacional da serra  
2847 Bocaina, a elevação depois da usina é quase 200, 300 metros, então nós temos efeito  
2848 de brisa costeira. Toda a dinâmica atmosférica e bem complexa, o que demandou a  
2849 CNEN adotar o sistema robusto de prognóstico que é o argos para fazer, para  
2850 visualizar como a ilha de contaminação se comportaria num evento não usual.  
2851 Qualidade das águas, monitoramento nos corpos hídricos de Entorno, na captação,  
2852 bem como no mar e aqui controle da poluição, regentes sólidos, efluentes líquidos,  
2853 afluentes atmosféricos nós temos um fluxograma do processo de todos os sistemas  
2854 de tratamento, tanto radioativos quanto líquidos, mas eu não vou mostrar agora  
2855 porque é mais complexo, mas eu deixo disponibilizado aí. Monitoramento atmosférico  
2856 convencional está mais ligado à obra de Angra 3, uma vez que não se passaram  
2857 autos de emissão nas usinas em operação porque os geradores a Diesel e as  
2858 caldeiras auxiliares são acionadas apenas em testes mensais. Não se vislumbra  
2859 monitoramento atmosférico convencional, vamos chamar assim, mas todo o  
2860 monitoramento radiológico é feito medição de temperatura e cloro de Saco Piraguara  
2861 de Flora, já adiantei. O monitoramento ambiental radiológico operacional que tem um  
2862 link com o trabalho da CNEN também, existe uma necessidade também de  
2863 acreditação do laboratório de Angra, junto a normas 17025. Alguns monitoramentos  
2864 de fauna e flor marinha. Foi, ao longo de uma série histórica foi detectada que 20  
2865 espécies de ictiofauna deixaram de existir na região, enquanto outras se inseriram. Os  
2866 microorganismos termos tolerantes se evoluíram também na região, mas isso não  
2867 estaria relacionado diretamente ao gradiente de temperatura que é adicionado no  
2868 Saco de Piraquara. Isso está relacionado a toda a bacia onde os níveis medidas de  
2869 temperatura média estão aumentando ao longo do tempo. Recuperação ambiental da  
2870 restinga da vila residencial, onde tem a deságua do rio não adequada. Compensação  
2871 ambiental com as UCs que nos temos esse trabalho com o ICMBio, sempre de está  
2872 se há efetivo aplicação da compensação ou não. Alguns programas na área de saúde  
2873 pública, foi elaborado um estudo pela FIOCRUZ para tentar desmistificar a percepção  
2874 da saúde com percepção da população com relação a riscos de câncer associados à  
2875 atividade da usina que foi comprovado que não tem como estabelecer nenhuma  
2876 correlação com isso. Educação social e educação ambiental que são problemas muito  
2877 importantes para nós, esses programas buscam introduzir a variável da cultura  
2878 nuclear e avaliar a percepção do risco da população local, como a população  
2879 recepciona esse empreendimento, quais são os anseios da população, o que ela quer  
2880 saber e desmistificar sobre energia nuclear, sobre os outros usos domésticos, a  
2881 produção de radiofármacos. Esse é um problema mais amplo que nós tentamos  
2882 permear que sirva de modelo para as novas usinas. Aqui alguns programas de  
2883 inserção. Arqueologia e comunidades indígenas também são contemplados com o (...)   
2884 licenciamento e o desposicionamento é previsto, já existe um custo estimado de um  
2885 bilhão de dólares e um acórdão do TCU determinando a elaboração do plano de  
2886 comissionamento, existe uma norma de comissionamento sendo trabalhada na  
2887 CNEN, existe uma norma de aprovação de local para novas usinas sendo revalidada  
2888 pela CNEN, existem normas de transporte de materiais radioativos em discussão na  
2889 CNEN e, o IBAMA vem participando também de todas essas ações. Bom, quanto ao

2890 plano de emergência externo ele é coordenado pelo Governo do Estado do Rio de  
2891 Janeiro, pela Defesa Civil, mas tem interação com forças armados, Eletronuclear (...),  
2892 Comunicações, enfim, outros órgãos. Como é que o IBAMA se insere? O IBAMA  
2893 nunca participou efetivamente do plano, nós participamos indo vistoriar o plano,  
2894 fazendo parecer, dar algumas sugestões, mas nós não estamos inserido no plano e  
2895 aqui há uma proposta de inserção do IBAMA no plano através da coordenação geral  
2896 de emergências ambientais que está vinculada à Diretoria de Proteção Ambiental,  
2897 além da orientação pedagógica no âmbito dos problemas de educação ambiental e  
2898 comunicação social. Bom, era esse trabalho exaustivo. Nós vamos nos submeter à  
2899 Comissão de avaliação e aprovação de licenças ambientais do IBAMA que é uma  
2900 Comissão formada cujo presidente e o que preside, obviamente, mas tem participação  
2901 em todas as outras diretorias. Eles decidem quando são licenças mais complexas pela  
2902 aprovação ou não, mudança, alteração, retificação de uma licença, como pode ocorrer  
2903 com a licença de Angra 3, uma vez que vários dos programas que temos aqui estão  
2904 contemplados na licença de Angra 3, quando deveriam estar contemplados na licença  
2905 de operação do complexo. Vamos lá. Bom pessoal, era isso, estou à disposição para  
2906 responder eventuais perguntas. Muito obrigado ao Conselho, muito obrigado à  
2907 Plenária.

2908

2909

2910 **O SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Abrir espaço  
2911 para perguntas ou intervenções conclusivas de um minuto porque nós já extrapolamos  
2912 completamente nosso horário hoje.

2913

2914

2915 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Antes de fazer a pergunta, eu  
2916 vou colocar que eu conversei com o pessoal da Eletronuclear e solicitar aos  
2917 secretários que a apresentação feita pelo Ronaldo Oliveira e a exposição feita pelo  
2918 José Manoel Dias seja disponibilizada para todos os Conselheiros aqui do CONAMA,  
2919 uma vez que foi apenas simplificada a exposição na íntegra, tudo que foi apresentado.  
2920 Segundo é que eu gostaria que depois nós avaliássemos aí que fosse tirada uma  
2921 Comissão aqui do CONAMA, inclusive eu conversei com eles, para fazer uma visita *in*  
2922 *loco* lá em Angra 1, 2 e 3. Nós inclusive já fizemos parte uma vez de uma Comissão  
2923 que visitou a Petrobrás, a Bacia de Campos na plataforma marinha, conhecendo o  
2924 sistema que foi também apresentado num plano de contingência, semelhante ao  
2925 plano de contingência da Petrobrás ao plano de segurança apresentado pela  
2926 Eletrobrás. Então, dessa forma, eu gostaria de perguntar ao representante do IBAMA,  
2927 do licenciamento ambiental, se todas as três usinas, as suas colocações é Angra 1,  
2928 Angra 2, todo o processo de licenciamento está completo e que algumas  
2929 condicionantes ainda não foram atendidas. Outra, se todo processo de licenciamento  
2930 é feito pelo IBAMA ou tem a participação da Comissão de Energia Nuclear? Ou se o  
2931 IBAMA recorre a recurso externo, até internacional, para complementar os estudos, as  
2932 informações necessárias para liberar o licenciamento ambiental? Essas seriam as  
2933 perguntas que eu gostaria de fazer.

2934

2935

2936 **O SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Alguém mais  
2937 teria alguma pergunta? Por favor, se identifique antes.

2938

2939  
2940 **A SR<sup>a</sup>. GEOVANA MARIA CARTAXO DE ARRUDA FREIRE (BIOESTE)** – Rafael,  
2941 sobre licenciamento de material nuclear, mas não é Angra 1 e Angra 2. Lá no Ceará,  
2942 eu queria saber se tem alguma informação que pudesse esclarecer, houve um  
2943 licenciamento de mineração de fosfato, que na verdade, como resíduo de urânio e em  
2944 Santa Quitéria e houve uma série de reivindicações da população para que esse  
2945 licenciamento fosse regularizado como licenciamento, na verdade, nuclear, se não me  
2946 engano, houve uma Ação Civil Pública do Ministério Público. Aí eu queria saber de ti  
2947 se houve essa regularização e se há algum programa de educação ambiental e de  
2948 assistência daquela população de Santa Quitéria, da mineração de urânio, se há  
2949 algum programa também de assistência e de controle de saúde da população?

2950  
2951  
2952 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Mais alguma  
2953 pergunta? Então, Rafael, passo a você para suas respostas e considerações finais.

2954  
2955  
2956 **O SR. RAFAEL MACEDO (IBAMA)** - Deixa-me responder primeiro a pergunta, a  
2957 minha coordenação não licencia a parte de mineração, pode ser que alguma  
2958 informação que eu lhe dê agora esteja um pouco defasada, mas Santa Quitéria  
2959 realmente, urânio está associado ao fosfato, a mineração é de fosfato, mas tem a  
2960 geração do material nuclear, só que a concentração de urânio ali é tão baixa assim,  
2961 vamos chamar, dizer que é baixa que hoje não está sendo desenvolvida para a  
2962 produção de elementos combustíveis, mas existe uma elaboração, um estudo de  
2963 impacto ambiental EIA/RIMA para o licenciamento de Santa Quitéria. Eu posso pegar  
2964 seu contato, passar para a coordenação e ela vai te responder com maior  
2965 propriedade. O IBAMA faz o licenciamento ambiental, a CNEN faz licenciamento  
2966 nuclear. Os dois licenciamentos conversam. O IBAMA conversa mais abertamente  
2967 com a CNEN. Nós, por força da lei, temos que sempre remeter os nossos pareceres  
2968 para consideração dela. É como se eu tivesse que consultar a FUNAI com relação ao  
2969 indígena. Então, com relação ao risco nuclear, à instalação nuclear, à engenharia  
2970 nuclear, CNEN. Eu consulto a CNEN e ela me responde, é isso mesmo, está bom,  
2971 nós vamos fazer o licenciamento aqui, o risco está dentro dos padrões, nossos  
2972 relatórios já estão confirmando isso e nossas autorizações são emitidas. A partir disso  
2973 aí, nós temos, vamos dizer assim, a responsabilidade de emitir a licença também,  
2974 ambiental. Então, nosso enfoque é controle ambiental da instalação. Consultoria  
2975 internacional. Nós vimos tentando aprofundar um diálogo com a agência internacional  
2976 porque a agência agora de energia atômica, que está ligada à ONU, porque a agência  
2977 tem uma linha que trabalha mais com as questões ambientais, perceba. A CNEN  
2978 sempre tratou das questões ambientais também e continua tratando, alguns dos  
2979 monitoramentos no entorno são realizados pela CNEN no âmbito do seu  
2980 licenciamento, que tem aquele enfoque maior sobre elementos radioativos. Quando  
2981 nós falamos de outros elementos estáveis, vamos dizer assim, que não são  
2982 radioativos, outros metais, então o IBAMA aprofunda o seu monitoramento justamente  
2983 nesses outros elementos e nas instalações convencionais. Eu tenho uma estação de  
2984 tratamento de esgoto dentro da planta, que não radioativo, então, o meu enfoque é  
2985 essa estação de tratamento. Enquanto o enfoque da CNEN é mais dentro da estação  
2986 de tratamento de efluentes radioativos, que eu também tenho que olhar, porque eu  
2987 participo da parte de controle ambiental. E a terceira seria a resposta à Comissão.

2988

2989

2990 **O SR. FRANCISCO GAEATINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** - A terceira,  
2991 medida prorrogada, foi feita um contexto, uma moção apresentada, mas não precisa  
2992 ser necessariamente isso, nós podemos conversar depois com o pessoal da  
2993 Eletronuclear, se tiver interesse organizaremos uma visita com eles, senão fica  
2994 pendente uma decisão do CONAMA, com isso, nós damos por encerrado o ponto  
2995 nosso 7.7 de pauta. Queria movê-los rapidamente agora para o ponto 7.2, mas antes  
2996 o Dr. Paulo Nogueira vai fazer uma intervenção rápida, antes de nós passarmos ao  
2997 nosso ponto 7.2.

2998

2999

3000 **O PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMASP)** – *(Intervenção fora do microfone).*

3001

3002

3003 **O SR. FRANCISCO GAEATINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Obrigado Dr.  
3004 Paulo Nogueira e obrigado ao IBAMA pelo almoço. O ponto 7.2 relaciona-se às  
3005 festilhas. Dr. Volney, por favor.

3006

3007

3008 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Senhor presidente, senhoras e senhoras  
3009 Conselheiros, com relação a essa resolução que trata da espécie de espécies de  
3010 seccionais de restinga queria informar que o Ministério do Meio Ambiente e o Estado  
3011 do Rio de Janeiro estão trabalhando na questão de aperfeiçoar essa lista, o novo  
3012 secretário que estava hoje presente, o Dr. Roberto Cavalcante está fazendo contato  
3013 com o Estado do Rio de Janeiro, estão adicionando alguns experts nessa discussão,  
3014 então, dentro dessa realidade, temos o art. 20, eu solicitaria que essa matéria fosse  
3015 sobrestada até a próxima reunião plenária.

3016

3017

3018 **O SR. FRANCISCO GAEATINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Alguma  
3019 objeção? Então, nós estamos sobrestando essa matéria e encaminhando para ser  
3020 processada a na próxima. O próximo, 7.4, referente à problemática de Zoneamento  
3021 Ecológico Econômico da Zona Leste, Calha Norte, do Estado do Pará. A exposição  
3022 inicial vai ser feita pelo nosso colega Bruno, do Ministério, é um processo que vem  
3023 tramitando em regime de urgência e que envolve alguma complexidade pela  
3024 interdependência em relação ao processo decisório do Governo Estadual.

3025

3026

3027 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** – O Rubens do Estado do  
3028 Pará já está aqui, pode inverter, nós não estamos localizando aqui o técnico do  
3029 Ministério, tem o Adalberto. Então, Adalberto, pode começar.

3030

3031

3032 **O SR. ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD (SEDR/MMA)** - Senhor presidente,  
3033 caras Conselheiras, caros Conselheiros, tentando ser bem objetivo na nossa questão  
3034 de horário e tentando dar o melhor conteúdo possível para tomada de decisões de  
3035 vocês, eu vou chamar nosso gerente de zoneamento, Bruno Miguel, que é a pessoa  
3036 mais capacitada no momento para fornecer os controles e os subtítulos para vocês.

3037  
3038  
3039  
3040  
3041  
3042  
3043  
3044  
3045  
3046  
3047  
3048  
3049  
3050  
3051  
3052  
3053  
3054  
3055  
3056  
3057  
3058  
3059  
3060  
3061  
3062  
3063  
3064  
3065  
3066  
3067  
3068  
3069  
3070  
3071  
3072  
3073  
3074  
3075  
3076  
3077  
3078  
3079  
3080  
3081  
3082  
3083  
3084  
3085

**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL (SEDR/MMA)** – Bom, boa tarde a todos e a todas. Em nome do Secretário Executivo Francisco Gaetani, eu gostaria de cumprimentar os Conselheiros e Conselheiras ainda presentes aqui e a minha fala vai ser num sentido mais introdutório, visto que a equipe do Estado do Pará está aqui presente com seu vice-secretário de meio ambiente, Procurador Geral do Estado e o Coordenador do Zoneamento Ecológico Econômico. Visto que foi utilizado na sua elaboração. O ZEE é um dos instrumentos da nossa Política Nacional de Meio Ambiente que tem, na sua Lei 6.938 a relação dos instrumentos que são utilizados para alcance dos seus objetivos, tal como licenciamento, a criação de Unidade de Conservação, o zoneamento é um desses instrumentos que tem como objetivo maior disciplinar, ordenar a ocupação do nosso território e a exploração racional dos recursos naturais. Isso é feito de que forma? A partir do diagnóstico da realidade de um território que está sendo zoneado para que a partir das informações que são levantadas em diferentes escalas de abordagem, que conferem um caráter mais estratégico ou operacional para o zoneamento, você tem a identificação das potencialidades, das limitações dos territórios para que a partir desse conhecimento do território que está sendo zoneado, você oriente as políticas públicas de acordo com a essa identificação das principais limitações e potencialidades feitas. O Zoneamento Ecológico Econômico é disciplinado por dois decretos federais principais, um que institui a Comissão coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico, que eu estou vendo aqui inclusive o Ministério de Minas e Energia, Ministério da Defesa que fazem parte dessa Comissão, os representantes que estão aqui no CONAMA que tem como caráter principal orientar estrategicamente quais são as prioridades relacionadas ao Zoneamento Ecológico Econômico do território nacional. E para este colegiado de caráter mais político, estratégico, de governo, nós temos o consórcio ZEE Brasil, que é um colegiado de caráter mais técnico, composto por diversas instituições de pesquisa nacionais, como a EMBRAPA, o IBAMA, o INCRA, o INPE, que auxilia tanto os Estados na elaboração de seus projetos de zoneamento quanto coordena tecnicamente a execução de projetos de atribuição direta do Governo Federal. O Zoneamento Ecológico Econômico, os critérios que são indicados para a sua elaboração estão no Decreto 4.297/2002, que estabelece que para indicação de redução da reserva legal para fins de recomposição, que é o pleito aqui apresentado pelo Estado do Pará, é preciso que o zoneamento seja elaborado numa escala específica, de 1 para 250 mil, que é o que este zoneamento da Zona Leste da Calha Norte, que vai ser abordado aqui em seguida o fez. Essa indicação da redução da reserva legal é propiciada pelo Código Florestal, tanto o atual Código Florestal que está em vigor quanto o novo Código Florestal, que está em discussão no Senado contemplam essa medida de redução da reserva legal, e é preciso ficar claro que essa redução da reserva legal é feita a partir do Zoneamento Ecológico Econômico, existe a condição que o Zoneamento Ecológico Econômico seja elaborado para que essa redução da reserva legal seja efetivada, é apenas para fins de recomposição de passivos ambientais já adquiridos. Ou seja, o Zoneamento Ecológico Econômico não permite a redução da reserva legal para novos desmatamentos. Isso apenas é possível para aquelas propriedades que já desmataram mais do que 50% da sua propriedade e que ao invés de recompor em 80% da sua propriedade, visto que essa medida é restrita aos estados da Amazônia Legal nas áreas de floresta, esse percentual, dado os estudos técnicos, que embasaram a elaboração do Zoneamento

3086 Ecológico Econômico poderá ser reduzido para 50% de cada propriedade. Para que  
3087 isso seja feito, existe uma série de trâmites a serem seguidos pelos zoneamentos  
3088 elaborados com essa indicação de redução da reserva legal e neste momento nós  
3089 estamos aqui nessa penúltima etapa, que é a apreciação dessa indicação pelo Estado  
3090 do Pará na plenária do CONAMA. Anteriormente, nós tivemos um processo bastante  
3091 extenso de discussão, de apreciação desse zoneamento, tanto do ponto de vista  
3092 técnico quanto do ponto de vista jurídico, no âmbito da Comissão coordenadora do  
3093 Zoneamento Ecológico Econômico, como eu disse para os senhores, é um processo  
3094 que demorou cerca de 1 ano, para que alguns ajustes de ordem técnica precisassem  
3095 ser feitos nesse Zoneamento Ecológico Econômico e a nossa consultoria jurídica do  
3096 Ministério do Meio Ambiente também indicou a necessidade de duas correções na lei  
3097 que institui o Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Oeste da Calha Norte do  
3098 Estado Pará, visto que feriam algumas normas federais sobre a temática. Essa  
3099 correção dessa lei, que institui o zoneamento que foi feita no Estado do Pará, ela foi  
3100 feita e publicada no Diário Oficial do Estado nessa segunda-feira, nesta semana e  
3101 neste momento essas duas inconstitucionalidades verificadas pela Consultoria  
3102 Jurídica do Ministério também já foram sanadas. Após a apreciação e o referendo  
3103 deste Zoneamento Ecológico Econômico pela comissão coordenadora nacional do  
3104 zoneamento, duas Câmaras Técnicas já apreciaram e também validaram essa  
3105 indicação de redução da reserva legal. Está aqui o vice-presidente da Câmara  
3106 Técnica de Gestão Territorial, que foi a primeira Câmara Técnica do CONAMA que  
3107 apreciou essa questão e a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos também fez a sua  
3108 análise sobre este zoneamento, portanto, cá estamos nós no plenário para que se for  
3109 do entendimento dos senhores Conselheiros, emitamos uma recomendação para um  
3110 Decreto Presidencial chancelando essa indicação de redução da reserva legal. O  
3111 zoneamento do Estado do Pará, esse é o penúltimo *slide* que eu vou abordar antes de  
3112 passar a palavra para o próprio Estado, ele se iniciou com a publicação de uma lei  
3113 estadual em 2008, instituindo um macro Zoneamento Ecológico Econômico para o  
3114 Estado, que dividiu o território para essa em duas grandes porções territoriais. 65% do  
3115 Estado seria destinado para áreas protegidas e 35% do Estado, que é essa área num  
3116 tom de amarelo um pouco mais claro aqui na projeção seria destinada para  
3117 consolidação e expansão das atividades produtivas, sendo que esse 35% desta  
3118 porção para essa consolidação e expansão das atividades produtivas, seriam objetos  
3119 de Zoneamento Ecológico Econômico mais detalhados. Inicialmente esse  
3120 detalhamento foi feito para a área de influência do BR-163, que é um zoneamento que  
3121 já passou aqui pelo CONAMA, em 2009, se não me engano e neste momento foi feito  
3122 o detalhamento nessa escala mais detalhada de informações para a região da Zona  
3123 Leste e da Calha Norte do Estado. O zoneamento da Zona Leste da Calha Norte, e  
3124 aqui encerro a minha fala introdutória antes de passar para o Estado e depois eu vou,  
3125 caso seja algum questionamento feito, auxiliar os senhores os devidos  
3126 esclarecimentos, o zoneamento da Zona Leste da Calha Norte, como eu disse, foi  
3127 instituído por uma lei em 2010 e uma lei complementar corretiva de segunda-feira  
3128 dessa semana, corrigindo algumas inconsistências, como eu disse, identificada pela  
3129 nossa consultoria jurídica. Ele foi elaborado de uma escala de 1 para 250 mil, que é  
3130 uma escala de obtenção de informações abrangendo 114 municípios do Estado e uma  
3131 área de cerca tenho 804 mil quilômetros quadrados. Agora, portanto, eu vou passar  
3132 para o coordenador do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, Dr. Crisomar  
3133 Lobato, que ele vai indicar para os senhores qual foi a metodologia utilizada para  
3134 identificação das Zonas desse Zoneamento Ecológico Econômico e os critérios que

3135 foram considerados para indicação de determinadas áreas desse zoneamento para  
3136 redução da reserva legal para fins de decomposição. Posteriormente, caso os  
3137 senhores tenham alguma dúvida, estou aqui à disposição para auxiliá-los.

3138

3139

3140 **O SR. CRISOMAR LOBATO (PARÁ)** - OK. Boa tarde, eu sou Crisomar Lobato, sou  
3141 engenheiro florestal, coordenador do ZEE do gerenciamento costeiro do Estado do  
3142 Pará. Vou falar sobre o ZEE da Zona Leste de Calha Norte, só quero dizer da área  
3143 territorial. O Estado do Pará equivale a cinco estados de São Paulo. Então, não é fácil  
3144 nós trabalharmos em cinco estados de São Paulo, só a Calha Norte é um Estado de  
3145 São Paulo, é coisa complicadíssima, as distâncias, o recurso financeiro e técnico para  
3146 executar. Outra, nós trabalhamos o ZEE desde o Consórcio ZEE Brasil. Antes de  
3147 2001, o Decreto 28, nós estávamos inseridos no ZEE que cria o Grupo de Trabalho  
3148 permanente para a execução do ZEE nomeando como Consórcio ZEE Brasil, do  
3149 Ministério do Meio Ambiente. A metodologia nossa é adaptada da metodologia do  
3150 Consórcio ZEE Brasil. Nós chegamos até aqui no Decreto 76 (...) de 2010, que aprova  
3151 o macro Zoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal. Participamos de todo  
3152 esse processo junto com o Consórcio ZEE Brasil no Ministério do Meio Ambiente.  
3153 Aqui é o parque do Utinga, que fica na cidade de Belém, onde eu trabalho, dentro  
3154 dele. A Lei 6.645/2005, instituiu o macro Zoneamento Ecológico Econômico no Estado  
3155 do Pará na escala de um para um milhão e publicada na escala de 1 para dois, seis  
3156 milhões por causa de problema de equipamentos. Esse macro Zoneamento ficou  
3157 entre o CONSEA ZEE Brasil e zoneamento da Amazônia Legal foi em 2010, mais  
3158 adequado de acordo com metodologias e as normas do zoneamento da Amazônia  
3159 Legal. Isso aqui foi em 2005, como é o Estado do Pará, só a terra do meio está  
3160 desfuncionalizada, que é essa parte escura, de Marajó. Atualmente como está, 60%  
3161 do Pará é de áreas protegidas, 33% de Unidades de Conservação, 25% de terras  
3162 indígenas, 35% de terra de quilombo e o total está em 60% do Estado e macro  
3163 Zoneamento diz que tem que ser no mínimo 65% para área protegida. Estamos  
3164 trabalhando para criar de quatro a cinco milhões de hectares com as Unidades de  
3165 Conservação Estaduais. Aqui é o macro zoneamento, 65% para área protegida e 35%  
3166 para atividades produtivas. Isso aqui é o último parque, de 2010, é Parque Estadual  
3167 Charapucu, na forma do zoneamento do arquipélago Marajó. Bem, a Lei 7.643, de  
3168 2009 dispõe sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da BR-163, que é a Zona  
3169 Oeste do Estado do Pará. Todos os municípios foram influência da rodovia Cuiabá-  
3170 Santarém foram objetos específicos de zoneamento específico de Zona Oeste. Foi  
3171 publicado dia 20 de janeiro de 2009. Esse aí é a área da Zona Oeste, da BR-163 que  
3172 vai desde o Estado do Mato Grosso até Altamira. Bem, o zoneamento da BR-163 da  
3173 Zona Oeste seguiu todos os trâmites legais e foi aprovado e homologado pelo  
3174 Presidente da República no dia 11 de março de 2010. Adota a recomendação número  
3175 10 de 26 de junho de 2009 do Conselho Nacional de Meio Ambiente e fica adotada a  
3176 recomendação e homologada o zoneamento da Zona Oeste do Estado do Pará. Tudo  
3177 certinho, tudo organizado de acordo, com metodologias em vigor. Esse aqui é a  
3178 estação ecológica do Pará, que fica na Calha Norte, é a maior Unidade de  
3179 Conservação da natureza integral do mundo, tem 4 milhões 250 mil hectares, isso que  
3180 é Unidade de Conservação. 100% intocável, preservada. Em 16 de abril de 2010 a Lei  
3181 Estadual dispôs sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Leste e Calha  
3182 Norte do Estado do Pará. Essa lei do zoneamento que tem um problema que agora  
3183 estamos solucionando. O Zoneamento Ecológico Econômico, a metodologia usada foi

3184 o diagnóstico do meio socioeconômico, que todos nós dominamos esse tipo de  
3185 metodologia, o diagnóstico do meio físico e biótico, do socioeconômico, da avaliação e  
3186 da potencialidade e vulnerabilidade social, nós trabalhamos com a biodiversidade  
3187 separada com o museu Emílio Goeldi que fez levantamento para o governo do  
3188 Estado, do meio físico e biótico, fizemos a análise de vulnerabilidade natural à erosão  
3189 de todo esses diagnósticos, tivemos a definição das áreas e tipo de gestão. Então,  
3190 essas áreas de gestão são de uso controlado, uso consolidado ou a consolidar e de  
3191 uso especiais. A uso controlado da zona (...), que são aquelas zonas que estão ao  
3192 longo do Rio Amazonas, foi feito (...) para a biodiversidade e outras áreas da Zona  
3193 costeira, interior do Estado. Uso a controlar são os erros de consolidação 1, 2 e 3,  
3194 dependendo de onde está a localização com maior ou menor intervenção. E as  
3195 especiais, que são as institucionalizadas, são as terras indígenas e as Unidades de  
3196 Conservação. E as unidades propostas, que eu acabei de falar que está entre 4 a 5  
3197 milhões de hectares para serem institucionalizadas. Bem, quem trabalhou conosco foi  
3198 o museu paraense Emílio Goeldi, em biodiversidade, a EMBRAPA fez um trabalho de  
3199 solos, aptidão agrícola, uso e cobertura da terra, o IBGE trabalhou em solos de  
3200 colônia agrícola e vegetação, cartografia de morfologia, CPRM geologia, (...) o clima,  
3201 a ORPA em socioeconômica, a UFRA colaborou com potencial pesqueiro e qualidade  
3202 da água e concluímos os estudos em agosto de 2009. Esse aqui é o mapa da Zona  
3203 Leste e Calha Norte, essa área de 800 mil quilômetros quadrados, essa parte toda  
3204 aqui é o macro corredor ecológico do Norte do Estado do Pará, é mais ou menos 22  
3205 milhões de hectares, de terras indígenas, Unidades de Conservação Federais,  
3206 Estaduais e Quilombos. Esse macro corredor é um critério usado no macro  
3207 Zoneamento Ecológico Econômico, não é o corredor ecológico do Código Florestal, de  
3208 como é que são entre áreas protegidas, objeto de recomendação da Comissão. Isto  
3209 aqui é entrada de campo natural em florestas densas de terra firme. E a  
3210 recomendação, o que nós fizemos agora para nos adaptarmos e passarmos por todo  
3211 esse processo de organização do zoneamento da Zona Leste e Calha Norte? São  
3212 seis recomendações da Comissão coordenadora do ZEE território nacional, nós  
3213 cumprimos todas as recomendações. Recomendação da Comissão, o parecer da  
3214 consultoria jurídica do MMA, o interessado é o departamento zoneamento territorial,  
3215 nós também cumprimos tudo que estava disposto no parecer. Aqui é Marajó, é uma  
3216 área de proteção ambiental de 6 milhões de hectares e era o trabalho proposto agora  
3217 com a UNESCO para que reconheça como reserva de biosfera. O Diário Oficial do  
3218 Estado do Pará publicou, no dia 19 de março, anteontem, a Lei 7.604/2012, altera e  
3219 revoga dispositivos da Lei 7.998, de abril de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento  
3220 Ecológico Econômico da Zona Leste Calha Norte do Estado do Pará. Esta lei foi  
3221 publicada agora dia 19, ela cumpre tudo que estava recomendado pela comissão  
3222 coordenadora do ZEE para o parecer do jurídico do MMA, assim como no parecer do  
3223 Ministério Público Federal. Então, pegamos toda essa gama de pareceres e  
3224 recomendação e resolvemos tudo nesta lei, (...) como, por exemplo, incluir a questão  
3225 energética, petróleo, gás e transporte no ZEE, já tomamos providências de acordo  
3226 com as instituições que trabalham com essas informações. Outra recomendação da  
3227 Comissão sobre corredor ecológico, nós também já estamos disponibilizando o SLAN,  
3228 o Sistema de Monitoramento e Licenciamento Ambiental das APPs, porque o Pará é  
3229 até maior em quantidade de água do País. Então, (...) superficial e subterrâneo. Os  
3230 corredores ecológicos de APP, conectando a reserva legal também, nós estamos  
3231 atendendo isso, disponibilizando no SLAN a conexão entre as áreas protegidas. Isto  
3232 aqui é o decreto, o art. 6 acata integralmente a recomendação da Comissão, incluindo

3233 o § 2º e 3º, 1º § no sudoeste paraense o art. 7º... o art. 8º trata da data limite de  
3234 passivo ambiental, a data estava inconsistente, a data limite de passivo ambiental, de  
3235 acordo com os cadastros ambientais rurais é 13 de maio de 2005, quando foi  
3236 publicado o macro Zoneamento Ecológico Econômico. A Legislação Federal não tem  
3237 data limite específica sobre passivos ambientais para trabalho com cadastro ambiental  
3238 rural disposição de reserva legal. (...) de 50%, que acabei de falar do Bruno e o inciso  
3239 I do art. 11º, 12 também que trata sobre compensação ambiental e Unidades de  
3240 Conservação da natureza. Ao revogar ao art. 9º e o inciso I do art. 11, nós cumprimos  
3241 e colocamos a recomposição da reserva legal para 50% e todas (...) a reserva legal  
3242 ando é 80%. Eu creio que com esse trabalho e com todos os outros paralelos e nós  
3243 estamos trazendo, cumprimos plenamente a recomendação da Comissão  
3244 coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico, o parecer do jurídico do  
3245 Ministério do Meio Ambiente e do Ministério Público Federal. Ao atender todas as  
3246 questões, nós devemos criar disposição para tirar qualquer dúvida sobre reserva legal  
3247 e recuperação de reserva legal. 50% para recuperar na Banda Leste e mantermos  
3248 80% de reserva legal, como determina o Código Florestal brasileiro. Está OK. Muito  
3249 obrigado. *(Palmas!)*

3250  
3251  
3252 **O SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Sem mais  
3253 delongas, eu queria parabenizar o governo do Estado do Pará pelo esforço, trabalho  
3254 desenvolvido no sentido de incorporar todas as sugestões encaminhadas pelo  
3255 Ministério Público, pela Câmara Técnica do CONAMA, pela Secretaria de Extrativismo  
3256 e Desenvolvimento Rural e dizer que esse é um exemplo precioso de federalismo  
3257 cooperativo e de atuação dos órgãos desenvolvidos no processo. Queria submeter à  
3258 votação de todos, o encaminhamento para a Ministra encaminhar à presidência a  
3259 moção. Pois não, André.

3260  
3261  
3262 **A SRª. ADRIANA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** – Nós vamos abrir o texto  
3263 da recomendação, imagino, presidente, se primeiro nós poderíamos votar o texto-  
3264 base e depois abre para alguma discussão.

3265  
3266  
3267 **O SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Vamos  
3268 primeiro, o texto-base está aprovado ou não? Os que estiverem a favor, por favor, se  
3269 manifestem. Os que estiverem contrários à aprovação, por favor, se manifestem.  
3270 Então, está aprovado o texto básico. Há uma sugestão do André e um interesse do  
3271 Dr. Francisco falar, se vocês tiverem sugestões, por favor, primeiro Miguel, perdão.

3272  
3273  
3274 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS AMAZÔNIA)** - Uma sugestão ao  
3275 texto para que se inclua, no segundo parágrafo das recomendações que no relatório  
3276 anual CONAMA se faça, conter a relação dos imóveis rurais, com ingresso no  
3277 cadastro ambiental rural, o monitoramento da recuperação das áreas de preservação  
3278 permanente e reserva legal e o processo de capacitação dos atores públicos e  
3279 privados dos 114 municípios abrangidos por este zoneamento. Eu creio que a  
3280 realização desse processo de capacitação, a comunicação direta a esses gestores  
3281 públicos e os atores privados é fundamental para que de fato tenha sucesso. E é bom

3282 que nós tenhamos conhecimento disso, como é que vem acontecendo e qual é a  
3283 abrangência do trabalho que o governo do Pará realiza. Sugiro, no último parágrafo,  
3284 que também se coloque prazos para essa capacitação, porque está aqui, recomendo  
3285 ao Governo do Estado do Pará, disponibilizando os relatórios técnicos, os mapas e o  
3286 banco de dados na Internet e capacitando os atores públicos e privados dos 114  
3287 municípios, certo, mas isso em que tempo? Se aprova a lei e isso entra em vigor e  
3288 qual é o prazo que vai se dar para que esses atores tenham conhecimento de fato  
3289 disso e possam operar a aplicação da lei conforme ela determina, se não tem acesso  
3290 a isso? Se não tem clareza disso, são 114 municípios, 114 gestores públicos,  
3291 prefeitos, fora os atores privados. Eu sugiro aqui que se ponha um prazo. Eu, a  
3292 princípio, não trago aqui uma proposta de prazo, mas acho que o Governo do Estado  
3293 do Pará poderia anunciar um compromisso de quanto tempo para que pudesse fazer  
3294 a divisão efetiva dessa proposta de zoneamento, em que prazo seria necessário para  
3295 que isso fosse difundido nos 114 municípios de maneira ampla, esclarecedora para  
3296 que todos tivessem um domínio profundo de como aplicar a lei.

3297  
3298  
3299 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom, eu só me preocupo  
3300 quando nós estamos trabalhando ainda às vésperas da consolidação de uma  
3301 mudança ou de alteração do Código Florestal é que nós já começamos a reduzir,  
3302 porque nossa luta é sempre manutenção da reserva legal e das APPs informe  
3303 conforme a lei vigente, mas nós estamos excedendo porque a área está totalmente  
3304 desmatada e queremos, alguns ganham. A outra coisa que eu vejo, o Miguel falou  
3305 com relação ao prazo que como pode garantir que esses 114 gestores vão também  
3306 contribuir? Então, se nós temos como garantir 80% nós já estamos excedendo para  
3307 50%. Se vale a pena nós começarmos a já negociar a redução de área de APP e de  
3308 reserva legal e considerando que o Código Florestal quer (...) a pressão é muito  
3309 grande para reduzir cada vez mais.

3310  
3311  
3312 **O SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Entendo isso  
3313 como um comentário para ser levado em consideração nas próximas decisões  
3314 nossas, fica uma observação, passo ao estado do Pará em relação às duas sugestões  
3315 de inclusão no texto feito pelo Miguel.

3316  
3317  
3318 **O SR. ARY LIMA CAVALGANTI (PARÁ)** - Eu gostaria de retirar essa vírgula daqui.  
3319 Bem, nós temos um programa chamado Municípios Verdes no Pará, que é para  
3320 exatamente chegar aos municípios do trabalho de Zoneamento Ecológico Econômico.  
3321 Dentro do Município Verde tem uma diretoria de ordenamento territorial, que vai tratar  
3322 junto conosco da SEMA do zoneamento da escala de um para 100 mil, zoneamento  
3323 municipais. Dentro desse contexto, nós dividimos o Estado em três partes, a Zona  
3324 costeira, são 109 municípios, 81 municípios da Banda Leste e 24 da Banda Oeste  
3325 junto com as prefeituras, o zoneamento junto com as prefeituras. Os elementos  
3326 integrados com a prefeitura de Sociedade Civil organizada, para chegar as propostas  
3327 no Município. Quanto ao trabalho do Zoneamento Ecológico Econômico na escala de  
3328 um para 250 mil, a Banda Oeste está disponível na EMBRAPA, tanto em papel quanto  
3329 em DVD, em meio digital. Só ligar para a IBAMA ou acessar o site da EMBRAPA, que  
3330 está lá o zoneamento da Banda Oeste. O zoneamento da Banda Leste Calha Norte

3331 está no Pará rural, nós vamos disponibilizar, quem tiver (...), no site da (...) também  
3332 para que todos tenham acesso. Obrigado.

3333

3334

3335 **O SR. FRANCISCO GAEATINI (Secretário-Executivo do CONAMA) –** A pergunta.

3336

3337

3338 **O SR. ARY LIMA CAVALGANTI (PARÁ) -** O prazo já está encerrando, o programa  
3339 Pará Rural já está em andamento chegando aos municípios. O prazo já foi encerrado.

3340

3341

3342 **O SR. FRANCISCO GAEATINI (Secretário-Executivo do CONAMA) –** O processo  
3343 de capacitação, você acha que não tem problema, pode ser acrescentado? O que  
3344 está em vermelho ali.

3345

3346

3347 **O SR. ARY LIMA CAVALGANTI (PARÁ) -** Mas lá embaixo já está capacitação.

3348

3349

3350 **O SR. FRANCISCO GAEATINI (Secretário-Executivo do CONAMA) -** O senhor  
3351 prefere manter a redação como estava no original? Vamos votar então suas  
3352 sugestões, as sugestões de acréscimo colocadas pelo Miguel ou a manutenção do  
3353 texto aprovado originalmente nos termos redigidos anteriormente. Os que são a favor  
3354 da manutenção do texto original, por favor, levantem a mão. Os que são a favor do  
3355 acréscimo proposto pelo, por favor, levantem a mão. Fica mantida a proposta nos  
3356 termos que estava apresentada anteriormente. Obrigado. Então, feito isso, passamos  
3357 para a próxima recomendação, que é a proposta de recomendação da estratégia  
3358 nacional de comunicação (...) e Dr. Nilo, presidente da Câmara Técnica de Educação  
3359 Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, por favor.

3360

3361

3362 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEAMMA) –** Boa tarde a todos, Conselheiros  
3363 e Conselheiras, Nilo, diretor do departamento de educação ambiental do Ministério do  
3364 Meio Ambiente. Essa recomendação foi aprovada, discutida e aprovada na Câmara  
3365 Técnica de Educação Ambiental, também na Câmara de Assuntos Jurídicos, que fez  
3366 uma série de ajustes em termos de redação, de técnica Legislativa. Ela, na verdade, é  
3367 uma proposta do Ministério do Meio Ambiente, foi apresentada ao CONAMA com o  
3368 objetivo de estender para todo o Sistema Nacional de Meio Ambiente, os órgãos  
3369 estaduais e municipais, essa estratégia de valorização, de fortalecimento das ações  
3370 de educação ambiental e de comunicação no âmbito de todo o processo de gestão de  
3371 Unidades de Conservação. Então, é uma recomendação que estende os efeitos dessa  
3372 estratégia, que é um programa que foi desenvolvido pelo ICMBio, com o apoio do  
3373 IBAMA e do departamento de educação ambiental, com participação de gestores de  
3374 Unidades de Conservação. Então, em todo o País gestores, inclusive de unidades  
3375 estaduais também colaboraram na formulação dessa estratégia, ela, em síntese,  
3376 recomenda uma série de posturas, uma série de diretrizes que valorizam, por  
3377 exemplo, a participação das comunidades, não só nas unidades de uso sustentável,  
3378 que tem população habitando na unidade, mas também unidades de proteção integral  
3379 que tem populações no Entorno, ela procura estimular que a gestão da unidade

3380 envolva essas famílias no processo de envolvimento das populações com a função  
3381 ambiental e a função social também, que muitas vezes uma Unidade de Conservação  
3382 tem e, além disso também ela recomenda que os gestores de Unidades de  
3383 Conservação façam um trabalho continuado, permanente de educação ambiental e de  
3384 comunicação para que a Unidade de Conservação, dentro de uma determinada área  
3385 ou região do País, seja sempre bem aceita por toda a comunidade. É um esforço no  
3386 sentido de que ao se criar e se implementar a unidade de conservação não se prenda  
3387 pura e simplesmente no trabalho técnico de criação a partir de um gabinete, nem de  
3388 gestão a partir da sala de um gestor público lá numa Unidade de Conservação, mas  
3389 que seja feito tendo da maneira mais compartilhada possível com toda a sociedade,  
3390 inclusive do Entorno da unidade. Essa estratégia hoje já está sendo implementada no  
3391 País, há um acordo de cooperação, por exemplo, com Estado da Bahia, que inclui  
3392 uma série de iniciativas, inclusive a implementação dessa estratégia no Estado da  
3393 Bahia, envolvendo os gestores de Unidades de Conservação estaduais, há interesse  
3394 de outros Estados em envolver junto com o Governo Federal, esse trabalho nas  
3395 unidades de conservação, caso de Santa Catarina, Rondônia, São Paulo, Minas  
3396 Gerais e que vai ser alvo agora de um termo de adesão que vai ser discutido com  
3397 todos os Estados, com ABEMA também, de tal forma que esse termo de adesão como  
3398 guarda-chuva possa facilitar, ou possa consolidar uma parceria do Governo Federal,  
3399 do Ministério do Meio Ambiente com os Estados para levar essa estratégia de  
3400 educação ambiental para as unidades estaduais e também municipais, envolvendo aí  
3401 também os municípios. Então, a recomendação e o conteúdo dela é o que vocês  
3402 estão vendo ali, ela pura e simplesmente recomenda que os órgãos do SISNAMA  
3403 também tenham como referência, ainda que tenham seus programas próprios, suas  
3404 ações próprias, mas usem como preferência a INSEA também.

3405  
3406  
3407 **O SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Ok Dr. Nilo,  
3408 pergunto se alguém gostaria de esclarecimento adicional? Todos estão esclarecidos?  
3409 Então pergunto aqueles que são a favor à proposta apresentada pelo Dr. Nilo,  
3410 apresentem seus crachás. Aqueles que são contrários, por favor. Abstenções?  
3411 Aprovada a proposta de recomendação. OK, com isso nós encerramos esse ponto e  
3412 começamos as moções. Primeira moção que nós temos é a que trata da lei Anti-  
3413 babaçu, aprovado no Maranhão. Eu queria só um esclarecimento, me parece que  
3414 essa lei foi revogada, não é isso? não sei se o Dr. Soares, Francisco, pode, se ela foi  
3415 revogada, me parece que perderia objeto, com isso cairia essa moção, OK? Gente, eu  
3416 pediria, vamos tentar manter o nosso quorum, tivemos um certo esvaziamento, vamos  
3417 tentar ver se nós conseguimos avançar mais uns 30 minutos, com isso nós  
3418 terminamos as moções e amanhã nós ficamos livre. Queria pedir, por favor, um  
3419 esforço aí para manter quorum. Dr. Francisco, se o senhor puder ser breve também.

3420  
3421  
3422 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – De fato quando nós entramos  
3423 com a moção com relação à Lei Anti-babaçu, ela ainda não tinha sido revogada pela  
3424 Governadora do Estado do Maranhão. Quero aproveitar a oportunidade e parabenizar  
3425 que a Lei 9.567, de 28 de dezembro de 2011 revogou na íntegra Lei Anti-babaçu, que  
3426 permitia a derrubada do babaçu no Estado do Maranhão para qualquer tipo de  
3427 atividade econômica. Então, a moção foi suprida com veto da Governadora a lei que  
3428 foi aprovada pela Assembleia Legislativa no Estado do Maranhão.

3429

3430

3431 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, perde o objeto, cai a moção. A  
3432 segunda moção é a moção dirigida ao IBAMA para que apresente no plenário um  
3433 relatório de suspensão e licenciamento ambiental das usinas Angra 1, 2 e 3. Na  
3434 realidade, tivemos atendimento desse pedido aqui pela diretoria (...) do IBAMA, com  
3435 isso, entendemos que perdeu objeto essa moção também. Com isso, passamos para  
3436 a terceira moção, que é a proposta de moção de (...) referente ao vazamento de óleo  
3437 de plataforma, operada pela companhia Chevron na Bacia de Campos/RJ, para que o  
3438 instituto opere medidas capazes de evitar novos acidentes, ocasionados e determine  
3439 a de (...) dos pescadores afetados. O interessado é FURPA, pedido de vistas do  
3440 IBAMA. Por favor, a palavra IBAMA.

3441

3442

3443 **O SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** - O IBAMA, em princípio, é contrário a essa  
3444 moção em função do texto, da forma como está escrita. Nós sugerimos que da  
3445 mesma forma como ocorreu em relação à questão de Angra, nós nos colocamos à  
3446 disposição para que o IBAMA possa vir aqui apresentar a sua atuação, tanto no que  
3447 diz respeito ao licenciamento ambiental de petróleo e gás como também em relação a  
3448 sua atuação em emergência ambientais e como nós temos atuado nisso. Nós somos  
3449 contra a moção porque ela fala em montar fiscalização, montar o controle e do ponto  
3450 de vista de acidente, nós entendemos que acidente é uma coisa que é incontrolável,  
3451 exatamente é o risco do acidente que nós podemos mensurar e evitar através dos  
3452 planos de emergência e contingência, mas o acidente em si, nós podemos mitigar e  
3453 depois (...) e tomar medidas preventivas que nós tomamos no licenciamento e depois  
3454 tomar as medidas de acompanhamento que nós fazemos através de emergência. Está  
3455 aqui também o Dr. Marcelo, que é o coordenador de emergências ambientais do  
3456 IBAMA que também pode comentar agora, está vindo justamente agora do Senado,  
3457 onde foi participar da audiência pública onde estava sendo discutido o acidente da  
3458 Chevron e nesse sentido eu adianto que o Marcelo possa complementar o que eu  
3459 estou dizendo, que o IBAMA se coloca à disposição, independente da questão da  
3460 moção, a vir fazer uma apresentação aqui, da mesma forma que nós fizemos com  
3461 ANGRA, esclarecendo como foi o processo de licenciamento e como foi o  
3462 atendimento de emergência nesse caso. Em relação ao que fala ali de mitigar os  
3463 efeitos sobre pesca, não há notícia, não há indicativo de que tenha havido prejuízo à  
3464 pesca não. O Dr. Marcelo pode dar mais detalhes porque acompanhou isso mais de  
3465 perto. Eu passaria então a palavra brevemente para o Marcelo só para dar mais  
3466 alguns elementos.

3467

3468

3469 **O SR. MARCELO AMORIM (IBAMA)** - Boa tarde, senhoras e senhores, Amorim,  
3470 como foi apresentado, trabalho nas emergências ambientais. Como foi colocado como  
3471 proposição, nós faríamos uma apresentação para os senhores entrando em detalhes  
3472 do que foi o acidente e explicando também de forma detalhada o papel do IBAMA  
3473 perante ao evento. Trata-se, isso é de conhecimento de todos, de uma atividade de  
3474 alto risco. Então, o que se pode prever e se realizar, não só no âmbito da atividade do  
3475 IBAMA, como também da ANP, Marinha do Brasil e todos os demais entes públicos  
3476 envolvidos é aumentar as exigências no que diz respeito às atividades preventivas. O  
3477 correto não há possibilidade realmente de você poder garantir o não acontecimento de

3478 um evento, de uma situação como essa, de risco. Nós podemos até fazer uma  
3479 similaridade como o voo, a ideia é que o avião nunca caia, é assim que se trabalha  
3480 numa análise de risco, conteúdo, ele cai. Nesse caso, é interessante saber quais  
3481 foram as providências adotadas pelo IBAMA como mitigação no caso específico  
3482 desse incidente da Chevron. Temos também informações que poderão ser  
3483 apresentadas e questionadas com relação ao caso dos pescadores. Existe um  
3484 sistema chamado Preps, que é O Programa de Rastreamento de Embarcações  
3485 Pesqueiras por Satélite, comparamos a movimentação das embarcações nesse  
3486 período no ano anterior ao momento do acidente. A movimentação foi a mesma, não  
3487 houve diminuição nem aumento dessa frota no local, não há também nenhum  
3488 conhecimento a público de encontrar animais afetados pelo petróleo, quer sejam  
3489 peixes, aves ou mamíferos. Portanto, por enquanto, o que se considera é que não  
3490 houve perda para os pescadores, conteúdo, repito, estamos aqui à disposição de  
3491 botar esses dados com clareza e estamos abertos para quando formos convocados.

3492

3493

3494 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Professor, pediu a palavra, só dar a  
3495 palavra para ele, não estou conseguindo identificar de onde é. Professor Francisco eu  
3496 lhe dou a última palavra porque o senhor é o proponente, depois nós votamos, ok?  
3497 Por favor.

3498

3499

3500 **O SR. SERGIO MACEDO GOMES DE MATTOS (MPA)** - Boa tarde a todos. Sérgio  
3501 MatTos do Ministério da Pesca e Aquicultura. Eu sou coordenador de planejamento e  
3502 organização da pesca artesanal marinha e trabalhamos diretamente com a questão do  
3503 ordenamento da atividade, evidentemente. Eu queria me somar aqui, justamente, a  
3504 essa informação, apesar de que já foi adiantado, nós acompanhamos o PREPS, o  
3505 Ministério da Pesca coordena essa atividade relacionada ao controle das  
3506 embarcações e, realmente, nós não temos nenhum indicativo de que há redução da  
3507 atividade pesqueira. Queria externar também, não vou falar do PREPS justamente  
3508 porque precisamos ganhar tempo, já foi falado aqui, externar também que nós temos  
3509 uma tratativa, uma Comissão direta com a Petrobrás, justamente no levantamento das  
3510 atividades petrolíferas, identificando que alguma atividade pode impactar ou não a  
3511 pesca e aí sim nós nos adiantamos a essas questões relacionadas a atividades  
3512 petrolíferas. Dentro das explorações dos campos, também, as questões  
3513 relacionadas... As prospecções também relacionadas a isso. Queria só me colocar à  
3514 disposição... O Ministério da Pesca também à disposição para fazer uma  
3515 apresentação junto com o IBAMA relacionada a essas questões, a relação pesca e  
3516 exploração do petróleo.

3517

3518

3519 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Muito obrigado. Dr. Francisco. Depois  
3520 vamos deliberar.

3521

3522

3523 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares da  
3524 Fundação Rio Parnaíba. Em primeiro lugar eu gostaria de passar para esse Plenário  
3525 que o caso do petróleo não foi uma coisa tão simples assim para colocarmos debaixo  
3526 de um tapete, o IBAMA induzir que nada aconteceu, ou o Ministério da Pesca dizer

3527 que não impactou nada, ou outro setor dizer... Porque a população da região de  
3528 Campos do Rio de Janeiro tem uma visão totalmente diferente das informações que vi  
3529 pelo IBAMA e pelo Ministério da Pesca. Se o Ministério da Pesca ainda não fez um  
3530 levantamento para dizer qual é o impacto e o número de pescadores que foram  
3531 prejudicados é outra coisa, mas querer dizer que não teve nada, isso não tem sentido  
3532 porque nós tínhamos também que a área do derramamento é como se... A área do  
3533 derramamento ocorreu mais em uma região de migração de baleia-jubarte, do  
3534 golfinho-pintado-do-atlântico e do golfinho-nariz-de-garrafa. Verifique que a fauna da  
3535 região também foi afetada, e o que está se pedindo aqui é que a atividade pesqueira  
3536 foi afetada, porque as protelações que estão disponíveis lá dizem o contrário. Então, o  
3537 que precisa é o Ministério da Pesca fazer o levantamento in loco e ver qual é o  
3538 número de pescadores que estão deixando de pescar ou que foram prejudicados pela  
3539 qualidade do pescado. O que está pedindo a Moção, independentemente das multas  
3540 que o IBAMA já aplicou com base na lei, evitar pedir é que é preciso medidas  
3541 inclusivas, o Conselho Nacional deve aprovar Moção para que o IBAMA efetive  
3542 medidas inclusivas, pecuniárias, capaz de inibir novos acidentes ambientais, dizendo  
3543 com isso que as empresas petrolíferas tenham controle mais rígido sobre o  
3544 vazamento. Outra é que mensure os danos causados à atividade pesqueira e  
3545 determine que a empresa indenize os pescadores impactados. Isso já aconteceu com  
3546 a Petrobrás e ela teve o levantamento, por que agora também não vai acontecer a  
3547 mesma coisa com os pescadores que foram prejudicados? Então é isso, se coloca  
3548 assim: a Moção tem sentido, porque ela não relatada pela... Ela está fazendo  
3549 recomendação e por outro lado que sejam indenizados os pescadores que foram  
3550 prejudicados. Nós não podemos que o Ministério da Pesca queira assumir uma  
3551 responsabilidade dessa e deixe pescadores sem pescar e sem poder sobreviver. O  
3552 IBAMA também não pode colocar debaixo do pano porque no caso o impacto foi de  
3553 natureza internacional, nós não podemos abafar aqui debaixo de um tapete sabendo  
3554 que a área que foi explorada a Petrobrás também participou, porque não estavam  
3555 trabalhando sozinhos, estavam autorizados pela Petrobrás. Tem mais ainda o risco de  
3556 ter avançado a soberania brasileira porque pode ter chegado à camada do Pré-Sal.

3557

3558

3559 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Estamos esclarecidos? IBAMA pedindo  
3560 a palavra? Ok, Marcelo.

3561

3562

3563 **O SR. MARCELO AMORIM (IBAMA)** – Queria somente registrar que em hipótese  
3564 nenhuma o IBAMA está enxergando isso como pequeno acidente, a prova disso é que  
3565 foi aplicada uma multa de 50 milhões, que é o maior valor hoje estipulado pela  
3566 legislação, não pode ser 50 milhões e 1 real, então é o maior valor hoje aplicado. Há  
3567 uma segunda multa de 10 milhões por não cumprimento adequadamente das  
3568 respostas com relação ao incidente. Então, por favor, não há, da parte do IBAMA, a  
3569 pensar que isso é um acidente de pequena multa. O que nós estamos colocando à  
3570 disposição dos senhores é esclarecer pari passu o que foi adotado por parte do  
3571 IBAMA, inclusive fazemos parte de um grupo chamado Grupo de Atendimento e  
3572 Acompanhamento a Incidentes, em que fazem parte o IBAMA, Agência Nacional do  
3573 Petróleo e a Marinha do Brasil. Daí poder informar aos senhores o que cabe a cada  
3574 órgão, o que faz, em uma atividade como essa. Acredito que com esse  
3575 esclarecimento, ficaria inclusive podendo debater a questão de afetar ou não a pesca,

3576 baseado em quê isso, estamos com a presença do Ministério da Pesca que poderá  
3577 aprofundar melhor nesse assunto, a proposta é de colocarmos à disposição para uma  
3578 apresentação quando os senhores acharem necessário.

3579

3580

3581 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então o IBAMA se dispõe a fazer uma  
3582 apresentação mais na direção do que o Dr. Márcio tinha mencionado, para esclarecer  
3583 assim como se fez sobre Angra, possa fazer sobre essa questão da Chevron.  
3584 Ministério da Pesca, por favor, com isso eu queria concluir.

3585

3586

3587 **O SR. SERGIO MACEDO GOMES DE MATTOS (MPA)** - Rapidamente. Em nenhum  
3588 momento o Ministério da Pesca disse que não há impacto. O Ministério da Pesca  
3589 disse, e eu disse aqui que, claramente, nós estamos acompanhando e até o presente  
3590 momento nós não temos nenhuma informação do próprio setor produtivo de que  
3591 houve impacto. O Ministério da Pesca, na semana passada realizou... O Ministério da  
3592 Pesca não, desculpem, o CONAP, que é o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca,  
3593 se reuniu semana passada e esse tema veio à tona e até o presente momento não há  
3594 nenhum impacto de redução da atividade pesqueira, foi exatamente isso que eu quis  
3595 externar aqui, mas que o Ministério da Pesca se coloca à disposição também, junto  
3596 com o IBAMA, de apresentar melhores detalhamentos.

3597

3598

3599 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Todos esclarecidos? Não há  
3600 acordo em relação a essa Moção, o IBAMA encaminhou contrariamente. Eu vou fazer  
3601 a seguinte pergunta: pergunto que aqueles que concordam com os termos da Moção  
3602 apresentada pela FURPA, por favor, levantem seus crachás. Ok. Aqueles que são  
3603 contrários à Moção, por favor, levantem seus crachás. Abstenções? Ok. Claramente  
3604 houve a rejeição da proposta. Passamos para a próxima. Proposta de Moção de apoio  
3605 às proposições resultantes do Seminário de Economia Verde no Cerrado, no 3º  
3606 Seminário de Agroextrativismo no Cerrado promovidos pela ECODATA para que  
3607 sejam inseridas nas discussões do Brasil para a Rio+20. Proponentes: ECODATA e  
3608 outros. A Secretaria de Biodiversidade e Floresta pediu vista, gostaria de apresentar o  
3609 seu relatório? Secretaria de Desenvolvimento Rural e Extrativismo.

3610

3611

3612 **A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA DE SOUZA (SEDR/MMA)** - Cláudia de Souza, técnica da SEDR.  
3613 Nós achamos a Moção importante. Das 26 propostas apresentadas, 6 já têm relações  
3614 diretas com as atribuições da SEDR, a SBF também se manifestou e dentre as 26,  
3615 outras 10 também já estão em curso e nós estamos nos colocando favoráveis à  
3616 importância da Moção.

3617

3618

3619 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Oh. Há uma concordância por parte do  
3620 Ministério em relação à Moção? Doutor Nilo.

3621

3622

3623 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Nilo Diniz, conselheiro suplente  
3624 pelo Ministério do Meio Ambiente. A questão aqui é a seguinte: a área técnica do

3625 Ministério, como a Cláudia já expôs, não vê maiores problemas com essa Moção,  
3626 entretanto, discutindo com a Secretaria Executiva, Cláudia, a única questão que ficou,  
3627 no caso para debater com os proponentes da Moção, é que nessa altura das  
3628 negociações do documento para a Rio+20 não há uma governabilidade agora de  
3629 inclusão de novos temas ou de novas questões, embora o governo brasileiro recolheu  
3630 contribuições nas consultas que fez para o documento que resultou no rascunho zero.  
3631 Então toda a sociedade apresentou propostas, apresentou sugestões, essas  
3632 sugestões foram, de alguma forma, acolhidas no texto que foi levado. É verdade que o  
3633 rascunho zero ficou, inclusive, muito, do nosso ponto de vista, da nossa avaliação,  
3634 ficou muito mais fraco do que a proposta que nós apresentamos como Governo e  
3635 como Sociedade Brasileira, mas o momento agora é que não podemos assegurar que  
3636 uma Moção dessa aprovada é natural que o Ministério queira, efetivamente, cumprir  
3637 uma Moção do CONAMA, embora não seja obrigado a fazer isso. Nós não temos  
3638 hoje... A avaliação que a Secretaria Executiva faz é que não há condição de  
3639 assegurar que vá se poder incluir essa questão, esse tema na discussão do  
3640 documento agora nos comitês preparatórios. Só esse detalhe é que deixa-nos em  
3641 dúvida em relação ao que pede a Moção, não em relação às conclusões do  
3642 Seminário, porque isso o Ministério já está cumprindo, só a Secretaria de  
3643 Desenvolvimento Rural tem 6 dessas decisões, acho que 10 da Secretaria de  
3644 Biodiversidade e Floresta, mas a questão é o compromisso de levar isso e assegurar  
3645 inclusão no documento que está sendo discutido pelos chefes de Estado, pelos  
3646 governos. É isso que é a questão presidente.

3647

3648

3649 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok, então é uma questão mais sobre a  
3650 de forma de como incluir nessa discussão, não é? Porque isso não está claro, a  
3651 própria Moção não dá esse caminho. Eliza gostaria de falar, da ECODATA, depois  
3652 João.

3653

3654

3655 **A SRª. ELISA MEIRELLES (ECODATA)** - Boa noite a todos os Conselheiros e  
3656 Conselheiras. Elisa Meirelles da ECODATA. Nós realizamos esse seminário em  
3657 novembro do ano passado e saíram daí as 25 proposições e nós colocamos essa  
3658 Moção em tempo ainda no ano passado. Por conta dessa questão do Regimento só  
3659 pudemos trazer para Plenária agora no mês de março, mas fizemos a importância que  
3660 isso aqui é uma manifestação política de todos os participantes, foram mais de 300  
3661 pessoas que participaram aqui em Brasília, os atores sociais que representam o  
3662 bioma cerrado e nós pedimos mesmo que seja revisto isso porque foi colocado um  
3663 documento zero para a Rio+20, mas até agora não sabemos como é que vai ser  
3664 tratados isso na Rio+20, acho que deveria ficar mais claro, e até lá nós ainda vamos  
3665 ter alguns seminários, algumas proposições e queremos realmente saber como é que  
3666 vai ser colocada essa questão dos biomas brasileiros na Rio+20, em especial o bioma  
3667 cerrado, que é o bioma que estamos vendo que daqui a pouco vai ficar igual a Mata  
3668 Atlântica, menos de 10% no país. Só isso.

3669

3670

3671 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – João.

3672

3673

3674 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Boa tarde a todos.  
3675 João Carlos de Carli, CNA. A única coisa que eu queria colocar em relação a esse  
3676 texto é exatamente esse item que está sendo colocado, ainda não é numerado, mas  
3677 dá para ver claramente ali, quando solicita ao Ministério do Meio Ambiente adotar o  
3678 termo florestas. Em cima disso aqui nós estamos indo contra a lei que define o IBGE  
3679 como o órgão do Governo Federal para tratar de definição de tipologia vegetal. Então  
3680 nós estaríamos colocando o MMA contra uma determinação legal em relações a essa  
3681 definição. Obrigado.

3682  
3683  
3684 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Elisa, por favor. Eu queria fazer só  
3685 um pedido aqui: a Ministra pediu para que nós formássemos uma comissão para fazer  
3686 essa interlocução com a Rio+20, queria ver se é possível, ainda hoje, os setores...  
3687 Cada setor se reunir, conseguir nos indicar duas pessoas para ficar nessa comissão,  
3688 para fazer essa interlocução aqui com o Ministério, ok? Então hoje, no final da  
3689 reunião, sentamos aqui e pegamos os nomes das pessoas para o setor. Por favor,  
3690 Eliza.

3691  
3692  
3693 **A SR<sup>a</sup>. ELISA MEIRELLES (ECODATA)** - Em relação ao que foi colocado sobre esse  
3694 nome florestas e demais formas vegetacionais, isso está abarcado dentro do nosso  
3695 Código Florestal, isso é inteiramente possível que possamos continuar trabalhando  
3696 com isso, florestas e demais formas vegetacionais. Inclusive a Câmara Técnica aqui  
3697 do CONAMA teve uma troca de nome que era só Câmara Técnica de Florestas e hoje  
3698 ela consta justamente desse nome que é florestas e demais formas vegetacionais.

3699  
3700  
3701 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Queria encerrar esse ponto, só para,  
3702 então... Explica e acho que nós vamos decidir, porque acho que já está claro o sentido  
3703 da Moção.

3704  
3705  
3706 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – João Carlos, CNA.  
3707 Deixa-me tentar ser mais claro, eu não estou indo contra o termo que vocês  
3708 colocaram, florestas e demais vegetações vegetacionais, isso está no Código, isso é  
3709 claro. Mas o que nós estamos indo contra o que diz o IBGE é você colocar a palavra  
3710 “florestas” contemplando cerrado, porque se você for ver o manual de tipologia do  
3711 IBGE, dentro de todas as tipologias colocadas dentro do bioma cerrado em nenhuma  
3712 vez é citada a palavra “florestas”. A palavra “florestas” é citada em outros biomas, mas  
3713 dentro do cerrado não. Não me lembro qual foi a última definição para o que  
3714 chamamos de Cerradão, que é aquele cerrado de vegetação exuberante, mas em  
3715 nenhum momento o IBGE coloca isso como floresta, por isso que só estamos  
3716 colocando em cima da definição do IBGE.

3717  
3718  
3719 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok, obrigado João. Vamos votar. Todos  
3720 esclarecidos? Aqueles que são a favor da Moção apresentada pela ECODATA, por  
3721 favor, levantem seus crachás. Aqueles que são contrários à Moção, por favor,  
3722 levantem seus crachás. Rejeitada a Moção. Foi bem diferente, foi 20 a 13, com

3723 certeza, foi isso sim. Não, já fizemos essa Moção, acho que não tem porque ficar  
3724 recontando. Claramente vimos que há uma... Vamos em frente. Proposta de Moção  
3725 de apoio e investigação conduzida pela Polícia Federal referente às causas do  
3726 vazamento do óleo na Bacia de Campos na plataforma operada pela companhia  
3727 Chevron. O Ministério da Justiça poderia... Está presente? Então, Ministério da Justiça  
3728 não está presente, o próprio IBAMA pode falar?

3729  
3730

3731 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** - Boa tarde. Márcio  
3732 Freitas do IBAMA. O IBAMA não tem o que se manifestar em relação a essa Moção  
3733 porque, naturalmente, nós trabalhamos em conjunto com a Polícia Federal, não temos  
3734 elementos aqui para...

3735  
3736

3737 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (Diretora do DCONAMA)** – Ministério da Justiça  
3738 está aí. Então... Tiago, não é?

3739  
3740

3741 **O SR. TIAGO PIRES OLIVEIRA (Ministério da Justiça)** - Boa tarde a todos. A  
3742 proposta de Moção apresentada, o Ministério da Justiça reafirma seu compromisso  
3743 com a efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto na  
3744 Constituição Federal. Isto implica no respeito ao Estado democrático de direito e ao  
3745 devido processo legal. Na matéria em questão a Moção se encontra prejudicada pois  
3746 seu texto prevê que os resultados da investigação da Polícia Federal sejam  
3747 amplamente divulgados e também encaminhados ao CONAMA. Pois bem, a  
3748 investigação da Polícia Federal... As investigações são efetuadas por meio de  
3749 inquérito policial, instituto que se encontra disciplinado no Código de Processo Penal.  
3750 Este Código prevê, no art. 20º, que a autoridade assegurará, no inquérito, o sigilo  
3751 necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. Esta norma  
3752 se encontra amparada no art. 5º inciso LX da Constituição Federal e ela tem a  
3753 finalidade de garantir o sucesso das investigações quando são encaminhadas para o  
3754 Poder Judiciário, conforme prevê o art. 10º § 1 do Código de Processo Penal.  
3755 Portanto, a autoridade policial somente está obrigada por lei a encaminhar  
3756 informações de suas investigações ao Poder Judiciário, sendo que o acesso a tais  
3757 informações pode ser efetuado por meio dos procedimentos de transparências  
3758 previstos no direito processual brasileiro, e o CONAMA por não ser integrante do  
3759 sistema de justiça, não possuiria legitimidade jurídica para intervir em processos  
3760 judiciais. Peço perdão por esse breve e sucinto comentário apenas para poder  
3761 esclarecer o seguinte: que nós, de fato, reafirmamos o nosso compromisso com a  
3762 efetivação do art. 225. Entendemos a questão, porém a forma como ela é justamente  
3763 feita... Mas infelizmente... Justamente de todos os fundamentos legais que foram  
3764 trazidos aqui, somente podemos efetuar uma Moção desse tipo se ela atender àquilo  
3765 que prevê o ordenamento jurídico em relação ao devido processo legal e, baseado no  
3766 art. 20 do Código de Processo Penal que foi citado, combinado com o art. 5º inciso LX  
3767 da Constituição Federal, nós entendemos que justamente isso poderia até prejudicar  
3768 as próprias ações de investigação da Polícia Federal, por isso o Ministério da Justiça  
3769 se manifesta contrário em relação ao teor da Moção.

3770  
3771

3772 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Muito obrigado, encaminha ao contrário.  
3773 Proponente da Moção é a AMAR, tem alguma observação? Por favor, Dr<sup>a</sup>. Zuleica.  
3774

3775  
3776 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Bom, na verdade, naquela ocasião em que o Rafael  
3777 Filippin e o Marcelo do INGA protocolaram essa Moção, o momento era muito sério. O  
3778 mais interessante é que as coisas pioraram ao invés de melhorarem. A nossa  
3779 tentativa de buscar resposta, seja por parte das autoridades que licenciaram, porque  
3780 quem licencia de certa forma assume também suas responsabilidades. Aconteceu um  
3781 acidente terrível, segundo eu li no próprio parecer técnico do MMA, não sei se foi ali  
3782 que eu li que a mancha foi de mais de 60 quilômetros, talvez tenha lido em algum  
3783 outro lugar, foi uma coisa horrenda e agora parece que a coisa se repetiu e a situação  
3784 está cada vez pior. A empresa continua licenciada, continua provocando vazamentos  
3785 como se nada tivesse acontecido. Então, a preocupação naquela ocasião de que se  
3786 desse um apoio para a Polícia Federal era como se fosse nossa última chance, talvez,  
3787 um momento de buscar ajuda, já que o IBAMA e a ANP não estavam dando conta do  
3788 controle das coisas. Essa é a sensação, e estou falando... Não estou fazendo  
3789 acusação, estou falando da percepção do cidadão comum, essa é a sensação que ele  
3790 tem, de profunda fragilidade em relação às decisões que se tomam sobre os nossos  
3791 recursos naturais, porque eles não pertencem ao IBAMA, nem ANP, não pertence ao  
3792 Governo Federal, não pertence a ninguém que senão a todos nós. Se vocês dão a  
3793 licença, o IBAMA aqui, não estou dizendo que é o Márcio que deu a licença, mas digo,  
3794 a instituição achou que podia dar a licença, é porque avaliou que os riscos eram  
3795 possíveis de terem sido controlados e não foram. E passa um tempo agora, está aqui  
3796 na Internet, Ministério Público Federal denuncia a Chevron, Transocean e 17 diretores  
3797 por vazamento. Esse deve ser o terceiro já ou é o segundo? Terceiro. E nós  
3798 protocolamos essa Moção no dia 23 de novembro de 2011. Não interessa nesse  
3799 momento para nós da sociedade, se podia ou não podia fazer uma Moção de  
3800 solidariedade à Polícia Federal, isso é o que menos importa. O que mais importa  
3801 nesse momento é como é que nós estamos conduzindo a nossa exploração dos  
3802 nossos recursos naturais por multinacionais que não estão “nem aí” para nada, vão  
3803 embora, deixam a bomba. Eu recebi notícias da Argentina, movimentos sociais da  
3804 Argentina dizendo: “Nossa, como vocês são... burros, ingênuos ou inocentes, não sei  
3805 o que é, porque não tem nenhum amor pela sua pátria, não se preocupam com seus  
3806 mares porque esses caras estão indo embora e deixando a bomba para vocês”. Eu  
3807 me senti muito mal com aquilo, como cidadã, contribuinte, porque quem faz os  
3808 licenciamentos são servidores públicos e quem os obriga a fazer e dar esses  
3809 licenciamentos são pessoas que não têm a menor sensibilidade. Está aqui, além do  
3810 vazamento inicial de 2400 barris de petróleo, foi registrado outro derramamento de  
3811 óleo na sexta-feira passada a cerca de 120 quilômetros do litoral do Rio. Para onde  
3812 vai essa mancha? Vai para o norte ou para o sul? Não sei, há quem diga que vai para  
3813 o norte, não vai ficar nem no Rio. A denúncia não faz referência ao novo vazamento  
3814 apesar dos especialistas considerarem que, ao ter utilizado uma pressão exagerada  
3815 para perfurar o solo marinho, a Chevron abriu uma fissura de 800 metros pelo qual  
3816 podem ocorrer novos afloramentos. O Ministério Público também acusou o presidente  
3817 da Chevron de dificultar a fiscalização, quer dizer, estão licenciado pessoas que  
3818 simplesmente se dão ao direito de dificultar a fiscalização, omissões ambientais,  
3819 apresentam plano de contingência enganoso e nós vamos continuar assim, esse vai  
3820 ser o projeto de desenvolvimento do Brasil para exploração de petróleo. Então está

3821 muito ruim, está péssimo na minha opinião e eu não sou ninguém, eu sou um cidadão  
3822 que pago meus impostos, pago caro e venho aqui fazer um trabalho voluntário de  
3823 defesa dos recursos naturais, da saúde pública e sempre saio daqui frustrada, somos  
3824 sempre derrotados e é uma situação bastante desagradável para o cidadão e para o  
3825 contribuinte porque as coisas não estão melhorando, não estou vendo grande  
3826 desenvolvimento com o problema, inclusive, a questão da pesca porque alguém  
3827 acabou de falar aqui e usou esse argumento para convencer a platéia a rejeitar a  
3828 Moção do Francisco Soares, da FURPA, dizendo que não afeta a pesca. Mas tudo  
3829 bem, vamos colocar tudo embaixo do tapete e vamos para casa, só que aqui diz que,  
3830 de acordo com o Ministério Público, o vazamento de petróleo afetou todo o  
3831 ecossistema marinho na região, o que pode provocar extinção de algumas espécies e  
3832 causou impactos negativos nas atividades econômicas da região, como a pesca.  
3833 Segundo o promotor Eduardo Santos de Oliveira, os funcionários da empresa  
3834 provocaram uma bomba de contaminação de efeito prolongado ao empregarem uma  
3835 pressão acima da suportada ocasionando fraturas nas paredes do poço. Apesar de  
3836 possuir um plano de emergência, a Chevron preferiu dispersar o petróleo ao invés de  
3837 apanhá-lo, essa opção, de acordo com a denúncia, agravou o desastre ambiental. 50  
3838 milhões de reais não é nada, não paga nada, não cobre o custo do que pode  
3839 acontecer aqui. Eu só queria... Eu retiro a Moção porque não é a Moção que vai  
3840 resolver o nosso problema, o que vai resolver nosso problema é termos  
3841 licenciamentos mais sérios, nada de coisas às escondidas, tem que ser transparente,  
3842 todo mundo tem que participar, todos aqueles que serão afetados pela falta de  
3843 responsabilidade, não só de quem licencia, fiscaliza, mas também de quem está  
3844 sendo licenciado e fiscalizado. Quais são as garantias que essa empresa deu para a  
3845 população brasileira? Quais que ela poderia ter dado? E onde que está escrito isso.

3846

3847

3848 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Já que estamos retirando a Moção,  
3849 vamos avançar.

3850

3851

3852 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Eu acho que o assunto é muito sério para nós,  
3853 assim, queremos tratar correndo porque eu acho que mais gente devia se manifestar  
3854 sobre isso. Muito obrigada.

3855

3856

3857 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não há problema, até porque eu acho  
3858 que o próprio IBAMA já propôs que façamos uma apresentação, um informe na  
3859 próxima reunião, sobre essa questão do acidente da Chevron. Então, me parece que  
3860 a intenção é realmente trazer informação e avaliar. Queria ouvir o IBAMA e depois  
3861 passar para o colega da... Canindé, desculpe. Já que foi retirada a Moção, acho que...  
3862 Márcio, depois Canindé.

3863

3864

3865 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** - Márcio de Freitas, do  
3866 IBAMA. Eu queria reforçar aquela colocação que eu fiz antes e nesse sentido  
3867 concordar com a preocupação da Zuleica. Eu entendo bem a motivação das moções e  
3868 nós, em momento nenhum aqui, falamos que não havia gravidade no acidente ou  
3869 falamos que era necessário varrer para baixo do tapete qualquer tipo de informação.

3870 Pelo contrário, o IBAMA como um todo está bastante preocupado com os acidentes  
3871 ambientais que ocorrem no País, não só esse, mas vários outros, e nós viemos  
3872 trabalhando, nesse sentido, nessas duas linhas, tanto na linha da prevenção através  
3873 do aperfeiçoamento desse licenciamento, como nas medidas de mitigação e nas  
3874 medidas de punição, aplicação de multa e notificação quando ocorrem situações não  
3875 previstas dentro do processo de controle inicialmente estabelecido no licenciamento.  
3876 O que eu acho que é importante é que criemos um espaço dentro do CONAMA para  
3877 satisfazer a preocupação da Zuleica, porque a Moção... No momento que a Moção  
3878 tem um problema na sua redação, e eu concordo com a preocupação de fundo da  
3879 Zuleica, quer dizer, não deve simplesmente dizer: “Olha, foi mal redigida a Moção  
3880 então esse assunto não é importante”, não é isso. Mas também acho que não é  
3881 motivo de Moção, acho que o que está havendo necessidade é de esclarecimento em  
3882 relação a essas questões. Já me coloquei aqui, torno a colocar o IBAMA à disposição  
3883 para prestar esses esclarecimentos, mas acho que ao invés de pautar isso como  
3884 Moção, que se pautar como informe. Ocorreu acidente, está acontecendo uma  
3885 comoção nacional em cima desse assunto, tanto é que o presidente do IBAMA estava,  
3886 em conjunto com o pessoal do licenciamento e com o pessoal das emergências  
3887 ambientais, agora no Senado, durante essa tarde, fazendo exatamente esse tipo de  
3888 esclarecimento que está sendo pedido aqui. Nós não temos nenhum problema em  
3889 fazer isso, eu só quero reforçar porque fica parecendo que nós estamos votando  
3890 contra a Moção porque somos contra o esclarecimento, não é. Nós queremos aqui  
3891 discutir, estamos abertos às críticas, mostrar o que fazemos, se houver crítica e  
3892 houver contribuições no sentido de aperfeiçoarmos a nossa ação, estamos aberto a  
3893 isso. Agora, uma Moção mal redigida fica prejudicada.

3894

3895

3896 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Canindé. A Moção foi retirada já,  
3897 então... Só para dar esse esclarecimento porque nós vamos lançar na pauta.

3898

3899

3900 **O SR. SERGIO PEREIRA CRUZ (KANINDÉ)** - Sérgio Canindé, região Norte. Queria  
3901 fazer uma sugestão, já que o IBAMA virá no próximo encontro fazer um  
3902 esclarecimento público, que chamasse também o Ministério Público para fazer o  
3903 esclarecimento deles, porque parece que é a única instituição que está falando a  
3904 mesma língua que nós aqui, os outros estão vivendo em algum país que dever ser o  
3905 mesmo que a Ministra do Meio Ambiente está vivendo, que não sei de que país ela  
3906 estava falando aquele dia na hora que ela estava falando aqui. Então, não sei nem se  
3907 eu posso fazer isso, mas eu gostaria que o Ministério Público viesse junto, na  
3908 próxima, colocar o parecer dele junto com o do IBAMA e junto de quem for que seja  
3909 nesse assunto. Só isso.

3910

3911

3912 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós, podemos nos responsabilizar em  
3913 relação ao informe do IBAMA, que já está pautado, e o Ministério Público é membro  
3914 desse Conselho. Está à disposição a palavra do Ministério Público quando quiser falar  
3915 aqui. Bom, vamos avançar.

3916

3917

3918 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – O Ministério Público Federal não está mais aqui,  
3919 certo? Então como vai ser feito... Expedido um convite formal para o IBAMA, mesmo  
3920 estando o IBAMA aqui, vai ter que ser feito um ofício. Então faz um ofício... Mas está  
3921 dizendo que ele pode falar se quiser? Não é assim, ele tem que falar a partir de um  
3922 pedido da Plenária. Eu não sei se queremos votar ou todo mundo está de acordo, tem  
3923 alguém em desacordo, que o IBAMA e o Ministério Público Federal, já que o Ministério  
3924 Público Federal acaba de fazer uma denúncia tão grave, terceiro acidente. Eu acho  
3925 que passou a ser um assunto importante, como o próprio Márcio do IBAMA falou, e a  
3926 minha solicitação é que seja expedido também ofício ao Ministério Público Federal, a  
3927 nosso representante aqui, titular e dois suplentes, para que eles tragam informações  
3928 sobre o que está acontecendo lá no processo, na acusação deles no Rio de Janeiro.

3929  
3930  
3931 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós não temos nenhum poder de  
3932 convocação do Ministério Público, ok?

3933  
3934  
3935 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Não é convocar, é convidar, assim como  
3936 convidaram o IBAMA, convidaram...

3937  
3938 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, nós podemos informar que vai ter  
3939 um informe que o IBAMA vai fazer e podemos informar isso ao Ministério Público, se  
3940 eles tiverem interesse, mas nós não podemos convocar o Ministério Público.

3941  
3942  
3943 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Não, não. A proposta do Canindé foi convidar, junto  
3944 com o IBAMA que já se prontificou a fazer uma apresentação na próxima reunião,  
3945 pautar a próxima reunião e...

3946  
3947  
3948 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok, fazemos esse convite ao Ministério  
3949 Público, pautamos junto com esse informe.

3950  
3951  
3952 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Muito obrigada.

3953  
3954  
3955 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok, contemplado. Vamos ao próximo  
3956 então. A Moção foi retirada, não há necessidade de deliberar. Proposta de Moção  
3957 solidária à comunidade Kaiowá-Guarani do acampamento Tecoha Guaiviry de  
3958 Amambaí-MS que sofreu ataques em novembro de 2011. Ministério do Meio Ambiente  
3959 quer falar? Eu achava que o Ministério da Justiça seria importante de esclarecer, tanto  
3960 o Ministério do Meio Ambiente quanto o Ministério da Justiça.

3961  
3962  
3963 **A SR<sup>a</sup>. SEDR/MMA CECÍLIA MANAVELLA (SEDR/MMA)** - Essa é uma proposta de  
3964 Moção de Solidariedade que foi apresentada na última reunião em decorrência de um  
3965 fato, não sei se todos souberam, de um ataque que houve a uma comunidade dos  
3966 índios Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, e que uma das pessoas da

3967 comunidade desapareceu. Primeiro eu queria deixar claro que essa... Pedido de  
3968 parecer do Ministério do Meio Ambiente foi feito logo em seguida do ocorrido, eu não  
3969 tenho informações agora de como estão as investigações ou as ações... Quais foram  
3970 as ações tomadas com relação ao fato, mas a posição do Ministério do Meio Ambiente  
3971 é sim de solidariedade a essa comunidade e a todas as outras, esse é um fato  
3972 pontual, mas que não é o único, não é o primeiro e talvez não seja o último. São  
3973 comunidades que hoje vivem, muitas delas, na beira da estrada porque não tem suas  
3974 terras demarcadas e estão em constantes conflito com os grandes fazendeiros da  
3975 região, os grandes latifundiários, em conflitos por terra. A Constituição prevê, no art.  
3976 231, o direito a terra e cabe à união demarcar e proteger essas terras. A posição do  
3977 Ministério é que ele, sim, se solidariza com a questão, acha que os órgãos  
3978 competentes têm que intervir no caso, mas reitero que eu não tenho informações  
3979 agora de como estão as investigações. Acho que seria interessante o Ministério da  
3980 Justiça expor.

3981

3982

3983 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ministério da Justiça.**

3984

3985

3986 **O SR. TIAGO PIRES OLIVEIRA (Ministério da Justiça) -** Mais uma vez... Com  
3987 relação a esse aspecto, mais uma vez, nós não nos opomos com relação ao direito  
3988 envolvido no caso, porque nós temos, de fato, uma questão envolvendo solidariedade  
3989 a uma etnia que é a etnia Kaiowá-Guarani localizada principalmente no Mato Grosso  
3990 do Sul. O Ministério da Justiça... Não há nenhum problema em relação a esse pleito,  
3991 mas, cumprindo o papel que justamente o Ministério da Justiça tem com suas  
3992 prerrogativas constitucionais, analisando o teor da proposta, não podemos concordar  
3993 com o teor redacional que foi feito, visto que ela traz algumas informações que  
3994 transcenderia a própria ideia da solidariedade que estaria embutida dentro da ideia.  
3995 Então, com base nisso, sobre essa proposta o Ministério da Justiça se solidariza com  
3996 a etnia Kaiowá-Guarani, reafirmando seu compromisso com a efetivação do direito  
3997 fundamental dos povos indígenas conforme está previsto na Constituição, isso implica  
3998 no respeito ao Estado democrático de direito e também ao devido processo legal. Na  
3999 matéria em questão, a Moção se encontra prejudicada, pois seu texto prevê que se  
4000 proponha intervenção de autoridades federais no caso. A partir daí nós temos um  
4001 pequeno problema, pois já existe um inquérito policial instaurado pela Polícia Federal  
4002 desde o ano passado que já está investigando as atuações. Além disso, nós  
4003 podemos... Tem ainda alguns dados, como por exemplo, que envolveriam súmulas do  
4004 STJ que disciplinam sobre essa questão que torna até muito nebulosa até a própria  
4005 competência Federal sobre o caso, mas não cabe aqui uma instância para poder  
4006 tratar disso. Independentemente disso, as autoridades federais sensíveis à questão já  
4007 intervieram no caso, não se trata de... A Moção não poderia propor algo que já está  
4008 ocorrendo. Então, em virtude disso, o que observamos? Observamos inclusive até  
4009 que existem informações contidas no primeiro considerando que podem, muitas  
4010 vezes, até entrar em conflito com algumas coisas que estão sendo apuradas por parte  
4011 da própria Polícia Federal. Com base nisso nós não podemos endossar essa Moção  
4012 da forma como ela está escrita e de maneira que o Ministério da Justiça vai pugnar  
4013 pela rejeição da Moção da forma como está posta.

4014

4015

4016 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok, obrigado. Dr<sup>a</sup>. Zuleica.

4017

4018

4019 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Eu não entendi qual seria a parte da Moção que  
4020 está incorreta, seria a última frase, a sentença depois da vírgula? Propugnando que  
4021 as autoridades federais intervenham no caso? Eu sempre achei, na minha ignorância  
4022 aqui, eu fico na “sombra da minhoca”, como disse... Achando que tudo que se tratasse  
4023 de situação indígena era sempre em nível Federal, mas ele está dizendo que não é.  
4024 Então... Bom, eu queria perguntar isso para ele, se ele pudesse nos ajudar. Como  
4025 podemos corrigir, tecnicamente do ponto de vista jurídico, essa Moção para que ela  
4026 possa ser aprovada? Porque eu não posso me dar ao luxo de retirar essa Moção  
4027 porque ela envolve a vida e o futuro de muitas pessoas que eu não tenho poder sobre  
4028 elas. Então, só queria lembrar outra coisa, tem uma notícia de hoje aqui... De 3 de  
4029 março, os Guarani-Kaiowá ameaçam denunciar o Brasil para a OEA por violação do  
4030 direito dos povos. Se eles vão denunciar é porque eles já devem ter esgotado todas  
4031 as possibilidades, inclusive as possibilidades... Eu só queria voltar a perguntar ao  
4032 nosso colega, representando o Ministério da Justiça, onde estão os erros, porque ele  
4033 disse: “Não dá para aprovar assim”, mas ele não disse onde que está o problema. Nós  
4034 queremos ajudar a população indígena que está sendo massacrada, são dezenas de  
4035 casos que eu tenho visto pela Internet desde que aconteceu isso aqui, aliás, já estava  
4036 acontecendo antes. Estão massacrando a população indígena no Brasil. Se ele puder  
4037 colaborar conosco para que possamos aprovar essa Moção e possamos entregar aos  
4038 índios, seria muito bom para eles ter o apoio do CONAMA.

4039

4040

4041 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Consulto o Ministério da Justiça, quer  
4042 completar?

4043

4044 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Onde que está o erro? Você falou que tem um erro.

4045

4046 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos tentar sermos breves para  
4047 vermos se ainda conseguimos tratar todas as Moções hoje ainda. Vamos deixar... Dr<sup>a</sup>.  
4048 Zuleica? Gente, vamos pular para a próxima, retornamos logo em seguida depois, só  
4049 para vocês conversarem um pouco. Vamos para a próxima que é proposta de Moção  
4050 de Solidariedade, logo depois, concluindo, nós retomamos, pode ser? Proposta de  
4051 Moção de Solidariedade aos iniciadores de alerta, inclusive pesquisadores da  
4052 Regional, Fiocruz, que denunciam problemas ambientais causados pela empresa  
4053 ThyssenKrupp na Baía Sepetiba do Rio de Janeiro. Pergunto ao estado do Rio de  
4054 Janeiro e ao Ministério da Saúde se gostariam de fazer algum comentário. Ministério  
4055 da Saúde, Dr. Luis. Peço só que saiam de perto do púlpito

4056

4057

4058 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NICZ (AMAR)** – Só um instante, por favor. Eu tenho que defender  
4059 essa Moção da TK e depois o Ministério da Saúde fala, pode ser? Por favor. Eu já  
4060 volto... Nós vamos voltar no Kaiowá em seguida.

4061

4062

4063 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu quero só saber, porque se vocês  
4064 forem... Porque senão eu coloco em votação e já... Nós já avançamos.

4065  
4066  
4067 **A SRª. ZULEICA NICZ (AMAR) –** É que estão tendo fatos novos aqui que não estão  
4068 bem claros, então vai demorar um pouco. Se você quer passar para frente, eu vou ter  
4069 que...  
4070  
4071  
4072 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Não tem mais que conversar com o  
4073 Ministério da Justiça, então está esclarecido?  
4074  
4075  
4076 **A SRª. ZULEICA NICZ (AMAR) –** Não, não. Não deu, mas é que você já passou para  
4077 outra Moção e eu sou também a “bola da vez”. Tem alguma Moção que não é a minha  
4078 e que possa ser feita? Para que eu possa conversar com o Ministério...  
4079  
4080  
4081 **A SRª. ADRIANA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –** Todas são suas.  
4082  
4083  
4084 **A SRª. ZULEICA NICZ (AMAR) –** Então... O que fazemos então?  
4085  
4086  
4087 **A SRª. ADRIANA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –** Eu sugiro, Zuleica, que  
4088 você fale sobre essa da ThyssenKrupp, não sei o que o Volney acha agora.  
4089  
4090  
4091 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Vamos para a questão do Guarani...  
4092 Não adianta, porque você vai ter que ser... É a proponente de todas as outras, não vai  
4093 dar para você discutir e fazer duas ao mesmo tempo. Então vamos resolver a questão  
4094 do Guarani.  
4095  
4096  
4097 **A SRª. ZULEICA NICZ (AMAR) –** Então eu proponho que seja feita uma votação  
4098 nominal da Moção de Solidariedade aos Kaiowá. Eu tenho aqui um requerimento de  
4099 votação nominal assinado e gostaria de solicitar a votação nominal.  
4100  
4101  
4102 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Ok.  
4103  
4104  
4105 **A SRª. ADRIANA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) –** Só peço a minha equipe,  
4106 então, que veja o programa da votação nominal, João, está olhando isso?  
4107  
4108  
4109 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Por favor, o colega.  
4110  
4111  
4112 **O SR. ESCRAWEN SOMPRES (Comunidade Indígena) -** Boa tarde. Escrawen  
4113 Sompres, sou da comunidade indígena. Eu queria um esclarecimento à mesa, por

4114 favor. Na reunião passada nós tivemos algumas Moções aqui colocadas para  
4115 apreciação e alguns segmentos do nosso Conselho pediram vista. Parece-me que fica  
4116 esse segmento que pediu vista dar o parecer e após isso colocar para votação. Agora  
4117 me parece que o segmento que pediu vista dá o parecer dele e pega a opinião de  
4118 vários... Não estou entendendo. Eu acho que as pessoas que se sentirem...  
4119 Obviamente chegam aqui e falam: “A minha posição enquanto segmento  
4120 representado nesse Conselho seria essa”, e... Mas não um segmento pedir e dar a  
4121 oportunidade de palavra para os demais, penso eu assim. e eu não sei, parece que a  
4122 moça que me antecedeu aqui era do MMA dando o parecer dela favorável, foi isso  
4123 não é? Uma moça. Porque está aqui, vistas... MMA pediu vista, eu queria saber qual é  
4124 a opinião do MMA com a vista que ele teve

4125  
4126

4127 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Já foi dado.**

4128  
4129

4130 **O SR. ESCRAWEN SOMPRES (Comunidade Indígena) - Pois é, foi dado como**  
4131 **aprovação e o MMA...**

4132  
4133

4134 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – O Ministério da Justiça pediu a palavra e**  
4135 **nós demos.**

4136  
4137

4138 **O SR. ESCRAWEN SOMPRES (Comunidade Indígena) - O Ministério da Justiça foi**  
4139 **acionado, não pediu a palavra, foi o que eu vi aqui na mesa.**

4140  
4141

4142 **O SR. TIAGO PIRES OLIVEIRA (Ministério da Justiça) - Apenas uma correção, eu**  
4143 **pedi a palavra sim.**

4144  
4145

4146 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ok, votação nominal, é isso? Então,**  
4147 **colocamos lá...**

4148  
4149

4150 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (Diretora do DCONAMA) – Então, votação nominal**  
4151 **começando pelas entidades da sociedade civil: ABES, ausente. Ademasp, a favor;**  
4152 **Planeta Verde, ausente; Centrais Sindicais e Confederações do Trabalhador da Área**  
4153 **Urbana...; Comunidade Científica, abstenção; Comunidade Indígena, a favor;**  
4154 **Contag...; CNCG, a favor; ECODATA, a favor; FUNATURA, não está; FURPA, a favor;**  
4155 **Bioeste, a favor; Canindé...; SOS Amazônia, a favor; Ponto Terra, não está; PROAM,**  
4156 **a favor; AMAR, a favor; MOVER, a favor; FDCN, a favor; INGA, a favor; Populações**  
4157 **Tradicionais, a favor; CNA, abstenção; CNI, abstenção... CNI teria outros 2 votos, tem**  
4158 **mais gente? Não, não está, estão ausentes; CNC, abstenção... CNC também teria**  
4159 **outro voto, não está, está ausente; CNT...; Setor Florestal, abstenção. Governos**  
4160 **Municipais: ANAMMA...; CNM...; FNP, não está; Governos Municipais Centro-Oeste, a**  
4161 **favor; Então a ABES nós computamos no final só para não ter que voltar, ok? Agora**  
4162 **melhorou aqui, não sei o que deu na minha tela. Centro-Oeste já deu a favor;**

4163 Nordeste, a favor; Norte, a favor; Sudeste, não está; Região Sul, também não; DF...;  
4164 Acre...; Alagoas...; Amapá...; Amazonas...; Bahia...; Ceará...; Espírito Santo...;  
4165 Goiás...; Maranhão...; Mato Grosso...; Mato Grosso do Sul...; Minas Gerais...; Pará...;  
4166 Paraíba...; Paraná, a favor; Pernambuco, abstenção; Piauí...; Rio de Janeiro...; Então  
4167 vamos lá, desde o Paraná, de novo, Paraná era a favor, Pernambuco, abstenção,  
4168 Piauí não está, Rio de Janeiro a favor; Rio Grande do Norte, a favor; Rio Grande do  
4169 Sul, a favor; Rondônia...; Roraima, abstenção; Santa Catarina, abstenção; São  
4170 Paulo...; Sergipe, a favor; Tocantins... Tem direito a voto, a explicação é que isso era  
4171 da Plenária passada, Tocantins está presente? A favor ou contra? A favor. Consegue  
4172 computar Danilo? Somamos um a mais ao final; ANA, abstenção; Casa Civil...;  
4173 Aeronáutica, abstenção; Marinha...; Exército, abstenção; Segurança Institucional...;  
4174 IBAMA, abstenção; ICMBio, abstenção; Agricultura...; Cidades...; Ciência e  
4175 tecnologia...; Comunicações...; Cultura...; Defesa, abstenção; Desenvolvimento  
4176 Agrário...; Desenvolvimento Social...; Desenvolvimento Indústria e Comércio...;  
4177 Educação...; Esporte...; Fazenda...; Integração Nacional...; Justiça... Como vota  
4178 Justiça, que estava aqui? Abstenção; Meio Ambiente... Nilo, Ministério do Meio  
4179 Ambiente? A favor; Minas e Energia...; Pesca, abstenção; Planejamento...;  
4180 Previdência...; Relações Exteriores...; Saúde... Como vota Saúde? Abstenção;  
4181 Trabalho...; Transporte, abstenção; Turismo...; Secretaria de Comunicação Social...;  
4182 Relações Institucionais...; Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial...;  
4183 Política para as Mulheres...; Direitos Humanos...; Portos, a favor; Secretaria Geral da  
4184 Presidência... Com isso acabamos. Depois nós somamos mais um. Para dar o  
4185 resultado... 28 a favor, 21 abstenções, portanto nós temos... Não é isso? 29 a favor,  
4186 porque um a mais que não tinha sido computado, 21 abstenções. Nós temos 49... 50,  
4187 o quorum para essa reunião era de 54. Portanto, não temos quorum. Agora a  
4188 questão...

4189  
4190  
4191 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Lamento, mas a opção de ter feito  
4192 essa... Pedir votação nominal cai a reunião por falta de quorum. Eu peço só que agora  
4193 nós encerremos essa reunião e nos reunimos para tratar da Comissão em relação aos  
4194 representantes da Rio+20, ok? Se não deu quorum agora dificilmente vai dar quorum  
4195 amanhã para reunir duas Moções, me parece improdutivo. Então, não foi rejeitado,  
4196 fica para a próxima reunião a avaliação dessa Moção. Nós reunimos aqui agora para  
4197 a Rio+20.

4198  
4199  
4200 **A SR<sup>a</sup>. GEOVANA FREIRE (BIOESTE)** - Só um minuto. Já aconteceram várias vezes  
4201 de nós pedirmos votação nominal, não ter quorum, ninguém pedir quorum, o  
4202 Regimento só é acionado se alguém solicita a verificação de quorum. Isso já  
4203 aconteceu aqui, o João está afirmando ali, então, se ninguém pedir autorização de  
4204 quorum, isso não é automático, então não precisa suspender a reunião.

4205  
4206  
4207 **O SR. ROBSON CALIXTO (Gerente do DCONAMA)** – Posso falar? Houve...  
4208 Conforme o art. 23, houve uma solicitação nominal formal com as assinaturas  
4209 acolhidas para a votação nominal.

4210  
4211

4212 **A SR<sup>a</sup>. GEOVANA FREIRE (BIOESTE)** - Uma coisa é a votação nominal, outra coisa  
4213 é qualificação de quorum. Uma coisa não se comunica com a outra, a reunião não  
4214 precisa acabar porque não tem quorum, a não ser que alguém solicite. Isso já  
4215 aconteceu várias vezes aqui no CONAMA. Ninguém pediu verificação de quorum...  
4216 Não é, isso já aconteceu no CONAMA.